



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – UFNT
CÂMPUS ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA –
PPGLIT**

JOÃO VICTOR FERREIRA DOS SANTOS SILVA

**AS DISCURSIVIDADES SOBRE A BNCC NO ESPAÇO
DIGITAL: MEMÓRIA METÁLICA E EFEITOS DE SENTIDOS**

**ARAGUAÍNA/TO
2022**

JOÃO VICTOR FERREIRA DOS SANTOS SILVA

**AS DISCURSIVIDADES SOBRE A BNCC NO ESPAÇO
DIGITAL: MEMÓRIA METÁLICA E EFEITOS DE SENTIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLIT, mestrado em Letras, da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa:

Práticas discursivas em contextos de formação.

Orientador:

Prof. Dr. João de Deus Leite (UFNT).

Coorientadora:

Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro (UNIFESSPA).

ARAGUAÍNA/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586d Silva, João Victor Ferreira dos Santos.
As discursividades sobre a BNCC no espaço digital. memória metálica e efeitos de sentidos. / João Victor Ferreira dos Santos Silva. – Araguaina, TO, 2022.
113 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaina - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras Ensino de Língua e Literatura, 2022.
Orientador: João de Deus Leite
Coorientadora : Nilsa Brito Ribeiro
1. Análise do Discurso. 2. BNCC. 3. Espaço digital. 4. Memória Metálica. I.
Titulo

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOÃO VICTOR FERREIRA DOS SANTOS SILVA

AS DISCURSIVIDADES SOBRE A BNCC NO ESPAÇO DIGITAL: MEMÓRIA METÁLICA E EFEITOS DE SENTIDOS


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLIT. Foi avaliada no processo de defesa em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 01 /12 /2022


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 JOAO DE DEUS LEITE
Data: 20/04/2023 20:03:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


Prof. Dr. João de Deus Leite – Orientador – UFNT

Documento assinado digitalmente
 JOAO DE DEUS LEITE
Data: 20/04/2023 20:04:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª. Dra. Nilsa Brito Ribeiro – Coorientadora – UNIFESSPA

Documento assinado digitalmente
 JOAO DE DEUS LEITE
Data: 20/04/2023 20:05:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª. Dra. Janete Silva dos Santos – Examinadora – UFNT

Documento assinado digitalmente
 JOAO DE DEUS LEITE
Data: 20/04/2023 20:06:23-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª. Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito – Examinadora – UFU

Araguaína/TO

2022

*Ao meu avô,
Edísio Pimentel de Castro (in memoriam).*

*E lembro que toda moeda tem dois lados. Mas
que nossas teorias já se deram conta da
necessidade de trabalhar o entremeio e que,
nessa forma de pensar, **há muito a se dizer
sobre a algazarra do digital e o ruído
incessante das teclas.***

(ORLANDI, 2018, p. 18, grifos nossos)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que me concedeu ao longo da vida e por me dar força para continuar lutando para alcançar meus objetivos. Obrigado por me fazer (r)existir as intempéries da vida.

À minha mãe, Mardinésia, por sempre estar ao meu lado apoiando minhas decisões e auxiliando-me nas realizações dos meus objetivos. Sem seu apoio não conseguiria chegar onde cheguei... Te amo!

Ao meu pai, João Martins, por todo carinho e apoio. Aos meus irmãos, Joanes, Miriam, Pedro, Midian, Jorge Benício e Alice, que sempre me apoiaram nos meus estudos. À minha família em geral, que sempre me incentivou e deu palavras de apoio.

À Hérica e à Morgana, amigas que conheci na graduação e que levarei para toda a minha vida. Hérica, por sempre estar disponível para me ouvir e prestar palavras de apoio. Obrigado pelos momentos felizes. Morgana, sem palavras para agradecer todo seu apoio, você acompanhou de perto todo o meu percurso e sabe os momentos de dificuldades que passei. Obrigado por sempre se fazer presente e me ajudar quando foi necessário.

Ao meu orientador Prof. Dr. João de Deus Leite, por ser tão atencioso, afetuoso, por me incentivar... Obrigado, acima de tudo, pela amizade que foi sendo construída ao longo do meu percurso acadêmico e fora dele. Neste momento faltam palavras para expressar toda minha gratidão.

À minha coorientadora Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro, por ter aceitado o convite de ser minha coorientadora e por ter contribuído valorosamente para a construção desta dissertação. Agradeço pelo acolhimento no período em que estive participando do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, em Marabá-PA.

Ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-AM), pela bolsa de estudos no período em que participei do intercâmbio educacional. Obrigado por possibilitar interlocuções com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e seus pesquisadores.

À Andreia Carmo, pela parceria e, principalmente, pela amizade. Obrigado por ter me estimulado a escrever essa dissertação. Ao Grupo de Estudos Tocantinense em Análise Discurso (GETAD) e ao Grupo de Estudos do Sentido do Tocantins (GESTO).

Às professoras Dra. Janete Silva dos Santos e Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito por aceitarem participar da banca desta dissertação. À Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT) por oportunizar a realização deste mestrado.

A todos os professores do PPGLIT, que compartilharam conhecimentos científicos e de mundo. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa ao longo desses dois anos.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para realização desse curso.

RESUMO

Nesta dissertação, abordamos as discursividades sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em circulação no espaço digital e seus efeitos de sentido. Buscamos lançar luz às materialidades digitais e destacar como as especificidades do espaço digital afetam a formulação de discursividades. O processo de produção e homologação da BNCC foi marcado por embates políticos e ideológicos, fomentando reverberações no espaço digital. Portanto, é importante refletir como a implementação da BNCC (re)produz discursividades que circulam no corpo social, por meio do espaço digital, indo além do que foi institucionalizado. Dessa forma, temos como foco as discursividades produzida por três categorias sociais que estão atreladas ao arquivo, a saber: Ministério da Educação (MEC); representantes dos estudantes secundaristas (UBES); e, representantes dos trabalhadores na/em educação (CNTE). Debruçamo-nos sobre o seguinte objetivo geral: problematizar o modo como algumas categorias públicas (MEC – UBES – CNTE) produzem discursividades sobre a BNCC na rede social Twitter e suas implicações na relação de resistência/aceitação dos envolvidos com essa normativa. Quanto aos objetivos específicos: identificar como discursividades de circulação social sobre a BNCC ganham evidência no digital; apontar o modo como a memória social (atravessada pelo digital), nas discursividades sobre a BNCC, deixa flagrar pontos de dispersão; analisar se as discursividades que circulam no digital estão no campo da (des)ordem institucional. Deste modo, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: Quais atravessamentos discursivos estão em evidência em cada categoria e se as postagens/tuítes contribuem ou rarefazem o imaginário de que a BNCC é um documento necessário? Nos filiamos teoricamente e metodologicamente à Análise de Discurso Francesa, formulada por Michel Pêcheux, na França, difundida por Eni Orlandi, no Brasil. Acentuamos as contribuições de Dias (2018) e de Paveau (2021) para reflexões acerca da Análise do Discurso Digital. As análises apontam para os efeitos de sentidos produzidos pela UBES e CNTE vão de encontro às discursividades do MEC, uma vez que essas categorias (UBES e CNTE) se manifestam contraria à aprovação da BNCC. O MEC, por meio da formação discursiva oficial, busca em suas postagens produzir efeitos de unidades. Além disso, observamos que o digital afeta diretamente como as discursividades são formuladas, constituídas e circuladas.

Palavras-chaves: Análise do Discurso. BNCC. Espaço digital. Memória Metálica. Rede social.

RESUMEN

En esta tesis de maestría abordamos las discursividades sobre la Base Nacional Común Curricular (BNCC) en circulación en el espacio digital y sus efectos de sentido. Buscamos enfocar las materialidades digitales y subrayar cómo las especificidades del espacio digital inciden en la formulación de discursividades. El proceso de producción y de homologación de la BNCC estuvo señalado por embates políticos e ideológicos, lo que generó repercusiones en el espacio digital. Por lo tanto, es importante reflexionar sobre cómo la implementación de la BNCC (re)produce discursividades que circulan en el cuerpo social, a través del espacio digital, yendo más allá de lo institucionalizado. De esta manera, enfocamos en las discursividades producidas por tres categorías sociales que se vinculan al archivo, a saber: Ministerio de Educación (MEC); representantes de estudiantes del bachillerato (UBES); y, representantes de los trabajadores en la/en educación (CNTE). Planteamos como objetivo general: problematizar la forma en que algunas categorías públicas (MEC – UBES – CNTE) producen discursividades sobre la BNCC en la red social Twitter y sus implicaciones en la relación de resistencia/aceptación de los involucrados con esta normativa. En cuanto a los objetivos específicos: identificar cómo las discursividades de circulación social sobre la BNCC ganan evidencia en lo digital; señalar el modo cómo la memoria social (atravesada por lo digital), en las discursividades sobre la BNCC, permite entrever puntos de dispersión; analizar si las discursividades que circulan en lo digital se encuentran en el campo del (des)orden institucional. De esta manera, formulamos la siguiente pregunta de investigación: ¿Qué cruces discursivos se evidencian en cada categoría y si los posts/tweets aportan o debilitan el imaginario de que la BNCC es un documento necesario? Nos filiamos teórica y metodológicamente al Análisis de Discurso Francés, formulado por Michel Pêcheux, en Francia, difundido por Eni Orlandi, en Brasil. Resaltamos los aportes de Dias (2018) y de Paveau (2021) para las reflexiones sobre el Análisis de Discurso Digital. Los análisis apuntan los efectos de sentido producidos por la UBES y la CNTE que están en contra de las discursividades del MEC, puesto que estas categorías (UBES y CNTE) se manifiestan en contra de la aprobación de la BNCC. El MEC, a través de la formación discursiva oficial, busca en sus publicaciones producir efectos de unidad. Además, observamos que lo digital afecta directamente en el modo como se formulan, constituyen y circulan las discursividades.

Palabras clave: Análisis de Discurso. BNCC. Espacio digital. Memoria Metálica. Red social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial do Twitter	58
Figura 2 – Janela destinada à escrita do tuíte	59
Figura 3 – Exemplo de tuíte	60
Figura 4 – Trending topics	61
Figura 5 – <i>Trending topics</i> que apresenta um protesto contra o governo	62
Figura 6 – Recorte do perfil do MEC, UBES e CNTE	64
Figura 7 – Recorte Discursivo 1	74
Figura 8 - Greve dos Caminhoneiros	78
Figura 9 – Recorte Discursivo 2	82
Figura 10 – Recorte do site da UBES	83
Figura 11 – Digitabilidade nas postagens da UBES	87
Figura 12 – Recorte Discursivo 3	88
Figura 13 – Faixa da CNTE	90
Figura 14 – Primeira página do documento CNTE	91
Figura 15 – Segunda página do documento CNTE	92
Figura 16 – Recorte Discursivo 4	94
Figura 17 – Página do link presente no RD5	95
Figura 18 – Captura de tela da CNTE	96
Figura 19 – Digitabilidade nas postagens da CNTE	98
Figura 20 – Recorte Discursivo 5	99
Figura 21 – Livro didático aprovado pelo PNLD	101
Figura 22 – Recorte Discursivo 6	102
Figura 23 – Digitabilidade nas postagens da MEC	106
Figura 24 – Anexo A	112

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Discurso como mediador entre o homem e a realidade/real	26
Esquema 2 – Formações ideológicas e discursivas	30
Esquema 3 – Processos de produção do discurso	35
Esquema 4 – Relação da memória digital com a memória discursiva e metálica	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo de termos e expressões.....	50
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Histórico da BNCC	45
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FD	Formação Discursiva
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
RD	Recorte Discursivo
SD	Sequência Discursiva
STF	Supremo Tribunal Federal
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CAPÍTULO 1 – BALIZAGENS TEÓRICAS: ENTRE FIOS DISCURSIVOS E METÁLICOS	22
	<i>Considerações iniciais</i>	22
2.1	Um breve percurso pela Análise de Discurso	22
2.2	Dispositivos teóricos: noções básicas da Análise de Discurso	26
2.3	Análise do Discurso Digital.....	32
2.4	Memórias: Discursiva, Metálica e Digital	35
3	CAPÍTULO 2 – PERCURSO PARA A HOMOLOGAÇÃO DA BNCC: ARQUIVO E(M) DISCURSO	41
	<i>Considerações iniciais</i>	41
3.1	Condições de produção da BNCC	44
3.2	Entre apagamento e efeitos de sentido: um olhar analítico para BNCC..	48
4	CAPÍTULO 3 – ITINERÁRIO METODOLÓGICO: ENTRE SATURAÇÃO E SELEÇÃO DE DISCURSIVIDADE NO TWITTER	53
	<i>Considerações iniciais</i>	53
4.1	Procedimentos metodológicos e de análise propostos pela AD.....	54
4.2	Caracterização da rede social <i>Twitter</i> : manifestação discursiva em 280 caracteres.....	56
4.3	Composição do material de análise e caracterização do <i>corpus</i>	63
4.4	Do procedimento de análise	69
5	CAPÍTULO 4 – DISCURSIVIDADE ACERCA DA BNCC NO ESPAÇO DIGITAL	72
	<i>Considerações iniciais</i>	72
5.1	Análise dos tuítes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.....	74
5.2	Análise dos tuítes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	87
5.3	Análise dos tuítes do Ministério da Educação	99
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	109
	ANEXO	112

ANEXO A – Utilização da rede social <i>Twitter</i> para marcar e divulgar manifestação.	112
ANEXO B – Reivindicações dos estudantes - Jornada de Lutas “Nessa Eleição, Defenda a Educação”.....	113

1 INTRODUÇÃO

O digital produziu uma mudança na discursividade do mundo, [...] nas relações históricas, sociais e ideológicas, na constituição dos sujeitos e dos sentidos, mas também na forma dos relacionamentos, do trabalho, da mobilidade, dos encontros, até mesmo do fazer científico, do qual faz parte a maneira de sua produção e seus meios de circulação.

(DIAS, 2016, p. 9)

Este trabalho surge a partir de reflexões sobre o espaço digital e a produção de discursividade sobre a educação brasileira. O espaço digital em suas várias representações está cada dia mais enraizado em nossa sociedade, nos afetando diretamente. Em vista disso, adotamos o discurso digital como nosso objeto de análise.

A circulação de informações está cada vez mais instantânea, principalmente nas redes sociais, havendo uma saturação de dados que circula no corpo social/digital. Com os documentos relacionados à educação não é diferente, há uma profusão de discursividades que estão atreladas à educação brasileira. Portanto, enfocaremos neste trabalho as discursividades sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, doravante) no espaço digital.

A educação brasileira é norteada por diretrizes educacionais, seja de âmbito nacional, seja estadual, seja municipal visando a propor orientações pedagógicas à comunidade escolar. Esses documentos oficiais surgem pela necessidade de (re)atualizações de diretrizes anteriores, buscando proporcionar uma possível melhora no sistema educacional. Tais documentos estão em constantes (re)formulações, seja para negar uma diretriz anterior ou para ampliá-la.

Em 2014, começaram as discussões acerca da formulação de uma diretriz pedagógica que objetiva produzir um currículo comum para todo o Brasil. Essa proposta pedagógica chegou ao Congresso Nacional que aprovou a criação de uma Base Nacional Comum Curricular.

É nesse processo discursivo que a BNCC é formulada, visando à realização de movimentos de (re)atualização dos documentos oficiais, e tornando-se um dos principais documentos educacionais atuais. A *Base* tem a tarefa de propor conteúdos e habilidades, segundo o documento, essencial a todos os alunos integrantes da educação básica.

Entre a aprovação no Congresso Nacional, em 2014, e sua homologação, em 2017¹, a BNCC sofreu bastantes alterações e discussões acerca de sua eficácia no âmbito educacional. Este período foi marcado por grandes conflitos ideológicos/políticos, pois grupos educacionais não aceitaram *a priori* a ideia de um documento que “impõe” o currículo comum em nível nacional, pois o país, com seu território continental, apresenta diferentes características em vários âmbitos, a saber: econômico, social, cultural, educacional etc.

Para além, vários acontecimentos políticos ocorreram no (per)curso de elaboração da BNCC, entre esses acontecimentos podemos citar a troca de presidente e de ministros da educação. Vale ressaltar que, em 2015, o Brasil estava enfrentando uma crise econômica, que, de certa medida, provoca uma crise política. A suposta crise foi utilizada como cortina de fumaça para instauração de um golpe de estado. A instabilidade política e econômica do país afetava diretamente o processo de elaboração e de implementação da *Base*. Mais adiante, no capítulo 2, abordaremos mais detalhadamente o contexto sócio-histórico da criação e homologação da BNCC.

A BNCC passou por várias reformulações, ou, melhor dizendo, por várias versões, a saber: a primeira versão foi disponibilizada em 2015; em maio de 2016, foi disponibilizada a segunda versão; a terceira versão, circulou somente para a **educação infantil** e para o **ensino fundamental**, em abril de 2017, que se tornou a versão final para esses níveis de ensino; a versão final para o **ensino médio** foi disponibilizada em abril de 2018.

Nesse ínterim, entre a primeira e a última versão, o Ministério da Educação (MEC, doravante) realizou consultas públicas, visando à participação da sociedade geral para contribuição na elaboração do documento. O MEC divulgou que, entre 15 de setembro de 2015 até o dia 15 de março de 2016, recebeu mais de 12 milhões² de sugestões/contribuições.

Rogério Tílio (2019) afirma que tais contribuições poderiam ser enviadas por meio de formulários *online*, mas que o MEC nunca apresentou como foram tabulados e analisados os dados recebidos. “Dado o cronograma apertado, é de se duvidar se algumas dessas contribuições foram sequer consideradas e incorporadas. E se foram, qual foi a

¹ Destacamos que, em 2017, foi homologada a *Base* destinada apenas à educação infantil e ao ensino fundamental; em 2018, foi homologada a versão destinada ao ensino médio.

² Matéria disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/base-nacional-recebe-12-milhoes-de-sugestoes/>

metodologia?” (TÍLIO, 2019, p. 11). Por esse motivo, muitos educadores e estudantes não se sentiram representados, pois suas contribuições podem não ter sido consideradas.

Devemos refletir sobre qual a importância de documentos oficiais, como a BNCC e outros, para formação e atuação de professores, e, nesta dissertação, estamos pensando no caso específico dos professores de língua portuguesa. Como mencionamos, as diretrizes educacionais propõem orientações para as práticas pedagógicas. É por afetar diretamente o “fazer pedagógico” que os profissionais da educação se posicionam frente à (re)elaboração da BNCC, uma vez que esse documento irá (re)direcionar suas práticas de ensino.

De acordo com Martins (*et. al.*, 2018), as diretrizes integram o objeto de trabalho do professor. Tecer análises sobre documentos oficiais é refletir sobre a prática pedagógica. O professor sempre estar realizando mo(vi)mentos de reflexões sobre tais documentos, uma vez que os documentos oficiais são parte constitutiva do processo de ensino e de aprendizagem. Destacamos, a seguir, as palavras de Martins *et. al.*,

(...) na esteira de Chevallard (1991), que esses documentos estão pautados na instância de um “**saber a ser ensinado**”, que, por sua vez, mantém relação com instância de um “**saber ensinado**”, considerando o tratamento pedagógico a ser promovido pelo professor no espaço de sala de aula. (MARTINS *et. al.*, 2018, p.11-12; grifo nosso)

Portanto, os documentos oficiais partem de um imaginário sobre o que é essencial a ser ensinado a todos os alunos da educação básica. Esse “saber a ser ensinado” se torna documentos oficiais e fica a cargo do professor desenvolver as orientações/normatizações apresentadas por tal documento. Conforme Rajagopalan (2019, p. 31), “Como não podia ser de outra forma, a BNCC também abriga sua ideologia. [...] é preciso inferir qual é a ideologia subjacente à BNCC lendo o texto em suas entrelinhas”.

Neste ponto, algumas perguntas se (im)põem: Quais são os conteúdos essenciais? O que os tornam essenciais? Quem define quais são os conteúdos essenciais? Provavelmente, essas dúvidas acabam por evidenciar pontos de dispersão sobre a implementação da base. Esses conteúdos essenciais são (re)elaborados a partir das posições políticas e ideológicas daqueles que estão no “poder”.

Veremos, *no capítulo 2*, como as discursividades, em funcionamento na BNCC, deixam flagrar Formações Discursivas que demonstram pontos ideológicos daqueles que a produziram. Observaremos e destacaremos, também, o apagamento de sentidos da versão final em relação às duas primeiras versões.

Além de realizar um breve percurso histórico acerca da criação e homologação da BNCC, temos como foco principal analisar as discursividades que circulam sobre este documento oficial no discurso digital. Faz-se necessário apresentar o (per)curso de historicização da BNCC, pois as condições de produção desse arquivo afetam diretamente o modo pelo qual é discursivizada a BNCC no digital.

Veremos que o processo de criação e homologação do arquivo não ocorreu de forma pacífica, provocando uma reverberação no espaço digital. O discurso digital, na relação com as condições de produção, abre vias para lançar luz à memória social acerca deste documento oficial, pois sua criação provocou manifestações e a tomada de posição de diferentes categorias organizadas de diferentes segmentos da sociedade.

Para tanto, temos como foco as discursividades feitas sobre a BNCC por três categorias/agentes sociais que estão implicados nesse documento pedagógico, a saber: Ministério da Educação; representantes dos estudantes secundaristas; e, representantes dos trabalhadores na/em educação.

Uma vez que a BNCC está em circulação, a partir da memória discursiva, metálica e digital, é possível analisar o(s) furo(s) do discurso oficial sobre a BNCC. Portanto, é de grande relevância observar como a implementação da BNCC reverbera em discursividades que circulam no corpo social, por meio do espaço digital, indo além do que foi institucionalizado no arquivo.

Para a realização desta dissertação, nos filiamos à teoria da Análise de Discurso (AD) francesa, formulada por Michel Pêcheux, na França, por Orlandi, no Brasil, e, também, as contribuições de Dias (2018) e Paveau (2021) para reflexões acerca da Análise do Discurso Digital. A AD apresenta elementos teóricos e metodológicos que irão sustentar este trabalho, como por exemplo: formação discursiva; gesto de leitura; memória discursiva, metálica e digital; processo de produção do discurso (digital); e outros conceitos centrais da AD. Nos interessa, por meio da Análise de Discurso, analisar e problematizar a língua em movimento no espaço digital, ou seja, a língua produzindo sentido.

Por meio dos aparatos teóricos e metodológicos da AD poderemos analisar os atravessamentos discursivos que ocorrem nas discursividades sobre a BNCC pelas três categorias citadas. Para tanto, recorreremos às postagens realizadas por cada categoria na

rede social *Twitter*. Realizaremos recortes discursivos, por meio de captura de tela, para realizarmos a seleção de nosso *corpus*.

Após a seleção do *corpus*, algumas perguntas se impõem: As discursividades, no *Twitter*, permitem uma leitura do arquivo mais contundente ou menos contundente? Quais atravessamentos discursivos estão em evidência em cada categoria? As postagens/tuítes contribuem ou rarefazem o imaginário de que a BNCC é um documento necessário?

A fim de responder esses questionamentos, propomos o seguinte objetivo geral: problematizar o modo como algumas categorias públicas (MEC – UBES – CNTE) produzem discursividades sobre a BNCC na rede social *Twitter* e suas implicações na relação de resistência/aceitação dos envolvidos com essa normativa. Quanto aos objetivos específicos: identificar como discursividades de circulação social sobre a BNCC ganham evidência no digital; apontar o modo como a memória social (atravessada pelo digital), nas discursividades sobre a BNCC, deixa flagrar pontos de dispersão; analisar se as discursividades que circulam no digital estão no campo da (des)ordem institucional.

Para contemplar esses objetivos, estruturamos essa dissertação em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresentamos nossas balizagens teóricas organizada em quatro seções, além das considerações iniciais, a saber: na primeira seção, realizamos um breve percurso pelo surgimento e constituição da AD; posteriormente, na segunda seção, apresentamos os principais dispositivos teóricos AD que servirá como ancoragem para os mo(vi)mentos de análise; na terceira seção, tecemos reflexões sobre a Análise do Discurso Digital e suas especificidades; na quarta seção, apresentamos três tipos de memória (discursiva, metálica e digital) comentamos sobre suas especificidades, intercruzamento e importância para produção de sentidos.

No segundo capítulo, apresentamos o percurso para a homologação da BNCC, estruturamos esse capítulo em duas seções, a saber: na primeira seção, apresentamos as condições de produção da BNCC e observamos os entraves sociais e políticos alinhavados com a elaboração do arquivo; na segunda seção, apresentamos um breve olhar analítico para a BNCC, com objetivo de mostrar que este arquivo é constituído de apagamentos e formações ideológicas conflitantes.

No terceiro capítulo, apresentamos nosso percurso metodológico organizado em quatro seções, a saber: na primeira seção, apresentamos os procedimentos metodológicos e de análise proposto pela AD; na segunda seção, caracterizamos a rede social *Twitter* e suas especificidades; já na terceira seção, apresentamos o processo de composição do

material de análise e caracterização do *corpus*; na quarta seção, especificamos qual será nosso procedimento de análise.

No quarto capítulo, apresentamos nossos mo(vi)mentos de análise. Organizamos este capítulo em três seções, a saber: na primeira seção, realizamos análise dos tuítes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; na segunda seção, apresentamos a análise dos tuítes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; na terceira seção, realizamos análise dos tuítes do Ministério da Educação.

Vejamos, a seguir, nosso primeiro capítulo destinado às balizagens teóricas.

2 CAPÍTULO 1 – BALIZAGENS TEÓRICAS: ENTRE FIOS DISCURSIVOS E METÁLICOS

[...] percebe-se que os analistas de discurso dispõem de um aparato teórico complexo, composto por conceitos que se articulam engenhosamente na famosa ‘rede’ do discurso, aquela composta de fios e furos operando com igual relevo.

(FERREIRA, 2008, p.16, grifo nosso)

Considerações iniciais

Neste capítulo, apresentamos nossas balizagens teóricas, as quais criam condições para os mo(vi)mentos de análise que empreenderemos nesta dissertação. Portanto, para a realização desta pesquisa nos filiamos à teoria da Análise de Discurso Francesa, formulada por Michel Pêcheux, na França, difundida por Eni Orlandi, no Brasil, conforme já destacamos anteriormente. Destacamos, também, as contribuições de Dias (2018) e de Paveau (2021) para reflexões acerca da Análise do Discurso Digital; suas teorizações nos ajudaram a lançar luz ao discurso digital como objeto de análise.

Estruturamos este capítulo em quatro seções, buscando realizar (per)curso acerca da história da Análise de Discurso até chegarmos no nosso objeto de análise (discurso digital). Na primeira seção, tecemos considerações sobre a constituição da Análise de Discurso e de sua relevância para os estudos discursivos. Enfocamos a proposta da AD e seu objeto de análise.

Na segunda seção, apresentamos os dispositivos teóricos que sustentam a Análise de Discurso e, conseqüentemente, este trabalho. Perpassamos pelas noções básicas dessa teoria que são relevantes para realizar mo(vi)mento de análise do nosso *corpus* e que utilizamos para realizar batimento entre a descrição e a análise do discurso digital.

Na sequência apresentamos a terceira seção; abordamos as especificidades da Análise do Discurso Digital, uma vez que o discurso digital tem suas singularidades que afetam o modo por meio do qual abordamos nosso objeto de análise. Na quarta seção, tecemos apontamentos sobre memórias, especificamente três: discursiva, metálica e digital. Tematizamos a relevância dessas memórias para produção e circulação de discurso.

2.1 Um breve percurso pela Análise de Discurso

Apresentamos, nesta seção, uma breve incursão sobre o surgimento da Análise de Discurso no espaço intelectual francês. Essa teoria surgiu no final dos anos de 1960, na França, a partir das teorizações de Michel Pêcheux e de outros parceiros de trabalho de Pêcheux. A AD não surgiu meramente com um novo estudo linguístico, ela se constituiu como uma disciplina resultante do atravessamento de outros campos teóricos; dizendo de outra forma, uma disciplina de entremeio. A seguir, na esteira de Maingueneau (2015), apresentamos esses campos teóricos:

Com Pêcheux, a análise do discurso se ancora, **ao mesmo tempo, no marxismo do filósofo L. Althusser, na psicanálise de J. Lacan e na linguística estrutural**, três empreendimentos que dominam, nesse momento, a cena intelectual (MAINGUENEAU, 2015, p.19, grifo nosso).

A Análise do Discurso ganha evidência em 1969, após publicação especial da revista *Langages*, nº 13; essa revista era muito prestigiada na época por apresentar estudos e discussões na área da linguagem. Tal publicação especial fazia apresentação de um novo campo de estudos chamado de Análise de Discurso, a edição foi organizada por Jean Dubois (MAINGUENEAU, 2015).

Pêcheux não realizou publicações nesta edição da revista *Langages*, sua visão acerca da Análise de Discurso era distinta daquela proposta por Jean Dubois (1969). Entretanto, no mesmo ano (1969), ele publicou, *Análise Automática do Discurso*, apresentando suas concepções acerca dos estudos discursivos, com base nos estudos de Canguilhem e Althusser. Pêcheux

[...] não é um linguista, mas um filósofo marxista especialista em histórias das ciências, que pretende contestar os pressupostos “idealistas” das ciências humanas; ele era, então, pesquisador em um laboratório de psicologia social. (MAINGUENEAU, 2015, p.19,).

Essa disciplina, diferentemente de outras que trabalham restritamente a língua ou as normas que a constituem, lança um olhar para o discurso. Pêcheux (1969) partia da perspectiva de que a linguagem não era transparente. Para ele, a linguagem é opaca, pois, quando o sujeito enuncia, produz diversos efeitos de sentidos, e o sentido não é dado *a priori*.

A Análise de Discurso passou por algumas fases até chegar na formulação a que estamos filiados hoje. Essas fases fazem parte do mo(vi)mento de (re)elaboração dessa

disciplina, ocasionando um (re)atualização dos procedimentos teóricos e metodológicos da AD. Portanto, a AD pode ser dividida em três fases/momentos.

Na primeira fase, a AD começa a ser constituída e a ser abordada por diferentes autores voltados aos estudos discursivos. Nesta fase, a AD debruçava-se sobre a análise de discursos estabilizados, em que as posições ideológicas eram estáveis e homogêneas. O marco desta fase é o conceito de “*Máquina Discursiva*”. De acordo com Pêcheux (1983),

Um processo de produção discursiva é concebido como uma **máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma**, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que “utilizam” seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes”. (PÊCHEUX, 1983, p.307, grifo nosso)

[...]

O ponto de partida de uma AD-1 é um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas (o mais frequentemente pela vizinhança de uma palavra-chave que remete a um tema) num espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas. (PÊCHEUX, 1983, p.308, grifo do autor)

Portanto, considerava-se que os discursos eram fechados sobre si mesmos e autodeterminados por uma Máquina Discursiva. Os mo(vi)mentos de análise buscavam relacionar o discurso a outros que pertencesse às mesmas estruturas, ou seja, que fosse semelhante (constituída de condições de produção estáveis e homogêneas)

Na segunda fase, a ideia de Máquina Discursiva começava a ser questionada, principalmente pelo fato de que o discurso era considerado fechado em si mesmo. Em paralelo, o conceito de Formação Discursiva (FD), proposto por Foucault (1995), ganhava evidência. De acordo com Foucault (1995, p.136), formação discursiva está relacionado a

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Portanto, de acordo com a citação anterior, podemos compreender que a formação discursiva tem a ver com o que pode ser dito por um sujeito, o que é dito é afetado pela posição social, localização geográfica e outros. Além disso, as formações discursivas estão relacionadas a outras, não podendo ser “fechadas em si mesmas”. Há aí

implicada uma heterogeneidade, marcando o funcionamento das FD em seu interior ou em relação a outras. Segundo Pêcheux (1983):

[...] a noção de *formação discursiva*, tomada por empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” e de “discurso transversos) (PÊCHEUX, 1983, p.310, grifo do autor).

Portanto, a noção de FD é diametralmente oposta à Máquina Discursiva, pois, a FD é composta por paráfrases, estando em movimentos de retomada, de (re)formulação e de (re)atualização de discursos. Assim sendo, não é possível estabelecer relação entre FD e Máquina Discursiva, uma vez que essa “máquina” é considerada como discursividades fechadas. Começava a “explosão”, tomando a expressão de Pêcheux (1983), da noção de Máquina Discursiva.

Na terceira fase, a AD abandona completamente o conceito de Máquina Discursiva, constituindo em seu lugar a noção de “Interdiscurso”.

O desenvolvimento atual de numerosas pesquisas sobre os encadeamentos intradiscursivos – “interfrásticos” – permite à AD-3 abordar o estudo da *construção* dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos “pontos de vista” e “lugares enunciativos no fio intradiscursivo”. (PÊCHEUX, 2014[1983], p. 312-313, grifo do autor)

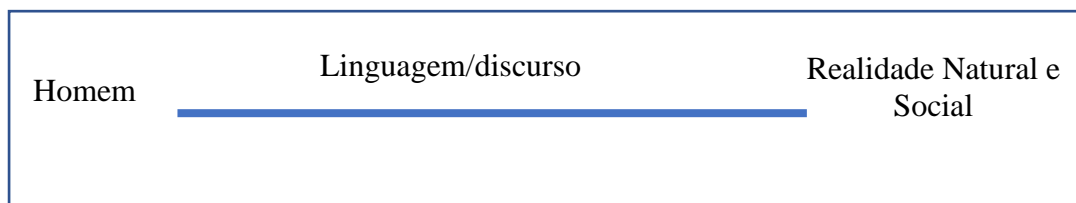
Portanto, na terceira fase, cai por terra a ideia de que os discursos têm suas constituições independentes (fechados em si mesmo). A noção de interdiscurso considera que: os discursos estão em relação uns com os outros; são heterogêneos; e, neles há a presença de FD. Em síntese, essas são as três fases da AD.

Essa nova disciplina de estudos discursivos incluía o sujeito no processo de significação da língua(gem). Pêcheux (1983) começa a fazer relações entre o discurso e sua exterioridade, observando como o sujeito é interpelado pela ideologia mesmo que inconsciente. Assim sendo, o discurso está intrinsecamente alinhavado com o simbólico, com os sentidos e com a história.

Portanto, a AD observa como os discursos produzem efeitos de sentido, uma vez que os sentidos, de acordo com Ferreira (2008, p. 13), “são tão caros à análise do discurso, já que constituem sua matéria prima”. “Na análise de discurso, procura-se compreender

a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2015, p. 13). Para AD, o discurso é o mediador entre o homem e o mundo/real (realidade natural e social) (*idem*). Eis, a seguir, o esquema 1:

Esquema 1 – Discurso como mediador entre o homem e a realidade/real



Fonte: Elaboração própria, com base nos escritos de Orlandi (2015)

O sujeito, por meio do discurso, é posto em relação com a realidade social; o discurso sempre está em movimento de acordo com as transformações da sociedade e de seu funcionamento ideológico. Portanto, o discurso é o observatório de vínculo entre a língua e a ideologia, entendendo como a língua (re)produz sentidos ao sujeito (ORLANDI, 2015).

Após esta fase de contextualização acerca da AD, iremos apresentar os dispositivos teóricos que nos auxiliaram no mo(vi)mento de análise do nosso *corpus*. Para tanto, abordamos, na próxima seção, quais são as noções básicas da AD e sua relevância para os movimentos de análise.

2.2 Dispositivos teóricos: noções básicas da Análise de Discurso

Nesta dissertação, como já mencionamos, lançaremos luz ao discurso digital nativo produzido sobre a Base Nacional Comum Curricular. Paveau (2021, p. 28) conceitua este discurso (digital nativo) como “produções verbais elaboradas on-line, quaisquer que sejam os aparelhos, as interfaces, as plataformas ou as ferramentas da escrita”. Portanto, não nos interessa saber por meio de qual dispositivo são elaboradas as “produções verbais”, mas suas discursividades e efeitos de sentidos.

Antes de adentrarmos mais profundamente às questões que envolvem o discurso digital, iremos tecer considerações importantes, à luz da Análise de Discurso, sobre o sujeito e sua constituição. Como apresentamos na epígrafe deste capítulo, a AD dispõe de um aparato teórico complexo, e, para falarmos sobre o discurso digital, é preciso conhecer

os dispositivos teóricos apresentados pela AD francesa, dispositivos esses que serão mobilizados no mo(vi)mento de análise posteriormente.

Tomamos discurso, a partir das considerações de Pêcheux (1969), como efeitos de sentidos entre locutores. Para ele, o discurso não é meramente uma transmissão de informações entre enunciadorees, em que um fala e o outro recebe as informações e as decodifica. Devemos ficar atentos para não confundir discurso com texto. Texto é uma unidade significativa, precisando apresentar textualidade. Pensando de forma empírica, o texto apresenta começo, meio e fim. Entretanto, o discurso está no campo da incompletude, pois o sujeito, o sentido e o próprio discurso são incompletos (ORLANDI, 2017).

De acordo com Orlandi (2015, p.15), “o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. Em outras palavras, para a Análise de Discurso, a língua está intrinsecamente ligada à ideologia e à história, circulando no social. Conforme Pêcheux (1975), não é possível conceber o discurso sem sujeito e, do mesmo modo, não há sujeito sem ser interpelado pela ideologia. Portanto, o sujeito é afetado pela ideologia e é nessa relação sujeito-ideologia que a língua (re)cria sentidos.

Orlandi (2015, p.13) relaciona o discurso à “palavra em movimento, prática de linguagem: como estudo do discurso observa-se o homem falando”. Neste trabalho, observamos a palavra em movimento no espaço digital, especificamente na rede social *Twitter*, considerando as materialidades e as condições de produção entrelaçadas nas discursividades analisadas. De acordo com Orlandi:

As condições de produção incluem pois os sujeitos e a situação. A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. (ORLANDI, 2017. P.17)

Portanto, faz-se necessário realizar um batimento entre *sentido lato* e *sentido estrito*, ou seja, (re)pensar as produções de discursividades na esfera digital, no contexto sócio-histórico e ideológico relacionadas à BNCC. No capítulo 2, iremos apresentar o (per)curso da homologação da *Base*, pretendemos apresentar quais eram as condições de produção das discursividades circuladas no espaço digital.

Quando a formulação do sujeito é engendrada no espaço digital, como, por exemplo, redes sociais, para a produção e a divulgação de certas discursividades, há

discursividades constituindo as condições de produção. Por exemplo, quando um sujeito abre uma rede social e posta algo sobre a BNCC, o analista do discurso deve realizar o mo(vi)mento de compreender “o aqui e o agora” desta discursividade e, também, o contexto sócio-histórico e ideológico que se relaciona com este dizer.

Em consonância com Orlandi (2015), salientamos que a língua(gem) não é transparente, ela é opaca e heterogênea, os sentidos não são conteúdos, não estão “contidos” nas palavras, não é unívoco, não se fecham e não se prendem, sendo assim marcado pela incompletude e para a AD, é a noção de equívoco ou de equivocidade “que 'desnuda' a verdade do sujeito que enuncia, ao produzir uma falha material que foge ao seu controle.” (CAVALLARI, 2010, p. 669)

E, no mesmo sentido, Galvão e Vinhas (2015, p.1) afirmam que a língua – uma das materialidades do discurso – no âmbito da AD “é considerada em sua forma material enquanto ordem significante suscetível de equívoco, de deslize, de falha, isto é, a língua [...] é um sistema passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos.”

Ainda referente à noção de equivocidade, na esteira de Ferreira (2000, p.15), “o equívoco irrompe como um lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e (é) compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado.”

Conforme Orlandi (2011, p. 24), o analista, para trabalhar a língua como materialidade do discurso, “traz para dentro de sua prática o trabalho [...] com o ‘equívoco’, [...] (com) o efeito da falha da língua inscrevendo-se na história”, e ela afirma, ainda, que, “falamos a mesma língua, mas falamos diferente” e que o analista “não pode abrir mão do sentido, que, por sua vez, não está ‘separado’ da sintaxe.”

Destacamos, em conformidade com Orlandi (2015, p. 57), que a AD “não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas real do sentido em sua materialidade linguística e histórica, [...] ele é sempre suscetível de ser/tornar-se outro”; e, com isso, destacamos que há muitas possibilidades de produção de efeitos de sentidos no processo de leitura de determinado discurso.

Orlandi (2017) pondera que o sujeito, para a AD, apresenta uma posição projetada no discurso. Para Freire (2014, p.10), “cada situação de fala põe o indivíduo em uma posição-sujeito. A posição-sujeito é um conceito da AD que se refere ao lugar de onde se fala e se produz sentido.”. Portanto, quando produzimos discursividades, e, neste ponto, pensamos no espaço digital, deixamos marcas da nossa posição-sujeito, ou seja, do nosso lugar simbólico.

A posição-sujeito está diretamente ligada às formações imaginárias que o sujeito faz a partir da imagem “[...] dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Assim como também se tem a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto de discurso.” (ORLANDI, 2017, p.18)

Alinhando com o nosso trabalho, a posição-sujeito daqueles que tecem comentários acerca da BNCC no âmbito espaço digital tem importância, pois ele (o sujeito) ocupa um lugar social não é neutro e que está em constante relação com outras discursividades. De acordo com Orlandi (2017), essas posições não são neutras, mas “se carregam do poder que as constitui em suas relações de força” (ORLANDI, 2017, p. 18).

Continuando nosso (per)curso aos dispositivos teóricos importantes para AD, e consequentemente a esta pesquisa, iremos tecer considerações acerca da ideologia. Para a Análise de Discurso, a ideologia ganha materialidade no discurso, revelando lugares socioideológicos (posição-sujeito) daquele que diz algo. Segundo Orlandi (2017, p. 20), “a relação entre língua e ideologia afetando a constituição do sujeito e do sentido. Resta dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo”.

O sentido não existe por si só, mas é atribuído a partir do funcionamento da ideologia na língua e sua relação com contexto sócio-histórico. De acordo com Fernandes, ideologia está relacionada a

[...] uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta se materializa naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integra(m); (FERNANDES, 2008, p. 21)

Portanto, a ideologia está presente em todo discurso, conforme viemos destacando neste trabalho. Segundo Pêcheux (1975), não existe discurso sem ideologia e, do mesmo modo, não há sujeito sem ideologia. A AD considera que o indivíduo é interpelado em sujeito por meio da ideologia, construindo uma relação com o mundo através do simbólico.

Para Althusser (1987, p. 77), “[a] ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Essas relações imaginárias estão relacionadas à imagem que o sujeito tem de si, do outro e das coisas, produzindo uma relação dele (sujeito) com o simbólico; essas relações são revestidas de formações ideológicas.

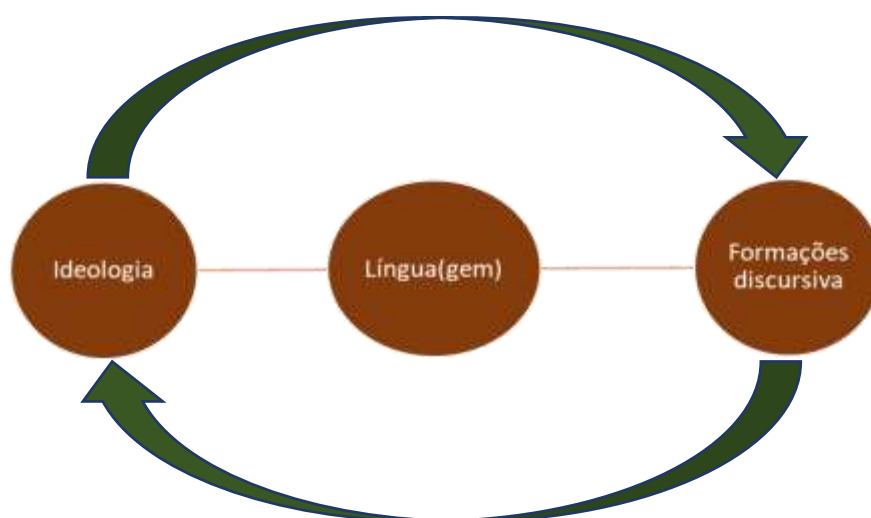
Não é possível acessar a ideologia de um sujeito de qualquer modo, mas é necessário que ela tenha forma para realizar mo(vi)mentos de análise. Por meio da língua(gem), a ideologia vai ganhando formas, possibilitando ao analista de discurso observar como ela (a ideologia) se manifesta. As formações ideológicas são representadas por formações discursivas.

De acordo com Orlandi (2017, p. 20, grifo nosso),

As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às informações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. *Chamamos então de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito.* Portanto, as palavras, proposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

Portanto, a formação discursiva se caracteriza pela relação com a ideologia, as posições ideológicas do sujeito reverberam em suas formações discursivas. Foucault (1995, p. 31) levantou uma questão que é relacionada à FD, a saber: como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? A FD possibilita olhar como a ideologia se materializa nas discursividades produzidas. Mobilizamos, a seguir, um esquema que mostra a relação entre as noções de formações ideológicas e discursivas.

Esquema 2 – Formações ideológicas e discursivas



Fonte: Elaboração própria.

Considerando o esquema 2, podemos observar as relações entre estes dispositivos teóricos. A ideologia, por meio da língua(gem), ganha forma nas formações discursivas. Já as FD, valendo-se da ideologia, da conjuntura sócio-histórica, da posição-sujeito, produzem sentido e determinam o que pode e deve ser dito pelo sujeito. Podemos dizer, *grosso modo*, que a FD faz operar um batimento entre o campo das possibilidades lexicais (aquilo que pode ser dito) e a escolha do sujeito (aquilo que é dito), posto que: “O conjunto de formações discursivas, por sua vez, forma um complexo com dominante. Este complexo com dominante das formações discursivas é o que chamamos de *interdiscurso*, que também está afetado pelo complexo de formações ideológicas.” (ORLANDI, 2017, p.20, grifo nosso). Vejamos, a seguir, as considerações de Pêcheux (2014) sobre o interdiscurso:

[...] propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2014, p. 149; grifos do autor)

Tomando como base as teorizações de Pêcheux, Orlandi (2015, p.31-32) tece considerações sobre o interdiscurso, vejamos:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras (ORLANDI, 2015, p. 31-32).

Buscando produzir articulação com essas importantes formulações de Orlandi (2015), podemos destacar que as formações discursivas são compostas por diferentes discursos, o emaranhado de discursos já constituídos chamamos de interdiscurso. O interdiscurso é constituído de tudo o que já foi dito (pré-construído), esse já-dito está relacionado aos discursos circulados em diferentes momentos históricos e diferentes lugares sociais.

O sujeito inscrito no funcionamento do interdiscurso, de forma inconsciente, mostra-se filiado a discursividades. O interdiscurso está alinhavado ao conceito de memória discursiva. A memória aciona as possibilidades do dizer, baseada no já dito. Aprofundarmo-nos ainda mais sobre a memória discursiva mais adiante.

O interdiscurso se intercrucza com o intradiscurso. Se o interdiscurso está no plano do já-dito (pré-construído), podemos relacionar o intradiscurso como a atualidade do dizer. Pêcheux ([1975] 2014, p. 154) postula que “o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’”.

De acordo com Orlandi (2012),

Os processos de produção do discurso implicam em três momentos igualmente relevantes:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológica mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Portanto, os discursos perpassam por esses três eixos. O interdiscurso está alinhado ao processo de constituição; já o intradiscurso está relacionado ao processo de formulação. O eixo da constituição (já-dito) se cruza com o eixo da formulação (atualidade), constituindo o dizer em circulação. Posteriormente, mostraremos como esses processos de produção do discurso funcionam no espaço digital, tendo por base a natureza do *corpus* de análise em foco neste trabalho.

2.3 Análise do Discurso Digital

Após realizar um breve (per)curso pelas noções básicas da Análise de Discurso francesa, de origem pecheutiana e orlandiana, iremos discorrer sobre a Análise do Discurso Digital. É importante ressaltar que o termo “Análise do Discurso Digital” não se trata de uma nova análise de discurso, mas sim de uma nova vertente. Se, na Análise de Discurso francesa, o objeto de estudo é o discurso, na Análise do Discurso Digital, o objeto de estudo, como o próprio nome já contempla, é o discurso digital.

Nossa sociedade está imersa em tecnologias de diferentes esferas. Pêcheux (2015[1983]) comenta que o homem desenvolveu pequenos sistemas lógicos portáteis. Esses sistemas vão de uma caneta até um sofisticado *smartphone*. Com o advento da

tecnologia esses sistemas foram se ampliando e cada vez mais os indivíduos passaram a se utilizar deles para a gestão cotidiana.

Podemos refletir sobre a presença de dispositivos digitais em nossa sociedade atual, estamos cada vez mais integrados às tecnologias digitais. Para realização deste trabalho, foi necessário se valer de vários dispositivos tecnológicos, como por exemplo: *notebook* para a escrita deste texto; *kindle* para leitura de livros digitais relacionados a esta temática, e outros. Portanto, o uso desses aparelhos faz com que o sujeito realize mo(vi)mentos de interações, a depender do aparelho, produzindo discursividades digitais.

Percebemos que atualmente há essa necessidade de cada vez mais estarmos conectados e de compartilharmos informações de forma rápida. Ao acessarmos a *web*, seja *site* de notícias, seja rede social, passamos a estar em contato com sentidos em dispersão e em unidade que ecoam vozes daqueles que a utilizam. É importante lançar luz à *algazarra do digital* e ao *ruído incessante das teclas*, na expressão utilizada por Orlandi (2018), pois na (des)ordem dessas discursividades, há multiplicidade de efeitos de sentidos.

As teorizações de Dias (2018) foram muito significativas para a escrita desta dissertação, pois a autora se debruçou em tomar o digital como objeto de análise. Grande parte das teorizações que serão apresentadas, nesta seção, parte de momentos de reflexões de seus textos. Dias (2018) salienta que há reverberações nos conceitos da Análise de Discurso, uma vez que o próprio objeto (o digital) demanda novas questões.

Nesta perspectiva, ao longo dos anos tenho refletido em meus trabalhos sobre a transformação que o digital vem produzindo na discursividade do mundo e desde então tenho buscado compreender as consequências históricas, por um lado, e teórico-analíticas, por outro lado, dessa mudança, sobretudo, no que se refere à forma do sujeito, sua constituição e seus processos de subjetivação pelo digital, a saber, as formas históricas de assujeitamento na sociedade digital, mas também a construção do conhecimento em suas formas institucionais e políticas. (DIAS, 2018, p. 20)

Podemos compreender, por meio da citação anterior, a importância de considerar o discurso digital como objeto de análise. Nossa sociedade está cada vez mais se assujeitando (se identificando e se contraidentificando) às tecnologias. Os sistemas lógicos digitais estão cada vez mais avançados e, também, interligam o corpo social com o digital, principalmente em relação às redes sociais.

Dias (2016) pondera que o digital produziu, e ainda produz, mudança nas discursividades que circulam nas diferentes esferas, afetando as relações sociais,

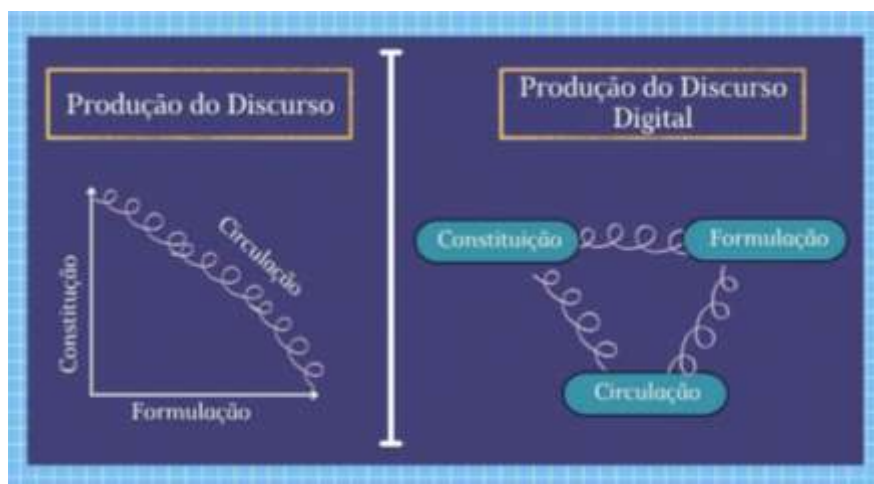
históricas e ideológicas. Portanto, é necessário analisar o modo como as discursividades ganham sentidos no espaço digital. O digital faz com que o sujeito estabeleça outras relações entre o mundo e o simbólico. Essas relações estão na ordem das múltiplas possibilidades pelas quais o digital se apresenta ao sujeito (em forma de aplicativos de jogos, de relacionamento, redes sociais, de sites de notícias etc).

A AD é tão importante para refletir sobre o discurso digital, pois as discursividades que circulam no meio espaço digital “é feita de linguagem e por sujeitos ideologicamente interpelados” (MARIANI, 2018, p. 381). Portanto, a AD contribui, com seus dispositivos teóricos, em lançar luz ao uso das tecnologias pelo corpo social, possibilitando a reflexão sobre as materialidades discursivas que circulam nesse meio.

De acordo com Dias (2018, p. 27), “é preciso compreender a exterioridade constitutiva do discurso digital, as relações e os meios de produção capitalista, os processos da constituição de sentidos e suas condições de produção, mas também a formulação e a circulação desse discurso”.

Aludimos, na seção anterior, que a produção do discurso implica três momentos, a saber: constituição, formulação e circulação. De acordo com Orlandi (2017), o eixo da constituição se cruza com o eixo da formulação, dessa maneira constituindo a circulação. Mas será que no discurso digital os processos para formulação do discurso ocorrem do mesmo modo? De acordo com as teorizações de Dias (2018), há a existência dos três processos/momentos de formulação do discurso, porém a circulação ganha destaque no espaço digital. Segundo Dias (2018, p. 43), “o elemento da circulação se sobressai ao da formulação e ao da constituição nos processos de produção dos discursos e do conhecimento, pela maneira como a noção de informação se discursiviza em nossa sociedade”. A circulação, nos processos do discurso digital, ganha o papel de “ângulo de entrada”. Apresentamos, a seguir, um esquema ilustrando esses processos.

Esquema 3 – Processos de produção do discurso



Fonte: Elaboração própria.

No discurso digital, como observamos no esquema anterior, a circulação ganha centralidade na produção de discursos. Segundo Dias (2018, p. 29), “é pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, link...) que o digital se formula e se constitui.”. Portanto, “o discurso digital se formula ao circular” (DIAS, 2018, p. 29). A circulação produz mudanças nos processos de formulação e de constituição, pois, a depender dos dispositivos, dos aplicativos e do *site* a circulação do discurso ocorre de um modo, fazendo com que o sujeito (re)pense como constituir e formular seu discurso.

Vale destacar que a circulação, sendo “ângulo de entrada” nos processos de produção do discurso digital, não estabelece relação de anterioridade em relação ao eixo de formulação e de constituição, mas uma mudança de perspectivas (DIAS, 2018). Conforme Dias (2018, p. 29), “olhar o processo de produção dos discursos pela via da circulação tem a ver com um sentido que se produz no efêmero, no agora”.

Um das especificidades do espaço digital é sua efemeridade. Em um mundo globalizado, as informações são constantes, provocando um transbordamento de dados que provoca uma relação entre passado e atualidade. Uma formulação pela manhã pode ser atual; após horas, surgem novas formulações que fazem o que era atual se tornar ultrapassado. Nas redes sociais, observamos esses movimentos com mais celeridade, a cada atualização da rede novas postagens surgem, provocando sempre um movimento de (re)atualização.

2.4 Memórias: Discursiva, Metálica e Digital

Nesta seção, teceremos considerações sobre o papel da memória para Análise de Discurso, iremos nos aprofundar em três tipos de memória, a saber: Memória Discursiva, Memória Metálica e Memória Digital. Observamos suas diferenças, intercruzamentos e qual a sua importância para a produção de sentidos.

Quando pensamos, em um primeiro momento, em memória, normalmente fazemos referência a algo que ocorreu no passado, ou seja, um conjunto de recordações que um sujeito possui. Entretanto, para a AD, a memória deixa de ser pensada no senso comum. Pêcheux (1999) relaciona memória a uma estruturação do discurso, uma vez que a memória (discursiva) está diretamente ligada às condições sócio-histórico e ideológicas. Vejamos, a seguir, as considerações de Romão e Gaspar (2008, p.7, grifo nosso):

Recuperar a memória e arquivo faz-nos reconhecer que **o discurso não nasce no momento da sua enunciação**, tampouco brota no sujeito como se ele fosse a fonte originária de todos os sentidos, mas que **ele é atravessado pela historicidade**, pela possibilidade de ser outro, pelos deslocamentos dados pelas **condições de produção**, o que implica considerar a **exterioridade** e a **ideologia**.

Como comentado anteriormente, o sujeito não é a origem do seu discurso, mas há vários atravessamentos sócio-históricos e ideológicos que afetam seu dizer. Esses atravessamentos estão alinhavados com a memória discursiva, uma vez que esta está relacionada às memórias coletivas que reverberam na sociedade.

Fernandes (2008, p. 49) comenta que a memória discursiva está associada ao “funcionamento discursivo [que] constitui um corpo-sócio-histórico-cultural. [...] Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção”.

Portanto, a memória discursiva está no campo do já dito, algo que já foi falado e se instaurou na coletividade. Deste modo, a memória discursiva não está no campo das lembranças, mas sim de acontecimentos anteriores ao mo(vi)mento do dizer que produz efeitos de sentidos naquilo que está sendo (re)produzido. De acordo com Ferreira (2008), os sentidos são os responsáveis por fazer uma “amarração” da teia fragmentada que é a linguagem,

[e] nessa tessitura vai comparecer a **memória**, operando na montagem dos múltiplos fios, nossos e alheios; fios remendados, cheios de nós, por vezes, rompidos, por vezes saturados. Por isso a linguagem, como *tecido da memória*, na expressão empregada por Courtine (1994), se apresenta como aquilo que

ora se costura, ora se esgarça, se gasta, se esburaca... (FERREIRA, 2008 p.13, grifo da autora)

Portanto, a memória discursiva está em circulação na sociedade, uma vez que esta memória se fixa no corpo social por meio da circulação. Tal memória está em constante relação com as formações discursivas, a memória ora “se costura, ora se esgarça, se gasta, se esburaca” (FERREIRA, 2008 p.13). Para melhor compreensão, mobilizamos um exemplo: quando pensamos no lexema “família”, as formações discursivas que circulam hoje em nossa sociedade são diferentes e (re)atualizadas em relação as que circulavam há décadas. Não era aceita que uma família fosse constituída de duas pessoas do mesmo sexo, anteriormente família era formada apenas por casais heterossexuais.

A memória discursiva opera nessas relações entre (re)atualização de formações discursivas. Se, hoje³, há pessoas que concebem a instituição “família” por apenas casais heterossexuais, é porque a memória discursiva/formação discursiva ganhou evidência e reverbera até os dias atuais. Do mesmo modo, se há uma aceitação, jurídica e por certos segmentos da sociedade, de que “família” pode ser constituída por pessoas do mesmo sexo é pelo motivo de que essa memória discursiva ganhou força e se instaurou em um corpo-sócio-histórico-cultural. De acordo com Pêcheux (2015 [1983], p. 56)

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria [...] independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.

Assim sendo, a memória discursiva está no movimento de (re)estruturação dos discursos, provocando um deslocamento no seu espaço. Orlandi (2017) relaciona a memória discursiva ao interdiscurso, pois ela é constituída de formulações que já foram feitas em determinado momento sócio-histórico. A autora salienta que “todo dizer se acompanham de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória” (ORLANDI, 2007, p. 25). Portanto, a memória discursiva é aquela que se fixa nas formações discursivas por meio do interdiscurso.

³ A Constituição Brasileira, por meio do Supremo Tribunal Federal (STF), reconhece a união homoafetiva como um núcleo familiar desde 2011.

Em relação à memória metálica e à memória digital, é importante ressaltar que as discussões e conceituações são recentes. A conceituação de memória metálica foi desenvolvida pela Eni Orlandi, em 1996. Orlandi (2020) discorre sobre a diferença entre memória discursiva (memória histórica/interdiscurso) e memória metálica (formal). De acordo com Orlandi (2020),

Um texto produzido em computador e um texto produzido a mão são distintos em sua ordem **porque as memórias que os enformam são distintas em suas materialidades: uma é histórica e a outra formal**. A memória metálica (formal) “lineariza”, por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições. O que produz o efeito de onipotência do autor e o deslimite dos seus meios (a memória metálica, a infinidade de informações). (ORLANDI, 2020, p. 15)

Em consonância com a citação anterior, as memórias são distintas, pois suas materialidades também são. A memória discursiva, ou interdiscurso, está alinhada ao já dito e ao esquecimento, constituindo-se como memória histórica. Já a memória metálica é aquela produzida pelas tecnologias (televisão, computador, celular, outros).

A memória metálica, de acordo com Orlandi 2010, não se constitui pela historicidade, mas sim pelas tecnologias. Tal memória se institui pelo acúmulo de dados por meio da algazarra que o digital oferece. Portanto, nos mo(vi)mentos de circulação de informações que a tecnologia ocasiona, a memória metálica vai se alimentando da (re)produção e da repetição de dados.

A memória discursiva é constituída pela memória histórica, pelo esquecimento, tem relação com o já dito e com a exterioridade. Já a memória metálica é constituída pelas novas tecnologias, pela quantidade (excesso de dados), tem sua memória saturada, portanto, não esquece. A memória discursiva está alinhada, principalmente, no campo da constituição de sentidos, já a memória metálica se constitui pela circulação. De acordo com Dias (2022),

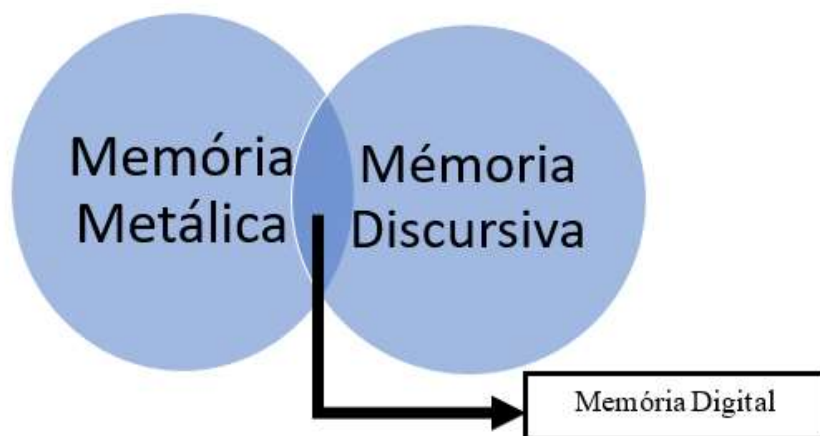
Na memória metálica, a significação se dá no nível da circulação. Tomando como exemplo o Twitter ou o Facebook, quanto mais atualizações um sujeito fizer em seu perfil, mais visibilidade terá porque aumentará a circulação. Vemos que nesse caso, o ponto de partida para a construção dos sentidos não é a filiação do sujeito a uma rede de constituição, mas a uma atualização e circulação. (DIAS, 2022, s/p)

Nessa medida, a memória metálica está em constante relação com a circulação, quanto mais postagem/publicação melhor. Essa memória produz um efeito de memória

infalível, no sentido de que tudo está disponível a qualquer hora e a qualquer momento. Por exemplo, na rede social *Twitter*, basta colocar uma palavra chave na busca e iremos ter acesso às postagens sobre aquele tema. Desse modo, produz um efeito de transparência e de acúmulo de informações.

Quanto à memória digital, essa noção foi proposta recentemente por Dias (2018). A autora constitui essa memória na inter-relação com as outras (discursiva e metálica). Dias (2018) comenta que a memória digital se constitui por aquilo que escapa da memória metálica e se instaura na história. Portanto, a memória digital nasce na interseção da memória metálica e da memória discursiva. Vejamos, a seguir, o esquema que representa essa relação.

Esquema 4 – Relação da memória digital com a memória discursiva e metálica



Fonte: elaboração própria.

A memória digital está diretamente ligada à memória metálica, pois surge por meio das tecnologias de linguagem. A diferença entre elas é que a memória digital acaba se transformando em acontecimento discursivo. De acordo com Orlandi (2018), a memória digital se instala na memória discursiva, ou seja, na história, tornando-se um furo e uma resistência que escapa da memória metálica. Vejamos as considerações de Dias (2016):

[...] o que tenho procurado compreender como memória digital, fazendo avançar a formulação de Orlandi, difere da memória metálica, mas não se descola dela, pois se por um lado a memória metálica, que funciona pela quantidade, pela possibilidade de armazenamento e processamento dos dados, ou seja, a memória do computador, por outro lado, a memória digital é esse resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no

funcionamento digital, pelo trabalho do interdiscurso [*sic*]. Portanto, a memória digital não é uma re-atualização técnica da memória, ou seja, uma expansão horizontal dos enunciados, mas uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso, considerando o acontecimento do digital. (DIAS, 2016, p.12)

Levando em consideração as contribuições de Dias (2016), compreendemos que o discurso digital se constitui na algazarra das tecnologias, ou seja, constitui-se por uma memória metálica. Entretanto, no âmbito dessa algazarra há discursos que escapam ao movimento de (re)atualização e de (re)produção, constituindo um acontecimento, o que é denominado de memória digital. Portanto, a memória digital encontra-se no intercruzamento entre a saturação (excesso) e interdiscurso.

3 CAPÍTULO 2 – PERCURSO PARA A HOMOLOGAÇÃO DA BNCC: ARQUIVO E(M) DISCURSO

A condição essencial da produção e interpretação de uma sequência não é passível de inscrição na esfera individual do sujeito psicológico: ela reside de fato na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência.

(PÊCHEUX, 2011[1990], p. 145, grifo nosso)

Considerações iniciais

Neste capítulo, iremos tematizar sobre a criação e homologação da BNCC. Faz-se necessário realizar esse mo(vi)mento de apresentação sobre as condições de produção do arquivo, uma vez que as discursividades que circulam no digital estão relacionadas ao documento. Não podemos analisar nosso *corpus* deixando de lado todos os acontecimentos que constituem a BNCC.

Conforme apresentado na epígrafe, Pêcheux teorizações sobre a memória e a necessidade de compreendê-la em um corpo sócio-histórico. Observamos, no mo(vi)mento de análise, que há uma memória social que reverbera nas discursividades. Portanto, os acontecimentos sócio-histórico relacionados à BNCC estão diretamente relacionados com as discursividades que circulam no corpo social/digital. Na esteira de Fernandes (2008),

o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas linguísticas para chegar a ele. É preciso sair do especificamente linguístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso, objeto a ser focalizado na análise. (FERNANDES, 2008, p. 16-17)

É importante ressaltar a importância das condições de produção, como comentamos no capítulo teórico. Fernandes (2008) salienta que os sentidos estão alinhavados com a forma com que os sujeitos “compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (FERNANDES, 2008, p. 14). Assim sendo, neste capítulo abordaremos as questões políticas e sociais básicas em que a BNCC está inserida.

Atualmente, a dinâmica do âmbito educacional brasileiro é norteadas por documentos oficiais, que visam regulamentar e apresentar propostas para o processo de

ensino e de aprendizagem. Tais documentos surgem da necessidade de elaboração de normas e de orientações para a comunidade escolar, na tentativa de oportunizar uma mudança e um funcionamento significativo na prática pedagógica. Entre esses documentos, podemos mencionar: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996); Plano Nacional de Educação (PNE/2001); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); e outros.

Para agregar novas propostas de ensino a esses documentos, foi elaborada, recentemente, a Base Nacional Comum Curricular. A criação da BNCC advém de leis formuladas há alguns anos, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)⁴. A *Base*⁵ visa a propor conteúdos e habilidades que, segundo o documento, são essenciais a todos os alunos integrantes da educação básica. A BNCC, destinada ao ensino infantil e fundamental, foi homologada no dia 20 de dezembro de 2017, já a do ensino médio foi homologada no dia 14 de dezembro de 2018.

As diretrizes educacionais, entre elas a BNCC, estão pautadas em propor orientações pedagógicas à comunidade escolar. Tais documentos estão em constantes (re)formulações, seja para negar uma diretriz anterior, seja para ampliá-la, bem como para a adequação à dinâmica do âmbito educacional, visto que ele está em constante transformação. É nesse processo, de (re)formulações, que a prática pedagógica é (re)pensada, demandando dos professores um movimento de apropriação desses documentos com a sua prática de ensino. Vejamos, a seguir, um trecho da BNCC:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) *é um documento de caráter normativo* que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p.7; **grifo nosso**)

Por meio da citação anterior, podemos observar que a BNCC é de caráter normativo e deve ser implementada, como já mencionamos, em todo o território nacional. A *Base* propõe que haja uma conciliação entre o próprio documento com as diversidades locais. Portanto, cada estado da federação, cada município e cada comunidade escolar

⁴ “Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma *base nacional comum*, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.” ([LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996](#), grifo nosso)

⁵ Termo em que a Base Nacional Comum Curricular ficou conhecida.

devem adequar tal documento às suas especificidades. Posteriormente, em uma próxima seção, iremos ampliar a contextualização e a discussão sobre a BNCC.

Neste capítulo, iremos realizar levantamentos acerca de discursividades em funcionamento na versão final da BNCC. Tais discursividades, ancoradas em Formações Discursivas, demonstram inscrições ideológicas daqueles que a produziram e, conseqüentemente, provocam movimentações daqueles que discordam dessas ideologias. Observamos e destacamos também o apagamento de dizeres das duas primeiras versões em relação à versão final.

Pensando a BNCC como documento oficial, podemos relacioná-la como *arquivo institucional* por ser uma diretriz educacional de âmbito nacional. De acordo com Nunes (2007, p. 374), “[o] material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de ‘comprovação’, onde se suporia uma interpretação unívoca”.

Portanto, a BNCC está sujeita a vários efeitos de sentido, uma vez que não há um sentido único. Devemos lembrar que as diretrizes partem de um imaginário, no sentido de tentar contemplar um grande público, seja o público nacional, seja o estadual. Para usar o termo da Análise de Discurso, as diretrizes buscam assegurar uma *unidade* de sentidos, mas nada garante que haja uma identificação por parte do professor e que sua leitura não esteja no campo da *dispersão* em relação ao que foi projetado.

Buscamos, neste capítulo, produzir gestos de leitura do arquivo, ou seja, da BNCC e observar como essas mudanças podem gerar discussões nas redes sociais. Devemos olhar para o arquivo e buscar possíveis efeitos de sentido, devemos interpretar além do que nos é apresentado como tradicional (já estabilizado). Segundo Aiub (2012, p.68, **grifo nosso**),

[q]uando se trata de fazer uma leitura de arquivo, o analista de discurso não deve ficar preso a uma leitura consagrada ou tradicional. **É preciso que sejam mobilizados os processos de arquivamento de dados discursivos.** Em outras palavras, **é papel do analista trabalhar com o processo pelo qual passou dado discurso** até que fosse afastado das práticas discursivas, transformando-se em elemento de arquivo.

Ainda sobre arquivo, no âmbito da AD, de acordo com Guilhaumou e Maldidier (2014, p.170), “na perspectiva atual, consideramos a complexidade do fato arquivista. O arquivo nunca é dado *a priori*, e, em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco”. Ao serem realizados gestos de leitura, o sujeito está afetado pela história, pela língua e

pela ideologia, ou seja, dada a formação social em que o sujeito se inscreve a leitura pode ter sentidos diferentes.

De acordo com Orlandi (2015), a formação discursiva é constituída pelo sentido e pela identificação do sujeito. E, nesse processo (relação do sujeito com a ideologia, história e com o social), é constituído, pelo sujeito, sua identificação. Portanto, a BNCC ganha sentidos diferentes, a depender da formação ideológica daquele que a lê. Devemos nos perguntar por/para quem foi escrito a BNCC? Quais as ideologias relacionadas a sua produção? Qual momento histórico estava o Brasil no momento de sua criação e homologação?

De acordo com Orlandi (2015, p. 28), os dizeres “são efeitos de sentidos que são produzidos em determinadas condições e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender.”. Portanto, é necessário olhar para a BNCC, a partir da história e do social. Assim saberemos quais eram as condições de produção dos tuítes publicados no *twitter*. Observando as discursividades, poderemos encontrar vestígios que nos auxiliarão a produzir efeitos de sentidos distintos dos já estabilizados.

3.1 Condições de produção da BNCC

Nesta seção, discorreremos acerca do percurso histórico da BNCC desde sua criação à homologação. Faz-se necessário pensar nas condições de produção (exterioridade) de tal referencial, pois observaremos que questões sociais e, principalmente, políticas influenciaram na elaboração da BNCC.

A *Base* é um documento normativo que busca definir “propostas” curriculares para educação básica. O foco da BNCC é propor conteúdos e habilidades, que, segundo o próprio documento, são essenciais a todos os alunos.

Apesar de a *Base* ser um documento recente, suas discussões vêm de longa data. A Constituição Federal de 1988 já comenta acerca da necessidade de uma Base Comum Curricular, vejamos o Art. 210 (grifo nosso): “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, *de maneira a assegurar formação básica comum* e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) também propõe a criação de currículo nacional comum para toda a educação básica. De acordo com essa Lei, a BNCC deve ser complementada por cada ente federativo (estado) para atender as demandas sociais de cada comunidade escolar.

Além desses dois documentos oficiais, Constituição Federal e LDB, também, houve outros documentos que destacavam a necessidade de criar uma base educacional nacional (Ex.: Documento da XI Reunião da ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação).

A criação e a homologação da BNCC eram previstas pelo Plano Nacional de Educação⁶ (PNE) de 2014. A partir da regulamentação do PNE foi iniciado o processo de discussões e de colaboração acerca da criação da *Base*. Vejamos, a seguir, um quadro que apresenta os principais acontecimentos para a implementação da BNCC. Observemos, atentamente, a menção aos nomes dos governantes e dos ministros que participaram deste processo.

Quadro 1 – Histórico da BNCC

DATA	DESCRIÇÃO	GOVERNO	MINISTRO
25 de junho 2014	A Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 (dez) anos. O Plano tem 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica e 4 (quatro) delas falam sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNC).	Dilma Rousseff	José Henrique Paim
Entre 19 e 23 de novembro 2014	Entre 19 e 23 de novembro é realizada a 2ª Conferência Nacional pela Educação (Conae), organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) que resultou em um documento sobre as propostas e reflexões para a Educação brasileira e é um importante referencial para o processo de mobilização para a Base Nacional Comum Curricular.	Dilma Rousseff	José Henrique Paim
Entre 17 a 19 de junho 2015	Entre 17 a 19 de junho acontece o I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNC. Este Seminário foi um marco importante no processo de elaboração da BNC, pois reuniu todos os assessores e especialistas envolvidos na elaboração da Base. A Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015, institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular.	Dilma Rousseff	Renato Janine Ribeiro
16 de setembro de 2015	1ª versão da BNCC é disponibilizada.	Dilma Rousseff	Renato Janine Ribeiro
De 2 a 15 de dezembro de 2015	Houve uma mobilização das escolas de todo o Brasil para a discussão do documento preliminar da BNC.	Dilma Rousseff	Aloizio Mercadante
3 de maio de 2016	A 2ª versão da BNCC é disponibilizada.	Dilma Rousseff	Aloizio Mercadante
Agosto de 2016	Começa a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo com base na versão 2.	Dilma Rousseff é afastada do cargo de presidenta e iniciava governo	<u>Mendonça Filho</u> Nomeado por Michel Temer.

⁶ Estratégia 7.1: “estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a *base nacional comum dos currículos* [...]” (LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, grifo nosso)

		interino de Michel Temer.	
No dia 31 de agosto de 2016 ocorreu o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.			
Abril de 2017	O MEC entregou a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE irá elaborar parecer e projeto de resolução sobre a BNCC, que serão encaminhados ao MEC. A partir da homologação da BNCC começa o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares.	Michel Temer	Mendonça Filho
20 de dezembro de 2017	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho.	Michel Temer	Mendonça Filho
22 de dezembro de 2017	O CNE apresenta a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.	Michel Temer	Mendonça Filho
Em 02 de abril de 2018	O Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio. A partir daí o CNE iniciou um processo de audiências públicas para debatê-la.	Michel Temer	Mendonça Filho
5 de abril de 2018	Institui-se o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular ProBNCC.	Michel Temer	Mendonça Filho
02 de agosto de 2018	Escolas de todo o Brasil se mobilizaram para discutir e contribuir com a Base Nacional Comum Curricular da etapa do Ensino Médio. Professores, gestores e técnicos da educação criaram comitês de debate e preencheram um formulário online, sugerindo melhorias para o documento.	Michel Temer	Rossieli Soares
14 de dezembro de 2018	O ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio. Agora o Brasil tem uma Base com as aprendizagens previstas para toda a Educação Básica.	Michel Temer	Rossieli Soares

Fonte: Elaboração própria – Utilizando informações presentes no site do MEC⁷.

Por meio desse quadro, podemos observar, de forma sucinta, algumas questões relacionadas à gestão do governo no período de criação e de homologação da *Base*. É importante observarmos a intensa mudança de ministros que ficariam responsáveis pelo Ministério da Educação (MEC), em pouco mais de quatro anos, foram nomeados 6 ministros da educação⁸, além de um ministro interino⁹.

Portanto, sete pessoas ficaram responsáveis pelo MEC e, conseqüentemente, tendo como uma de suas atribuições a criação da BNCC em nome do governo que estava no poder. Devemos (re)lembrar que as tomadas de posição são singulares e, por sua vez, sua formação ideológica também. Será que essas substituições de governo implicaram mudanças significativas na BNCC?

⁷ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>, acessado no dia 09 de janeiro de 2021.

⁸ Além dos cinco ministros citados no quadro (1), também foi ministro Cid Gomes (1º de janeiro de 2015 - 18 de março de 2015).

⁹ Luiz Cláudio Costa foi ministro interino entre 18 de março de 2015 a 6 de abril de 2015.

Vejam os exemplos acerca de como a ideologia provoca modificações na BNCC: na primeira versão, há a ocorrência da palavra “*aborto*”; já na última versão, não há ocorrência da palavra “*aborto*”¹⁰. Na próxima seção, apresentaremos outros apagamentos de dizeres.

Outra mudança perceptível no quadro (1), além dos ministros, foi a do presidente da República. Em 2014, a presidenta Dilma Rousseff iniciava seu segundo mandato e no mesmo ano foi realizado o Plano Nacional de Educação, ou seja, foi em seu governo que realmente começou a escrita da BNCC.

Em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, que tinha como ministro do MEC Renato Ribeiro, foi disponibilizada a primeira versão da BNCC. O documento foi divulgado no *site* oficial do governo e, posteriormente, foi realizado um movimento de discussão sobre a versão. Durante todo esse processo, iniciava-se o andamento do golpe político que afetava diretamente o governo democraticamente eleito.

Em 3 de maio de 2016, Aloizio Mercadante disponibiliza a segunda versão da BNCC. Neste período, a crise política se agravava, e o processo de *impeachment* (golpe de estado, considerando-se a ausência de crime, fator que justificaria *impeachment*) de Dilma Rousseff estava em andamento no Senado Federal. No dia 12 de maio, do mesmo ano, a presidenta foi afastada de seu cargo por até 180 dias.

Neste mesmo dia, Michel Temer assume a presidência interinamente e nomeia Mendonça Filho como ministro da educação. Vale destacar que Mendonça Filho era oposição ao governo de Dilma. No dia 31 de agosto, Dilma Rousseff teve o mandato cassado. De acordo com Tílio (2019, p. 9), a BNCC foi

Iniciada em um governo democraticamente eleito, foi terminada em um governo em que o vice-presidente assumiu o posto de sua titular, após um processo de *impeachment* nitidamente marcado por articulações políticas e em que a própria perícia do Senado Federal reconheceu que não havia respaldo jurídico para o processo. Em resposta às acusações de que o processo de *impeachment* foi um golpe de Estado para o vice-presidente assumir a presidência, ele respondeu reiteradamente que fora eleito democraticamente, na chapa vencedora. No entanto, seu argumento cai por terra quando se constata que os planos de governo por ele implementados não eram parte da plataforma que elegeu a chapa vencedora.

Portanto, podemos perceber que o jogo político afeta diretamente a educação. O jogo ideológico de um governo difere do outro, e essas questões ideológicas são

¹⁰ Utilizamos a primeira e a última versão, que contém a proposta para toda educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

transformadas em políticas públicas que podem ou não favorecer a sociedade, principalmente as minorias. Anteriormente, citamos que houve o apagamento da palavra “aborto” na versão final da BNCC, isso está diretamente relacionado à ideologia daqueles que estavam no governo neste período. Observaremos, na próxima seção, que não foram somente essas palavras que sofreram o processo de apagamento na versão final da *Base*.

Nesta seção, buscamos apresentar o processo de criação da BNCC, e discorrer, principalmente, sobre as mudanças políticas ocorridas no período de criação e de homologação do documento. E, por meio da incursão realizada, observamos que a sua idealização vem de longa data e que o processo de elaboração passou pela gestão de vários ministros e presidentes.

3.2 Entre apagamento e efeitos de sentido: um olhar analítico para BNCC

Nesta seção, realizaremos discussões acerca de fragmentos da BNCC e efetuiremos alguns comparativos entre a versão final e as anteriores. Poderemos observar, nesta seção, que as tomadas de posições deflagradas poderão tocar em questões polêmicas, podendo contribuir para o não reconhecimento e aceitação do arquivo, provocando um “embate” seja no digital ou nas ruas.

Para a realização do processo de análise recorreremos à (teóricos da) Análise do Discurso francesa, visto que, como define Orlandi (1994, p. 16), a AD é entendida como “um dispositivo teórico que visa apreender (analisar) gestos de leitura”; e conforme Guilhaumou e Maldidier (1994, p.170), “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”.

Pensando em relações ideológicas, selecionamos dois fragmentos em que podemos perceber mo(vi)mentos de possíveis posicionamentos ideológicos em detrimento a outros. Vejamos, a seguir, os recortes discursivos retirados da versão final da *Base*:

RD 01 (Versão final BNCC)

A BNCC e os currículos se identificam na **comunhão** de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN.

(BRASIL, 2017, p.12, **grifo nosso**)

RD 02 (Versão final BNCC)

Tais competências representam um “**chamamento** à responsabilidade que envolve a ciência e a ética”, devendo constituir-se em instrumentos para que a sociedade possa “**recriar valores perdidos ou jamais alcançados**” (BRASIL, 2013).

(BRASIL, 2017, p.19, **grifo nosso**)

Observando os termos destacados, podemos realizar gestos de leitura, que podem provocar deslizamentos de sentidos. Para realizar a análise se faz necessário apresentar os sentidos dessas palavras e, também, de seus valores sociais. Vejamos a conceitualização do termo “comunhão”, de acordo com o dicionário Michaelis:

COMUNHÃO

1 Ato ou efeito de comungar.

2 Conjunto de pessoas que partilham as mesmas crenças, ideias, tendências, valores etc.

3 Participação conjunta com outrem; união.

4 REL O sacramento da Eucaristia.

5 REL Ato de administrar ou de receber o sacramento da Eucaristia.

6 REL Parte da missa em que o sacerdote administra o sacramento da Eucaristia.

(Disponível em: [https://michaelis.uol.com.br/moderno-](https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/comunh%C3%A3o/)

[portugues/busca/portugues-brasileiro/comunh%C3%A3o/](https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/comunh%C3%A3o/); **grifo nosso**)

De acordo com a conceituação da palavra “comunhão”, podemos perceber que tal palavra está diretamente relacionada a preceitos religiosos, portanto relacionado a uma certa ideologia. Destacamos que o recorte discursivo de número 01 (RD 01) está presente no documento final da BNCC, não aparecendo nas primeiras versões. Faz-se importante refletir que, na primeira versão, havia determinado grupo no poder político, já na última versão havia outro após o golpe.

Segundo Aiub (2012, p. 68), o analista do discurso “não só trabalha com a leitura tradicional já instaurada e institucionalizada, mas principalmente verificando por que certas práticas foram apagadas em detrimento de outras.”. Portanto, percebemos que certas discursividades perderam espaço, enquanto outras ganham destaque (Ex.: termos relacionados à religião que foram acrescentados na versão final do documento).

As formações discursivas presentes no governo, após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, produzem efeitos de sentido mais, tendo como aliados grupos religiosos. Cássio (2019) comenta sobre as mudanças que a BNCC sofreu após o governo Temer, vejamos:

É inegável, ademais, que alargamento da influência política de setores ultraconservadores e do fundamentalismo religioso no governo Temer contribuiu para que o texto da BNCC tenha se tornado ainda mais frágil do ponto de vista do combate às discriminações e da defesa dos direitos humanos. (CÁSSIO, 2019, p. 22)

Podemos inferir que o posicionamento ideológico daqueles que estavam à frente da elaboração da *Base* acabou usando certos termos que apresentam valores sociais voltados à religião. Outro termo que também nos chamou atenção foi “chamamento”, presente no RD 2. Vejamos a conceitualização do termo de acordo com o dicionário Michaelis:

CHAMAMENTO

1 V chamada.

2 Ato de se chamar alguém para que esteja em determinado lugar, hora etc.; convocação, convite.

3 Apelo ou atração provocados por diferentes fatores que levam a determinado comportamento ou ação: Não conseguiu resistir ao chamamento para a vida religiosa e decidiu entrar para o convento.

4 REL Acontecimento ou dificuldade vivenciados pelas pessoas que são interpretados como um convite à espiritualidade.

(Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/chamamento/>; **grifo nosso**)

A palavra “chamamento” também se destacou no momento da leitura, pois também se relaciona ao discurso religioso, principalmente por estar relacionado a “valores”. De acordo com o dicionário Michaelis, um dos possíveis sentidos é relacionado ao campo religioso em que um sujeito recebe um chamamento/convite a determinada missão espiritual. Esses efeitos de sentidos não são aqueles desejados ou ideais para aqueles que produziram a versão final da BNCC, mas essas materialidades discursivas demonstram que sentidos em funcionamento e os surgimentos desses termos não foram utilizados de forma aleatória.

Pensando nessas marcas linguísticas, realizamos um comparativo entre a primeira versão da BNCC e sua última versão. Percebemos que alguns termos acabaram sendo apagados da primeira versão, vejamos a tabela que representa tais apagamentos.

Tabela 1 – Comparativo de termos e expressões

PALAVRA/EXPRESSÃO	1º VERSÃO ¹¹	VERSÃO FINAL ¹²
-------------------	-------------------------	----------------------------

¹¹ Utilizamos a primeira versão, produzida no governo Dilma, que contém diretrizes para toda educação básica.

(Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>)

¹² Utilizamos a última versão, produzida no governo Temer, que contemplou todos os níveis de ensino, ou seja, contemplava toda educação básica. (Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)

Aborto	Contém	<u>NÃO</u> contém
Homofobia	Contém	<u>NÃO</u> contém
Homossexuais	Contém	Contém
Feminista	Contém	<u>NÃO</u> contém

Fonte: Elaboração própria.

Observando a tabela anterior, podemos perceber que todas as palavras e as expressões são relacionadas a temas, de certa forma, polêmicos para conservadores. Palavras como “aborto” e “homofobia” são diretamente conflituosas em relação aos pregamentos cristãos, uma vez certos que grupos religiosos não aceitam a possibilidade de uma mulher decidir se quer ou não ser mãe e, também, considera como pecado a relação entre duas pessoas do mesmo sexo.

Apesar de haver a presença da palavra “homossexuais” nas duas versões, perguntamo-nos: por que houve o apagamento do termo “homofobia”? No momento que há a presença da palavra “homofobia”, automaticamente, ocorre a afirmação de que existe um grupo social que é discriminado, agredido e, por muitas vezes, assassinado. Provavelmente, o apagamento esteja relacionado a uma busca de não evidenciar tais acontecimentos e de não afirmar a existência de opressão a esse grupo.

Na primeira versão da *Base*, encontramos o termo “feminismo”, movimento que apresenta pautas que são de grande relevância social, porém apagadas na versão final da BNCC. Nas últimas décadas as mulheres buscam cada vez mais igualdade em relação aos homens, reverter séculos de opressão e querem ter acesso aos mesmos direitos. Entretanto, pautas tão relevantes como essas foram eliminadas ao longo do processo de (re)escrita da *Base*.

Devemos nos questionar se há alguma relação entre o surgimento de termos religiosos e o apagamento de termos que vão de encontro aos valores cristãos. Todo esse momento de análise demonstra que: a materialidade discursiva escancara as ideologias dominantes; a depender de quem está no poder os posicionamentos ideológicos são manifestados de forma distintos.

E, sobre as reflexões realizadas, deixamos, neste ponto perguntas que produzem efeitos de sentido de abertura (no sentido de “liberdade” e possibilidade de produção de resposta autoral): A seleção dos termos de apresentação da BNCC foi por acaso? Foi pensada? E no momento da produção do documento, qual o objetivo da escolha de tais marcas linguísticas para realização da descrição da Base? Foi pensando nas múltiplas

possibilidades situacionais, visto que o documento é de caráter nacional? Foram levadas em conta as contingências particulares da realidade escolar (e da sala de aula)? Tais questionamentos objetivam instigar reflexões para além das apresentadas aqui e estimular a realização de novos gestos de leitura referentes a BNCC e sua grande responsabilidade para (com) a educação brasileira.

Nesta seção, observamos que a ideologia está presente nos movimentos de apagamentos e de inclusão de marcas discursivas. Quando realizamos um silenciamento, de certas materialidades discursivas, estamos nos posicionando ideologicamente. Durante as várias transições de presidentes e de ministros da educação, a *Base* sofreu alterações significativas relacionadas a questões ideológicas. Houve surgimentos de termos que provocam uma relação com valores cristãos.

Entre deslizamentos de sentidos e apagamentos, a BNCC produz efeitos de sentidos que podem estar alinhados ou não aos objetivos do documento. Percebemos que o sentido não é unívoco, mas que cada palavra está relacionada a um emaranhado de possíveis sentidos. É de grande relevância observar a exterioridade (condições de produções) para entendermos como e por que determinadas marcas linguísticas ganham evidências e outras não.

Por meio desses movimentos de análise, podemos perceber que o silenciamento significa que certas materialidades acabam por escancarar as ideologias daqueles que estão no poder. É necessário realizar a reflexão acerca dessas questões ideológicas, pois ela está documentada e afeta diretamente a educação brasileira.

4 CAPÍTULO 3 – ITINERÁRIO METODOLÓGICO: ENTRE SATURAÇÃO E SELEÇÃO DE DISCURSIVIDADE NO TWITTER

O mundo pensado a partir do virtual muda em sua discursividade, no modo de inscrição dos sujeitos e dos sentidos na história, porque os paradigmas a partir dos quais o concebemos são outros. E isso modifica também nossa maneira de estar no mundo. É por isso que julgo importante compreender as mudanças, em seu movimento.

(DIAS, 2004, p. 74).

Considerações iniciais

Neste capítulo, apresentamos o nosso percurso metodológico para a realização deste trabalho, cujo objetivo está relacionado com a circulação de discursos na rede social *Twitter*. Em consonância com a epígrafe deste capítulo, podemos compreender que, no espaço digital, a inscrição do sujeito e dos sentidos na história se dá de outra ordem, pois as (rel)ações do indivíduo no digital ocorre de forma diversificada, uma vez que o digital se manifesta de forma multifacetada aos seus usuários.

Se o digital se apresenta de forma complexa e variada, no sentido de estar sempre em movimento e em transformações, é necessário que os discursos digitais sejam analisados no âmbito da especificidade em que se constitui. Devemos lembrar que os discursos digitais não podem, e não devem, ser neutralizados, no sentido de conceber esses discursos como autoria apenas dos usuários e deixando de lado o papel do próprio espaço virtual. Os discursos digitais produzidos pelos usuários são diretamente atravessados pela máquina e por seus dispositivos.

Portanto, objetivamos apresentar, neste capítulo, a particularidade da rede social *Twitter* e dos procedimentos que o próprio objeto de análise demanda. Para tanto, estruturamos este capítulo em quatro seções, buscando trilhar nosso percurso metodológico até chegarmos em nosso mo(vi)mento de seleção do *corpus*.

Na primeira seção, tecemos considerações sobre a AD como aporte teórico-metodológico que norteará esta pesquisa. Comentamos sobre a importância de o analista realizar o batimento entre descrição e interpretação, sempre alinhando com os dispositivos teóricos e metodológicos que o objeto de análise demanda.

Na segunda seção, realizamos a caracterização da rede social *Twitter* e suas especificidades no espaço digital. Buscamos evidenciar como as discursividades são

produzidas e suas relações com o sistema próprio da rede social. Na terceira seção, abordamos quais foram os caminhos para chegarmos ao nosso material de análise e apresentamos a caracterização do nosso *corpus*.

Na quarta seção, apresentamos nosso procedimento de análise que reverbera no mo(vi)mento de análise. Mostramos, a partir da AD, quais dispositivos teóricos ganharam centralidade nas análises. Tematizamos esse itinerário metodológico sem deixar de lado as especificidades que são próprias do espaço e do discurso digital. Eis a primeira seção.

4.1 Procedimentos metodológicos e de análise propostos pela AD

A AD se caracteriza como uma área de estudo com seu próprio aporte teórico-metodológico, ou seja, tem seus próprios procedimentos teóricos e metodológicos e ambos são indissociáveis. Dessa maneira, valemo-nos de tais dispositivos teóricos para constituir nossa análise futura. O próprio objeto de análise demanda os dispositivos teóricos (noções, conceitos e outros) a serem mobilizados na análise.

Como já comentado, nosso objeto de análise é o discurso digital, mais especificamente o discurso digital que circula no *Twitter* sobre a BNCC. Não podemos realizar os mo(vi)mentos de análise de qualquer modo, pois se faz necessário observar quais as especificidades do nosso objeto para compreender a melhor forma de mobilizar os dispositivos teóricos para realização da análise.

Um dos processos essenciais, para a AD, é a apresentação das condições de produção dos discursos, pois, ao analisar os discursos em circulação, faz-se necessário alinhavar à exterioridade, ao social e à história. Ao contemplar essas questões, compreendemos os processos ideológicos e históricos em que tais discursos são produzidos.

Para tanto, apresentamos, no capítulo 2, as condições de produção da BNCC, visto que para tematizar os discursos digitais – que (re)produzem efeitos de sentidos sobre esse arquivo – é necessário compreender o seu processo formativo, os embates ideológicos/históricos e as relações de força que se reverberam nos discursos em circulação social no digital. Logo, devemos observar o sentido estrito e sentido lato, noções comentadas no capítulo 1, da BNCC.

Para além das condições de produção, o analista deve realizar o movimento de alinhavar a interpretação e a descrição do seu objeto de análise (*corpus*). A todo momento estamos realizando gestos de leitura, ou seja, realizando gestos interpretativos. Devemos

considerar que a interpretação faz parte das atividades diárias do sujeito e, também, do analista. De acordo com Orlandi (2017):

Na análise de discurso há um batimento entre descrição e interpretação. Na análise de discurso, a linguagem não é transparente, e interpretar não é atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentido. Se atentamos para o modo de existência da interpretação no sujeito podemos dizer que a interpretação é uma injunção. Face a qualquer objeto simbólico o sujeito é instado a interpretar, pois ele se encontra na necessidade de “dar” sentido. (ORLANDI, 2017, p.28)

Desse modo, nos momentos de análise, iremos realizar o batimento entre descrição e interpretação do nosso *corpus*. Do mesmo modo que anteriormente salientamos que não há sujeito sem ideologia, podemos afirmar, a partir de Orlandi (2020), que não há sentido sem interpretação. Se o objetivo do analista é observar os efeitos de sentidos dos discursos, não podemos deixar de realizar gestos de interpretação para dimensionar esse objetivo.

Salientamos que nós, como analistas do discurso, não buscamos um sentido unívoco, pois “os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser. Além disso, eles jogam com a ausência, com os sentidos do não-sentido” (ORLANDI, 2020, p. 9). Portanto, nas análises, iremos observar os efeitos de sentidos e seus deslizamentos.

Orlandi (2017) apresenta os dispositivos de interpretação, a saber: dispositivo teórico e dispositivo analítico. O dispositivo teórico da interpretação consiste nas noções e nos conceitos que constituem a AD e que serão utilizados pelo analista para lançar luz ao seu objeto de análise. Apresentamos, no capítulo 1, quais são os dispositivos teóricos que utilizamos em nossas análises. De acordo com Orlandi (2017),

O dispositivo teórico vai determinar o dispositivo analítico. Ele orienta o analista em como observar o funcionamento discursivo. É o dispositivo teórico que faz o deslocamento de uma leitura tradicional para uma leitura que chamamos sintomática: a que estabelece uma escuta que coloca em relação o dizer com outros dizeres e com aquilo que ele não é mas poderia ser. (ORLANDI, 2017, p.30)

Assim sendo, o dispositivo teórico de interpretação está alinhavado com o dispositivo analítico de interpretação. O dispositivo analítico está relacionado ao (per)curso que o analista realiza em seus movimentos de análise, levando em consideração seu objeto de análise, suas questões acerca do *corpus* e de sua incursão na teoria. Vejamos, a seguir, outras palavras de Orlandi (2017):

Desse modo, com esses dispositivos (o teórico e o analítico), ficamos sensíveis ao fato de que a descrição está exposta ao equívoco e o sentido é sucessível de torna-se outro. O que se espera do dispositivo teórico é que ele produza um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas. Em outras palavras, que ele não se inscreva em uma formação discursiva mas entre em uma relação crítica com o conjunto complexo das formações. E o dispositivo analítico deve oferecer procedimentos (paráfrase, substituição etc.) para que ele possa explicitar isso. (ORLANDI, 2017, p.30)

Em suma, o analista afetado por esses dispositivos de interpretação deve realizar gestos de leitura, levando em consideração a opacidade da linguagem, deixando de lado a leitura tradicional, observando as várias tomadas de posição. “Ele [o analista] poderá assim fazer uma leitura o menos subjetiva possível, mediado pela teoria e pelos mecanismos analíticos” (ORLANDI, 2017, p. 30).

4.2 Caracterização da rede social *Twitter*: manifestação discursiva em 280 caracteres

Nesta seção, abordamos as características e as especificidades da rede social *Twitter*, pois é necessário conhecer seus funcionamentos e seus mecanismos de constituição, de formulação e de circulação de discursos digitais. O *Twitter* surgiu, em 2006, e é um serviço de *microblog*, pois é uma rede social que emergiu com o objetivo de possibilitar a seus usuários enviarem e receberem mensagens curtas.

O *Twitter* é considerado uma ferramenta da Web 2.0. De acordo com Paveau (2021, p.35), “a web 2.0, web social ou participativa, surgiu no início dos anos 2000, conecta as pessoas e baseia-se na interação multi-agentes (é a web das redes sociais e do compartilhamento multimidiático)”. Portanto, essa rede social surge para atender às demandas de interação, em que é necessário criar mecanismos que possibilitem a conexão entre os navegantes da internet.

Esse sistema foi idealizado para possibilitar trocas de informações de forma rápida, tanto que, desde sua criação até novembro de 2017, era permitido que seus usuários escrevessem apenas 140 caracteres. Posteriormente, a empresa decidiu dobrar o número de seus caracteres, passando para 280. Esse texto é chamado de tuíte, assim, toda postagem é chamada de tuíte. De acordo com Paveau (2021, p. 369),

Um tuíte é um enunciado plurissemiótico complexo, limitado a 140 [280] caracteres com espaço, fortemente contextualizado e não modificável, produzindo nativamente on-line na plataforma de microblogagem *Twitter*. O tuíte aparece no feed do tuiteiro e na linha do tempo de seus seguidores. [...]

passando de um formato simples (um enunciado inscrito em janela) a formatos e combinações variados (tuíte com foto, vídeo ou gif, com compartilhamento, outorretuitagem, thread, etc.).

Esta rede social possibilita que seus usuários possam (re)produzir discursividades em um espaço limitado (no tuíte de 280 caracteres). Essa limitação faz com que seus usuários elaborem seus dizeres sobre uma outra ordem, a saber: o usuário deve ficar atento às ocorrências lexicais que irá fazer para produzir menos caracteres em tuíte; possivelmente utilizará de abreviações para que seus dizeres sejam bem acomodados no limite imposto; os usuários devem dizer algo de forma curta e rápida. De acordo com Moreira e Romão (2011, p.83)

Como analistas do discurso, vemos nesse traço de dizer com poucas letras a inscrição da temporalidade do on-line na própria língua, ou seja, o instante de um clique, de um toque na tela, de abertura e passagem a outro link e de apressamento da própria navegação dá-se a conhecer no Twitter pelo próprio modo de dizer, rápido, curto e apressado. Com o tempo comprimido, é preciso dizer o máximo com o menos de letra possível, fazendo falar o ritmo dos acessos cada vez mais ligeiros, agora instalados na ordem da língua.

Desse modo, o *Twitter* faz com que seus usuários sintam a necessidade de produzir formulações de forma rápida, acompanhando o ritmo de nossa sociedade, em que a agilidade se faz necessária. Quanto mais você precisa falar, mais você precisará publicar, ou seja, a constituição, a formulação e, principalmente, a circulação dos discursos se esgarçam.

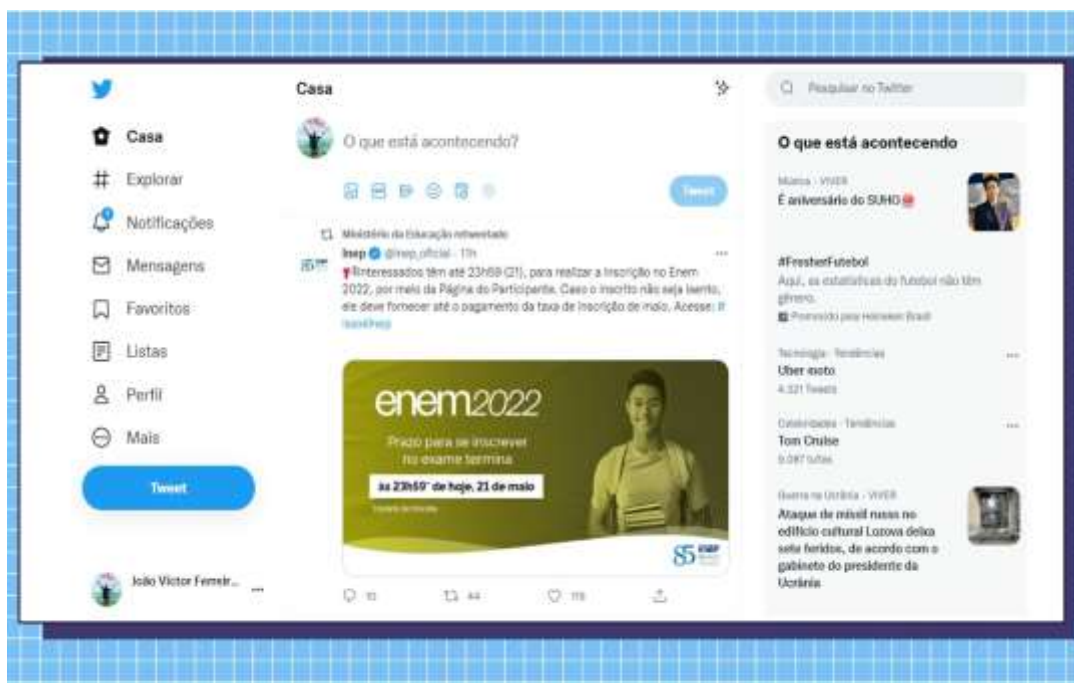
Os dizeres nessa rede social estão em constante intercruzamento, havendo uma profusão de textos que ora se aproximam, ora se reprimem. São tantas (re)produções de discursos que estamos expostos a uma infinidade de informações. Essa saturação, por meio da memória metálica, faz com que o usuário tenha acesso a tudo. De acordo com Ferreira (2008, p.14), “é precisamente por conta desse ‘tudo’ é que acabamos ficando muito perto do ‘nada’. Ou seja, um excesso que, em seu transbordamento, conduz à falta”.

O usuário cria o imaginário que pode e tem acesso a tudo, porém, pelo excesso de dados, não é possível ver/acessar tudo. No *Twitter*, ocorre deste modo, não é possível ver tudo pois há uma saturação de dados. Voltaremos, posteriormente, a essa temática; mobilizaremos, por meio do próprio sistema digital, essa possibilidade de acessar “tudo”.

Faremos, a seguir, um “passeio” na rede social para mostrar suas configurações, seu funcionamento e as (im)possibilidades que são apresentadas ao usuário.

Começaremos mostrando sua página inicial; essa página fica disponível assim que o usuário realiza o *login* em sua conta. Vejamos, a seguir, uma captura de tela desta página.

Figura 1 – Página inicial do Twitter



Fonte: recorte feito pelo usuário da página do *Twitter*.

Na figura anterior, pudemos observar como está organizado o *layout* do *Twitter*. Ao lado esquerdo, podemos encontrar o “menu” da rede social, onde o usuário pode escolher qual seção deseja abrir. A primeira opção é a “casa”, seria a página inicial onde aparecerão os tuítes dos usuários que são seguidos por aqueles que utilizam a rede. Abaixo da opção “casa” é encontrado: “explorar” sugestões da própria rede social ao usuário; “notificações”; “mensagens”; “favoritos”, tuítes e perfis favoritados pelo usuário; e outros.

Ao lado direito, encontramos sugestão da plataforma sobre “o que está acontecendo”, ou seja, assuntos que estão ganhando relevância. Além disso, há também um local destinado para realização de pesquisa. Já, ao centro, encontramos o *feed* de postagens e o local destinado para a escrita do tuíte. Vejamos, a seguir, um recorte que apresenta a “janela” que possibilita ao usuário a escrita do tuíte.

Figura 2 – Janela destinada à escrita do tuíte

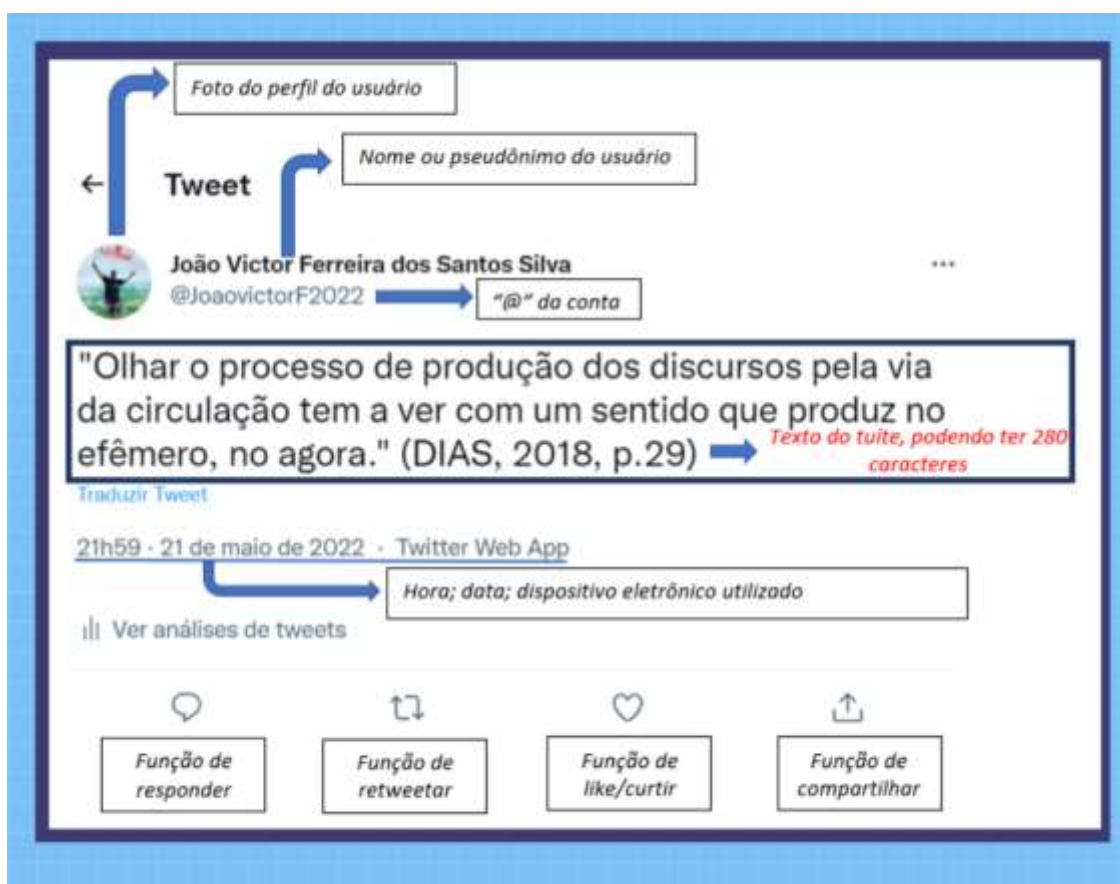
Fonte: recorte feito pelo usuário da página do *Twitter*.

Cada rede social apresenta uma pergunta para mobilizar o usuário a postar; no *Facebook*, é perguntado “no que você está pensando?”, já, no *Twitter*, é questionado “*o que está acontecendo?*”. Acreditamos que essa pergunta se alinha muito bem aos tipos de tuítes que circulam nesta rede social. Muitos dos internautas utilizam o *Twitter* como um *blog*/diário pessoal, em que relatam o que está acontecendo de relevante (ou até mesmo irrelevante) no seu dia.

Nessa medida, a rede social funciona a partir da descrição do que está acontecendo com seus usuários. Entretanto, aos poucos outros usuários também foram fazendo uso dessa rede social, ou melhor dizendo, outras empresas e instituições públicas. O usuário comum relata o que está acontecendo, já as empresas visam realizar divulgação de dados, de informações e de publicidades. Por exemplo: o Ministério da Educação utiliza-se de sua conta no *Twitter* para realizar divulgações de suas ações, documentos e outros.

Nesta janela também é possível acrescentar outras coisas além de textos digitados. O usuário pode adicionar, em seu tuíte, imagem, vídeo, *gif*, enquetes, *emoji*, localização e programar dia e horário para a postagem. A seguir, mostraremos um tuíte; assim poderemos observar como os tuítes são apresentados ao usuário, vejamos:

Figura 3 – Exemplo de tuíte



Fonte: postagem realizada pelo autor

A partir da figura, apresentada acima, podemos compreender o modo pelo qual os tuítes são apresentados ao usuário. Portanto, além do que é tuítado (postado), há outras ferramentas de interação que podem ser utilizadas, a saber: função de responder, o usuário pode responder a seus próprios tuítes e de outros; função de *retwitter*, esse ícone faz com que o usuário compartilhe um tuíte em seu perfil, podendo ser seu ou de terceiros; função de dar *like*, ou seja, curtir tuíte; e compartilhar, essa função possibilita que o usuário divulgue o tuíte em outros aplicativos por meio do link que cada tuíte tem, essa função não compartilha tuíte no próprio perfil do usuário.

Outra função relevante do *Twitter* é o *trending topics*, conhecido como assuntos do momento ou tendência. O *trending topics* possibilita que o usuário tenha acesso aos assuntos mais comentados na rede social, fazendo com que tome conhecimento sobre um determinado assunto que pode ser de interesse do usuário. Vejamos, a seguir, um exemplo de *trending topics*.

Figura 4 – Trending topics

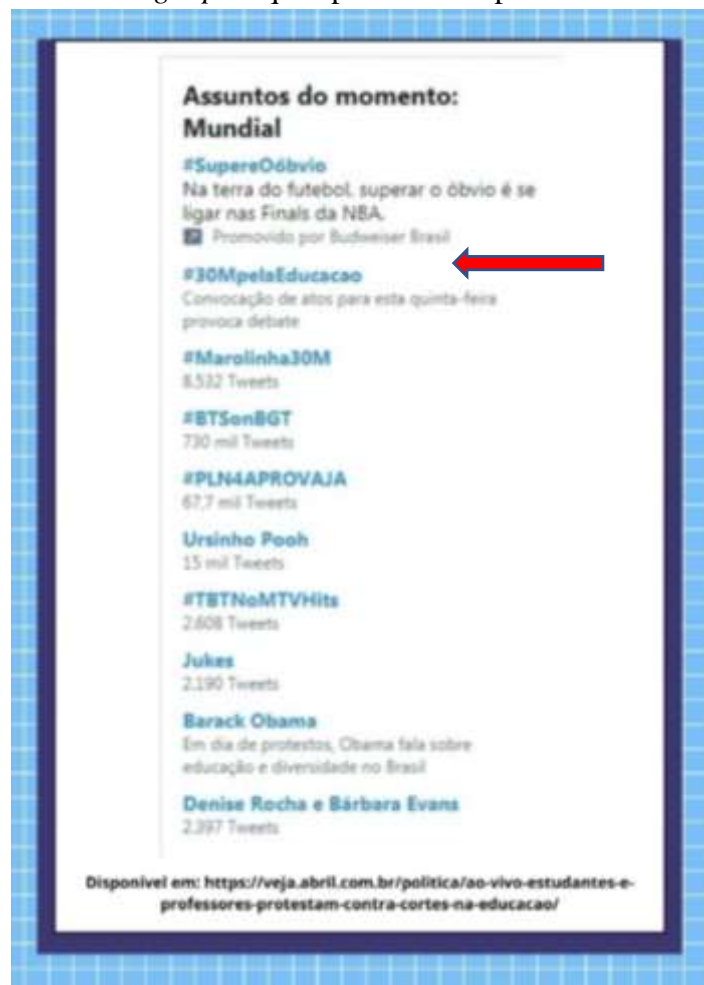


Fonte: recorte feito pelo usuário da página do *Twitter* no dia 21/05/2022.

A função dos *trending topics* pode apresentar assuntos do momento no país ou mundialmente. Esse sistema coloca em evidência palavras ou expressões que estão em constante circulação na rede. Em muitos casos, os usuários se organizam para conseguir “levantar”, ou seja, tornar uma palavra ou expressão evidente, podendo ter como objetivo entretenimento ou até mesmo representar um movimento contra determinado assunto.

Assim sendo, a rede social pode tornar-se um importante instrumento para ocasionar uma (des)ordem sobre determinado tema. É comum que haja organização de movimentos por meio das redes sociais, um exemplo é a organização de movimentos contra ações do governo. Veremos, a seguir, um recorte dos assuntos do momento mundial, em que um protesto contra o atual governo brasileiro ficou em primeiro lugar nos *trending topics*.

Figura 5 – *Trending topics* que apresenta um protesto contra o governo



Fonte: recorte feito pela revista veja¹³.

O termo “#30MpelaEducação” era a *hashtag*¹⁴ utilizada para comentar sobre o protesto que estava ocorrendo. 30M representava a data (30 de maio de 2019) em que estava ocorrendo o protesto. Essas manifestações surgiram após o Governo Federal cortar verbas nas universidades, o que prejudicava o funcionamento dessas instituições.

Portanto, podemos observar que esta rede também é utilizada para realizar (re)ações contra ou a favor de determinado tema. As redes sociais podem provocar uma pressão popular e ocasionar uma (des)ordem social. Tomando como exemplo essa manifestação, podemos observar que ocorreu uma expansão das atividades dessa

¹³ <https://veja.abril.com.br/politica/ao-vivo-estudantes-e-professores-protestam-contras-cortes-na-educacao/>

¹⁴ “A hashtag é um segmento linguageiro precedido do signo #, utilizando originalmente na rede de microblogagem Twitter, mas adaptado em outras plataformas, como o Facebook principalmente. Essa associação transforma o segmento numa *tag* clicável, inserida manualmente num tuíte, que permite acesso um fio que agrupa o conjunto dos enunciados que contém a hashtag”. (PAVEAU, 2021, p. 223)

plataforma, ou seja, os usuários a utilizam para organizar um protesto que seja tanto digital como presencial (manifestações em locais públicos).

4.3 Composição do material de análise e caracterização do *corpus*

Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise (ORLANDI, 2015, p. 66-67).

Para a composição do nosso material de análise, adotamos alguns critérios, pois não é possível analisar todas as discursividades produzidas no *Twitter* sobre a BNCC. Nessa medida, optamos por estabelecer recortes quantos aos perfis que participaram desta pesquisa. Primeiramente, decidimos selecionar perfis que fossem verificados pelo *Twitter* ou apresentassem autenticidade por meio de outros canais (*site* e documentos oficiais), garantindo autenticidade da conta.

De acordo com a rede social, “o selo azul de verificação no Twitter informa às pessoas que uma conta de interesse público é autêntica. Para receber o selo azul, sua conta deve ser **autêntica, notável e ativa.**” (TWITTER¹⁵, 2022, s/p, grifo do autor). Assim sendo, as contas verificadas possuem um selo de autenticidade, proporcionando ao usuário uma confiabilidade em relação ao que é postado pela conta.

Além da conta verificada, optamos por escolher perfis que representassem socialmente categorias públicas relacionadas diretamente à implementação da BNCC. Para tanto, buscamos selecionar entidades sociais que estiveram, e ainda estão fortemente implicados na educação.

Ancorados nesses critérios, selecionamos três categorias que estão registradas e verificadas no *Twitter*, a saber: Ministério da Educação (@MEC_Comunicacao); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (@ubesoficial); e, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (@CNTE_oficial).

As contas do Ministério da Educação (MEC) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES, doravante) são verificadas pelo *Twitter*. Já o perfil da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, doravante) é autenticado pelo *site* da própria confederação, em que apresenta seus canais de

¹⁵ Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/about-twitter-verified-accounts#:~:text=O%20selo%20azul%20de%20verifica%C3%A7%C3%A3o,ser%20aut%C3%AAntica%2C%20not%C3%A1vel%20e%20ativa.>

comunicação (entre eles o seu perfil do *Twitter*). Portanto, todos os perfis selecionados são autênticos e representam suas organizações institucionais. Vejamos, a seguir, o perfil de cada instituição:

Figura 6 – Recorte do perfil do MEC, UBES e CNTE



Fonte: recorte feito pelo autor no dia 24/05/2022.

Assim sendo, temos três contas digitais que estão entrelaçadas no arquivo em questão, uma por ser responsável pela criação e homologação da BNCC e as outras duas por serem afetadas diretamente pelo arquivo institucional. Consideremos, a seguir, como cada instituição se apresenta por meio de seus sites oficiais.

- **MEC:** O **Ministério da Educação (MEC)** é um órgão da administração federal direta e tem como área de competência os seguintes assuntos: a política nacional de educação, da educação infantil, a educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação especial e a educação a distância, a avaliação, informação e pesquisa educacional, a pesquisa e extensão universitária, o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. (MEC¹⁶, 2022, s/p, grifo da instituição)
- **UBES:** Para representar todas e todos [...] estudantes, existe há 67 anos a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). A UBES, em conjunto das entidades secundaristas estaduais e municipais, organiza e mobiliza as vontades, as insatisfações e os anseios de todos os secundaristas brasileiros. A UBES atua em diversas frentes para canalizar as reivindicações dos estudantes brasileiros: nas ruas e nas redes; nas escolas públicas e privadas; no ensino fundamental, médio,

¹⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias>, acessado no dia 25 de maio de 2022.

pré-vestibular e técnico; em todas as esferas de governo e ao lado de diversos movimentos sociais do campo e da cidade. (UBES¹⁷, 2022, s/p)

- **CNTE:** Os Trabalhadores em Educação do Brasil estão com sua organização consolidada. Mas, para isso muita luta teve de ser travada. A história dessa luta tem o ano de 1945 como um marco. Naquele ano, os professores da escola pública primária começaram a se organizar em associações. No período de 1982 a 1988, a CPB consolidou-se como entidade federativa e como principal via de organização do sindicalismo docente, mesmo no período em que era proibida a sindicalização para o funcionalismo público. Filiou-se à Central Única dos Trabalhadores - CUT em 1988. Em 1990 a CPB passou a se chamar CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em um Congresso extraordinário cujo objetivo foi unificar várias Federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional. Com a unificação da luta dos Trabalhadores em Educação e o surgimento de novas regras de organização sindical, a CNTE ganha força com a filiação de 29 entidades e quase 700 sindicalizados em todo o país. Atualmente, a CNTE conta com 50 entidades filiadas e mais de um milhão de sindicalizados. (CNTE¹⁸, 2022, s/p)

Essas descrições fazem trabalhar alguns efeitos de sentidos, a saber: (1) o MEC como Órgão Federal é o responsável por regulamentar os documentos oficiais para a área da educação, ou seja, é responsável direto pela BNCC. O funcionamento da educação básica perpassa pelas políticas educacionais que são de responsabilidade dessa pasta. Assim, podemos dizer que este ministério procura dar “ordem¹⁹” ao funcionamento da educação básica; (2) a UBES representa as entidades secundaristas de todos os estados brasileiros e do distrito federal. Pela descrição apresentada anteriormente, podemos observar que essa instituição busca satisfazer os interesses dos estudantes e, para isso, utiliza-se de manifestações nas ruas e **nas redes**. O digital se faz presente nos mo(vi)mentos de reivindicações; (3) já o CNTE representa aqueles que põem em prática a BNCC, pois são os trabalhadores da educação (aqueles que atuam diretamente na escola) que irão fazer valer o documento. Essa confederação representa a comunidade escolar em geral, buscando unir forças para alcançar seus interesses.

Após estabelecer os perfis que estão em foco, nesta dissertação, precisávamos realizar um recorte em relação aos tuítes a serem analisados. Cada conta apresenta um grande número de postagem, a saber²⁰: MEC publicou 37.5 mil tuítes em seu perfil; a UBES publicou 28.8 mil; já o CNTE publicou 39.5 mil tuítes. Não entra em nosso

¹⁷ Disponível em: <https://ub.es.org.br/a-ub.es/>, acessado no dia 25 de maio de 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/institucional/cnte>, acessado no dia 25 de maio de 2022.

¹⁹ “Ordem” no sentido de buscar estabelecer um ordenamento na educação por meio de seus Aparelhos Ideológicos.

²⁰ Dados de cada perfil do *Twitter* atualizados no dia 25 de maio de 2022, às 18h.

corpus essa quantidade de postagens, uma vez que não é possível, e também não é a proposta deste trabalho, analisar todos os tuítes feito por essas contas. A AD não se interessa pela exaustão do “*corpus*”.

Utilizamos a própria plataforma do *Twitter* para filtrar nossas buscas, para isso utilizamos a ferramenta “pesquisar no *Twitter*” e colocamos códigos de busca. Esses códigos são responsáveis por apresentar a nós todos os tuítes de determinada conta e sobre o assunto escolhido. Convocamos as considerações de Paveau (2021):

Os discursos digitais nativos se inscrevem, no sentido material do termo, *num universo que nada esquece e que é percorrido por ferramentas de busca e de redocumentação*. Eles são, portanto, *investigáveis*, ou seja, localizáveis e coletáveis para eventuais menções, utilizações, repetições, etc. (PAVEAU, 2021, p. 59, grifo nosso)

A autora menciona o “universo que nada esquece”, o que nos faz retornar à memória metálica, onde nos processos de saturação de dados é possível utilizar-se de ferramentas que oportunizam ao pesquisador coletar informações. A investigabilidade é uma das características dos discursos digitais, segundo a autora.

O *Twitter* é uma das redes sociais que oportuniza os seus usuários a realizar, por meio de suas ferramentas, buscas avançadas ou mesmo investigações (como menciona Paveau). Esse foi um dos critérios de seleção da rede social em que decidimos utilizar como fonte para coleta de dados. Portanto, a rede social em questão possibilita com mais facilidade a realização de buscas avançadas que possibilitem coleta de dados.

Por meio dos códigos, o sistema da rede social realizou uma busca em cada conta selecionada e localizaram todas as postagens em que aparece o termo “BNCC”, os códigos são: “*from:@MEC_Comunicacao BNCC*”; “*from:@ubesoficial BNCC*”; “*from:@CNTE_oficial BNCC*”. Após realizar essa pesquisa conseguimos alcançar as discursividades sobre a BNCC produzida por essas instituições.

Para selecionar os tuítes que serão abordados no mo(vi)mento de análise, buscamos alinhar nosso recorte com as teorizações da Análise do Discurso Digital. Como comentamos anteriormente, no digital a circulação ganha destaque. Portanto, procuramos nesta dissertação lançar luz a discursividades que são evidenciadas por meio dos algoritmos da rede social *Twitter*. Paveau (2021) comenta sobre a função dos algoritmos, vejamos:

Na internet, eles permitem resolver o problema do tratamento da informação, procurando-a, processando-a, classificando-a, hierarquizando-a, etc. Para isso, eles fazem cálculos para produzir efeitos: *certas informações aparecerão com mais frequência, ou em melhor lugar do que outras*, ou serão mais disseminadas do que outras, ou, pelo contrário, serão invisibilizadas. (PAVEAU, 2021, p. 39, grifo nosso)

No *Twitter* há esse tratamento de informações, por meio de seus algoritmos, para selecionar o que deve ganhar evidência/destaque para seus usuários. Portanto, nos interessa analisar esses tuítes que ganham/ganharam esse destaque. Paveau (2021) comenta que os algoritmos “produzem certo número de regularidades e de determinismos que podemos se aproximar, guardadas todas as proporções, das formações discursivas tal como são definidas por Michel Foucault e Michel Pêcheux” (PAVEAU, 2021, p. 40).

Quando utilizamos os códigos mencionados anteriormente, no campo de pesquisa do *Twitter*, são apresentados ao usuário alguns campos de escolhas em que é possível observar as postagens, a saber: “principais/destaques/topo”; “mais recentes”; “contas/pessoas”; “fotos”; e, “vídeos”. Na primeira opção, seção em que há “principais/destaques/topo”, são apresentados aos usuários os tuítes mais relevantes segundo a rede social. Vejamos, a seguir, as considerações disponíveis na página oficial do *Twitter*²¹ sobre os critérios de seleção dos tuítes “principais”:

Ao fazer buscas no twitter.com e nos aplicativos Twitter para iOS e Android, você pode filtrar os resultados. Para isso, clique ou toque em **Principais, Mais recentes, Contas/Pessoas, Fotos** ou **Vídeos** (essas opções ficam na parte superior dos resultados de busca). Selecionar Principais mostra os Tweets que talvez sejam mais importantes para você.

Nota: Os Tweets em Destaque são selecionados por meio de um algoritmo. Os resultados da busca não são organizados manualmente.

[...]

Os Tweets Em Destaque são os Tweets mais importantes para sua busca. Podemos determinar a relevância com base na popularidade de um Tweet (por exemplo, quando muitas pessoas estão interagindo ou compartilhando um Tweet via Retweets e respostas), nas palavras-chave que ele contém e em muitos outros fatores.

[...]

Em Destaque mostra os Tweets com base em relevância [...]

[...]

É possível que alguns resultados mais antigos sejam destacados na parte superior porque foi determinado que eles têm alto valor para a sua consulta.

(TWITTER, 2022, s/p, grifo do autor)

²¹ Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/using-twitter/top-search-results-faqs>, acessado no dia 01 de junho de 2022.

Levando em consideração o excerto anterior, podemos observar que o *Twitter* realiza uma organização do que é apresentado aos seus usuários. Podemos considerar, levando em consideração as teorizações de Paveau (2021), que os algoritmos do *Twitter* “medem a audiências calculando o número de cliques, segundo o princípio da *popularidade*; os dados processados são, desse modo, as *visualizações*, que não são de natureza linguageira” (PAVEAU, 2021, p. 41). Assim sendo, a rede social busca os tuítes que de certa forma circularam e ganharam destaque para que sejam localizados mais facilmente. Fizemo-nos a seguinte pergunta: quais tuítes, segundo a rede social, têm mais relevância/valor/importância?

Ao que indica, em meio à saturação dos tuítes (memória metálica), há discursividades que ganham destaque, que escapam à profusão de vozes constitutivas do digital e se apresentam como algo relevante. Podemos até refletir se essa organização de tuítes está para a ordem de uma memória digital. Voltaremos a essa reflexão mais adiante, uma vez que se faz necessário alinhar nosso *corpus* no mo(vi)mento de análise.

Portanto, no mo(vi)mento de seleção, levamos em consideração essa ferramenta da rede social, pois, para observar quais são os tuítes sobre a BNCC (postado por cada instituição) que ganharam mais relevância. Assim sendo, poderemos realizar mo(vi)mentos de análise das discursividades que obtiveram maior circulação na rede. Dada a necessidade de realizar-se recorte, uma vez que não é possível analisar todas as discursividades, selecionamos os dois primeiros tuítes de cada instituição que aparecem na seção “principais/destaques/topo”.

Buscamos olhar para os tuítes e se, de certa medida, respondem às seguintes perguntas: como determinado segmento está produzindo, ou produziu, discursividades sobre a BNCC? Qual a relação dessas instituições, que representam o corpo social, com as redes digitais? Esses discursos estão no campo da (des)ordem institucional imposta pelos Aparelhos Ideológicos do Estado²²?

Gostaríamos de ressaltar que todos os materiais de análise foram produzidos na internet (nativos do espaço digital). Convocando as considerações de Paveau (2021), sobre a mobilização de exemplos digitais, destacamos que o movimento de realizar

²² “Designamos por aparelhos ideológicos de Estado AIE um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...] podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes: [...] – O AIE religioso [...] escolar [...] familiar [...] jurídico [...] político [...] sindical [...] da informação [...] cultural [...]” (ALTHUSSER, 1980, p.44).

recorte faz-se necessário, uma vez que não é possível realizar essa análise com o navegador aberto. Portanto, ao fazermos um recorte, estamos abrindo espaço para possibilidades de análise fora do espaço nativo²³. De acordo com Paveau (2021, p. 36), esse movimento “é o mínimo ecológico necessário, ainda que esse procedimento pareça cristalizar os dados tecnodiscursivos [sic]”. A possível cristalização dos dados é o preço a se pagar por realizar movimentos de análise fora do espaço digital.

4.4 Do procedimento de análise

Nesta seção, partindo dos procedimentos teórico-metodológicos da AD, abordamos nosso procedimento de análise. Orlandi (2017) tece considerações sobre o percurso que o analista fará até chegar ao mo(vi)mento de análise, vejamos:

Em um primeiro passo da análise, ele toma o material bruto linguístico com tal (o corpus, os textos) e por um primeiro lance de análise ele procederá à de-superficialização deste material, sua de-sintagmatização. Objeto discursivo correspondente ao material analisado, mas já resulta um passo de análise. Nele já começamos a pressentir o desenho das formações discursivas que presidem a organização do material. Em um segundo passo da análise agora o analista trabalha sobre o objeto discursivo procurando determinar que relação este estabelece com as formações ideológicas. Chegamos assim ao processo discursivo. Passamos, pois, do material bruto da análise ao objeto discursivo e deste ao processo discursivo. Quando conhecemos o processo discursivo podemos dispensar o material de análise inicial, pois estaremos de posse do funcionamento discursivo que pode ser generalizado para outros conjuntos de materiais, outros textos. (ORLANDI, 2017, p. 19)

Partindo das teorizações de Orlandi (2017) e alinhando com esta dissertação, apresentamos o percurso que adotamos: (1) em primeiro momento, determinamos qual seria nosso objeto de análise, decidimos por lançar luz ao discurso digital sobre a BNCC; (2) Decidimos delimitar as discursividades produzida pela BNCC na rede social *Twitter* por três perfis de instituições públicas (MEC – UBES – CNTE); (3) Após realizar esse primeiro mo(vi)mento de delimitação, foi necessário realizar novos recortes, pois há uma imensidão de tuítes sobre a BNCC postada no *Twitter*. Utilizando do próprio recurso da rede social, buscamos selecionar os tuítes que ganham(ram) destaque, ou seja, aqueles que mais circula(ram) e que algoritmo considera relevante aos usuários. Assim sendo, mostraremos no mo(vi)mento de análise as discursividades que ganha(ram) destaque em meio à saturação (memória metálica); (4) De posse dos

²³ O espaço nativo deste trabalho seriam as postagens realizadas no *Twitter*.

tuítes que constituem nosso *corpus*, realizaremos mo(vi)mento de análise lançando luz ao processo discursivo.

Ao realizar esse percurso chegamos à constituição do nosso *corpus*. Irá compor o *corpus* dois tuítes de cada instituição, iremos apresentá-los no capítulo de análise. Portanto, nosso *corpus* é composto por seis tuítes. A seleção destes tuítes é resultado dos recortes, chamaremos de recorte discursivos (RD). Vejamos a concepção de Fernandes (2008) em relação à noção de RD:

Trata-se da seleção de fragmentos do *corpus* para análise; ou seja, quando o analista escolhe seu objeto de análise, ele precisa ainda selecionar pequenas partes, escolhidas por relações semânticas, tendo em vista objetivos do estudo. (FERNANDES, 2008, p. 65)

Por meio dos RDs, buscamos realizar nossos mo(vi)mentos de análise sem deixar de lado as problematizações elencadas anteriormente. Salientamos que das materialidades a serem analisadas, dos RDs selecionados dos tuítes, realizamos ainda outros recortes os em formato de sequências discursivas (SD). Essa noção é mencionada por Courtine (1981), ao destacar SDs são “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COUTINE, 2009, p.55).

Destacamos que não buscaremos eleger um sentido único e verdadeiro sobre cada tuíte, mas trabalharemos sobre os efeitos de sentidos que tais postagens permitem esboçar. Lançaremos luz aos atravessamentos discursivos que constituem esses discursos de circulação social.

Nos movimentos de análise, iremos apresentar outras formulações retiradas dos sites oficiais das três instituições. Tais trechos contribuirá para construção de sentido empreendidas nas postagens do tuíte. Portanto, utilizaremos tais formulações para agregar ao que está sendo analisado por meio das SD.

Realizamos os procedimentos de análise a partir dos seguintes dispositivos teórico-analítico: Formações discursivas → pré-construído (interdiscurso; memória discursiva) → tomadas de posição/posição sujeito → (des)ordem discursivas sobre a BNCC. Essas serão as principais noções que darão subsídio a nossa análise.

Para além disso, iremos também lançar luz a um aspecto do discurso digital, apresentado por Dias (2016), a saber: digitabilidade. Vejamos as teorizações de Dias (2016) sobre essa noção:

Se tomarmos como exemplo o Twitter [...], vemos que a *inscrição* do corpo na forma material do dizer dessas redes sociais se dá por meio de projeções de ícones, imagens, gifs, letras, links, hashtag [...] A digitalidade diz respeito, portanto, à circulação em diferentes formatos e dispositivos daquilo que está em estado digital. (DIAS, 2016, p. 12-13, grifo da autora)

Buscando produzir articulação com essas formulações de Dias (2016), podemos destacar que nosso *corpus*, como poderá ser observado no capítulo 4, é constituído por digitalidade. Assim sendo, as publicações estão inscritas em uma rede de filiação que se escreve no corpo social a partir do digital. As manifestações discursivas no digital partem de textualização que exprimem (des)ordem em relação à BNCC, pois essa textualidade é dotada de (des)afeto em relação ao arquivo.

As inscrições no *Twitter* se apresentam de forma diversa por conta da digitabilidade que lhe é constitutiva. Portanto, nos mo(vi)mentos de análise não podemos deixar de lado os diferentes formatos em que se materializam as discursividades, por linguagem verbal ou não verbal. Não podemos, e não iremos deixar de fora as várias projeções do discurso (ícones, imagens, gifs, letras, links, hashtag, etc), pois não há uma justaposição entre esses elementos. Em suma, analisaremos nosso *corpus* a partir desses procedimentos de análise.

5 CAPÍTULO 4 – DISCURSIVIDADE ACERCA DA BNCC NO ESPAÇO DIGITAL

[...] “Isso circula” como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada ou, ao contrário, a falsa moeda de línguas de vento; os turbilhões esfumaçados do “não importa o quê” destinados a chamar a atenção, desviando-a “dos problemas reais”. Não é tempo de destituir essa imagem duplamente complacente da circulação, constatando o fato de que as circulações discursivas nunca são aleatórias, porque o “não importa quê” não é nunca “não importa quê”?

(PÊCHEUX, 2016, p. 28)

Considerações iniciais

Neste capítulo, vamos apresentar as nossas incursões no material analítico, levando em consideração o batimento entre objeto de análise e dispositivos teórico-metodológicos. Conforme já destacado, nesta dissertação, o nosso objeto de análise se refere às discursividades produzidas no espaço digital, mas especificamente na rede social *Twitter*, sobre a BNCC por três instituições (UBES – CNTE – MEC). Para tanto, partiremos dos seguintes dispositivos teórico-analíticos que darão sustentação a nossa análise: Formações discursivas; pré-construído; tomadas de posição/posição sujeito.

Retomando a epígrafe deste capítulo, estamos sempre em contato com “turbilhões esfumaçados do ‘não importa o quê’ destinado a chamar atenção” (PÊCHEUX, 2016, p. 28). Esses turbilhões de informações constituem o espaço digital, afetando o sujeito e o modo de formular e de circular o discurso.

Pêcheux (2016) comenta que as circulações discursivas não são aleatórias, faz-se necessário analisar essas circulações discursivas e observar seus efeitos de sentidos, uma vez que o modo de formular e de circular acontece de outra ordem no espaço digital. Nossa proposta, para este trabalho, está circunscrita nessa circulação, principalmente no que diz respeito à circulação de discursos digitais postados por instituições públicas (como MEC, UBES, CNTE e outras) acerca da BNCC.

As instituições públicas estão presentes nas redes sociais pelo motivo de cada vez mais crescer o número de usuários. Para se aproximar de uma parcela da sociedade, as instituições começam a criar seus perfis e interagir com as outras pessoas logadas. Esse processo de contato ocorre, a depender do objetivo de cada instituição (podendo ser

apenas para fim de divulgação de informações oficiais até a organização de manifestação).

Neste ponto, voltamos a um questionamento apresentado anteriormente, será que há uma (des)ordem sobre os discursos produzido pelas instituições públicas (MEC, UBES e CNTE) sobre a BNCC? Observaremos, a partir do nosso *corpus*, as redes de filiações presentes nas materialidades publicadas, sem deixar de lado as tomadas de posições via formações discursivas.

Posições essas que provocam uma algazarra no digital (e fora dele) no corpo social. São abordados temas que, para determinadas instituições, no discurso digital seria melhor que não circulassem. Cada uma dessas instituições discursiviza materialidades, buscando construir um efeito de verdade sobre o que é abordado. Além de considerar o discurso em si, faz-se necessário lançar luz ao próprio digital e suas especificidades, uma vez que os discursos que circulam nas redes sociais são afetados/atravessados pela máquina.

Para uma postagem ganhar destaque nas redes sociais, entre toda a algazarra que lhe é constitutiva, é necessário que haja circulação, por esse motivo há diariamente uma profusão de vozes que circulam no meio digital. E, por haver uma saturação de informações, é necessário que os discursos circulem bastante para ganhar evidência na sociedade. Se algo não circula em grande quantidade, não atinge um grande número de pessoas, as instituições não ganham visibilidade, o que não é positivo.

A depender do tema e da instituição, há o desejo que ocorra um silenciamento, ou seja, uma não-circulação, no sentido de que determinados sentidos não ganhem circulação/evidência pela população. Por exemplo, atualmente²⁴ ocorreu uma proposta parlamentar para que houvesse cobrança de mensalidade nas universidades federais; acreditamos que havia o desejo de determinado grupo que essa discursividade não ganhasse evidência social.

Como ponderamos, na seção metodológica, a análise terá como ponto de partida os recortes dos tuítes selecionados. Buscaremos alinhar nosso *corpus* às condições de produção que circundam a constituição e homologação da BNCC. Apresentaremos, nas próximas seções, nosso mo(vi)mento de análise.

²⁴ No dia 25 de maio de 2022, foi votada e rejeitada a PEC 206, de 2019, que previa o pagamento de mensalidade em universidades públicas.

5.1 Análise dos tuítes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

Demonstraremos, a partir das formações discursivas e do pré-construído, as tomadas de posição da UBES referentes aos tuítes em destaque que tematizam a BNCC. Por meio de dois Recortes Discursivos (RD), iremos destacar o modo como esta instituição, a partir de uma memória social atravessada pelo digital, discursiviza o arquivo. A partir desses mo(vi)mentos, podemos observar uma possível (des)ordem discursiva sobre a BNCC.

Iniciaremos nossa análise enfocando o tuíte que aparece em primeiro lugar nos destaques da rede social. Veremos que a materialidade do tuíte é constituída de linguagem verbal e não-verbal, ou seja, há a presença de uma digitabilidade, para usarmos as palavras de Dias (2016). Observaremos os diferentes formatos (*hashtag*, *gif*, imagens, textos, *emoji* etc) que são constitutivos dos tuítes, uma vez que não há uma justaposição entre esses elementos. Trabalhamos com a perspectiva de que há entre essas possibilidades de materialização uma opacidade. Vejamos, a seguir, o RD1 com tuíte postado no dia 29 de maio de 2018.

Figura 7 – Recorte Discursivo 1



Fonte: Captura de tela da rede social.

Ressaltamos que os textos verbal e não verbal estão fortemente imbricados, não havendo uma sobreposição de um em relação ao outro. Entretanto, para fins de análise, faz-se necessário contemplar, em apelo ao método de exposição, um e depois o outro. Posteriormente, faremos a relação entre esses dois tipos de materialização textual (verbal e não-verbal), pois ambos produzem efeitos de sentidos no digital ao mesmo tempo.

Em primeiro momento, iremos nos direcionar ao texto verbal, separando-o por períodos sintáticos no formato de sequência discursiva. Na primeira sequência discursiva (SD1), temos: “No último sábado (26), secundas ocuparam as ruas em Guarapuava (PR)”. A partir da SD1, podemos ver em funcionamento o pré-construído de que:

- Ocorreu ocupação das ruas de Guarapuava (PR).
- Essa ocupação, por vezes, pode ser organizada por estudantes.
- Entre a classe de estudantes, que realizam ocupação de rua, estão os secundaristas.

Alicerçado à rede de memória discursiva, mobilizado por diferentes FD, os secundaristas, por meio de marcas linguísticas/estilísticas, deixam evidenciar posições-sujeito. Há textualmente, na SD1, a demarcação de um lugar social apresentada pelo termo “secundas”. Essa nomeação é utilizada para abreviar a palavra “secundaristas”, para representar alunos do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino técnico e do ensino pré-vestibular. Grupo este que é diretamente afetado pelas (re)formulações produzidas e em circulação, a saber: as discursividades oficiais educacionais.

Assim sendo, partindo da SD1, é possível entrever que a UBES inscreve-se, em pelo menos, duas posição-sujeito, a saber: (1) estudante, uma vez que marca textualmente sua posição “secunda”; (2) militante, por se posicionar socialmente contra um determinado arquivo (posicionamento este que pode ser observado por meio da marca linguística evidenciada na materialidade: “ocuparam”). Portanto, há em cena uma FD de resistência estudantil.

No jogo discursivo, empreendido pela UBES, a FD a qual está filiada determina o que pode ser dito no fio discursivo. Como, por exemplo, a utilização do lexema “ocuparam” ou invés de “invadiram”. As manifestações nas ruas representam um lugar simbólico de poder e de resistência da nossa sociedade, sendo cada vez mais recorrentes.

A ocupação de rua não é recente, podemos citar como exemplo as manifestações que ocorreram durante a ditadura militar brasileira. Mesmo sob pressão, ameaças e mortes

as ocupações aconteceram. Portanto, esse tipo de ocupação é marcado por grandes lutas que até hoje são evidentes na memória social.

A SD1 possibilita a produção desse efeito de sentido, em que há um grupo de estudantes que estão ocupando um espaço público objetivando realizar algum tipo de protesto. A palavra “ocupação” faz-nos acionar outras formações discursivas, em relação ao pré-construído, que se relaciona ao discurso de poder e de resistência. Como já abordado no capítulo 1, as escolhas lexicais não são feitas de qualquer forma, mas há um atravessamento ideológico/histórico (interdiscursivo).

Observamos que para esse grupo há uma direção de sentido em relação à palavra “ocupação”, pois para eles não se trata de invadir, mas sim de ocupar algo que é de todos. A ocupação de rua é bastante significativa para nossa sociedade, pois em manifestações são utilizadas ruas principais/centrais da cidade, provocando uma paralisação temporária da circulação de veículos. Para além disso, manifestações no centro da cidade fazem com que a manifestação ganhe mais evidência, pois há grande circulação de pessoas.

Com base nesse primeiro período, podemos observar uma discursividade que provoca, em certa medida, uma (des)ordem social. Se será ordem ou desordem vai depender da posição sujeito em que cada um se encontra. Do ponto de vista dos Aparelhos Ideológicos do Estado, é provável que essa manifestação esteja no campo da desordem, pois vai de encontro a seus interesses.

É necessário ressaltar a importância do espaço digital para manifestações nos dias atuais, uma vez que o discurso digital é nosso principal objeto de análise. Dias (2018) considera que o digital está relacionado à significação do urbano. De acordo com a autora, as atividades dos sujeitos, nas cidades, estão alinhadas ao digital e suas várias manifestações (câmeras de segurança, aplicativos para locomoção e outros). Muitos usuários utilizam o *Twitter* com objetivo de organizar manifestação nas ruas²⁵, pois a rede social possibilita maior circulação de informações.

Passaremos para a SD2, vejamos: “Estudantes de 7 colégios realizaram uma manifestação contra a BNCC, contra a intervenção militar e pedindo que os envolvidos na operação Quadro Negro sejam presos. 🙌 🙌 🙌”. ”. A Operação Quadro Negro é o nome dado a uma investigação, realizada pelo Ministério Público do Paraná²⁶, que tem

²⁵ Apresentamos um exemplo no Anexo “A”.

²⁶ “Iniciada em agosto de 2015, trata de um grande caso de corrupção ativa, peculato e desvios de verbas públicas ocorridos no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (Seed), especificamente por meio da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude), entre os anos de 2012 e 2015. As investigações

como objetivo apresentar os desvios de dinheiro público destinado à Secretaria de Educação do Estado. A partir da SD2, podemos ver em funcionamento o pré-construído de que:

- Há organizações estudantis que são contra a BNCC.
- Pelo menos estudantes de 7 colégios, do município de Guarapuava (PR), são contra a BNCC.
- Há pessoas que são a favor da intervenção militar.
- Os secundaristas, desta manifestação, são contra a intervenção militar.
- Houve uma operação intitulada “Quadro Negro”.
- Todos os envolvidos da operação “Quadro Negro” não foram presos.
- Os secundaristas são a favor da prisão dos envolvidos na operação “Quadro Negro”.

Partindo do movimento discursivo, apresentado na SD2, é possível conjecturar as seguintes posições-sujeito empreendida por meio da FD: (1) realizar manifestação contra a BNCC; (2) realizar manifestação contra a intervenção militar; (3) solicitar prisão dos envolvidos na operação Quadro Negro.

A SD2 trata-se de uma afirmação sobre quais são as pautas da manifestação. Primeiramente, os estudantes (re)afirmam posição contrária à BNCC. Ressaltamos que neste período ainda não havia sido homologada a versão do Ensino Médio (Cf. Quadro 1). Portanto, eram frequentes as manifestações que se posicionavam contrárias à sua criação. Outro ponto está relacionado à intervenção militar. Circulava (e ainda circula) muitos discursos relacionados à volta do regime militar ao poder. No período que antecedeu e posterior ao golpe de 2016, houve muitas manifestações a favor da intervenção militar. Além dessas pautas, havia a solicitação de prisão aos envolvidos na operação “Quadro Negro”.

A SD2 apresenta uma gradação (manifestação contra a BNCC → manifestação contra a intervenção militar → pedido de prisão dos envolvidos na operação Quadro Negro) em série em que a BNCC é significada no mesmo estatuto de equivalência de intervenção militar e esquema de corrupção. Essa SD apresenta características próprias do digital, uma vez que em um pequeno espaço de caracteres faz-se necessário apresentar

demonstraram o conluio entre agentes públicos e privados para fraudar laudos de medições e viabilizar o pagamento antecipado de obras de construção, reforma ou ampliação de escolas sem a efetiva contrapartida, ou seja, sem a real execução das obras contratadas.” (MINISTÉRIO PÚBLICO DE PARANÁ) - <https://comunicacao.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>

muitas formulações, abordar vários temas em pequeno trecho. É possível que esta formulação ganhasse uma formulação mais densa se divulgada em outro espaço digital (ex.: *site* oficial da UBES).

Pensando na data de realização da manifestação pelos estudantes, dia 26 de maio de 2018, neste período estava ocorrendo a greve dos caminhoneiros²⁷. Tal greve paralisou o país, uma vez que a circulação de alimentos, o abastecimento de combustíveis e a circulação e distribuição de insumos diários foram afetados. Houve uma grande mobilização da classe para a intervenção militar. Vejamos, a seguir, uma imagem que retrata a greve.

Figura 8 - Greve dos Caminhoneiros



Fonte: Paralisação na rodovia Régis Bittencourt – Andre Penner (AP)²⁸, com setas colocadas por nós.

Observando a figura anterior, podemos perceber que a solicitação estava muito evidente. Somente nessa imagem é possível verificar a presença de, no mínimo, cinco cartazes, apontados por setas na imagem, que representam o desejo de uma intervenção militar. Portanto, no dia 26 de maio de 2018, os estudantes, além de se posicionarem contra a BNCC, também se posicionaram contra a solicitação de intervenção militar. Mesmo tendo no poder um governo fruto de um golpe de estado, havia o desejo por parte

²⁷ A greve ocorreu entre os dias 21 de maio e 1 de junho de 2018.

²⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/28/politica/1527542536_679526.html

dos estudantes de que não houvesse mais um retrocesso com a implementação do regime militar.

Fazendo relação da figura 8 com o RD1, podemos observar que há diferença na forma de protestar/manifestar, uma vez que um trata-se de ocupação/manifestação; outro de paralisação. Se a manifestação acontecerá no centro urbano ou em uma rodovia irá depender dos objetivos a serem alcançados. O fato de a manifestação da UBES ser realizada no centro urbano produz efeito de sentido de mobilização, uma vez que ocorre uma manifestação onde há um fluxo de pessoas e, de certo modo, é afetado pelas discursividade que vão sendo produzidas no ato.

Já a paralisação de rodovias, como representada na figura 8, produz efeitos de sentidos de afetar diretamente as pessoas de forma a destacar (no caso dos caminhoneiros) sua importância. Assim sendo, essa paralisação produz alguns incômodos, como: restringir o direito de ir e vir em rodovias, desabastecimentos de materiais de consumo diários e outros.

O outro ponto abordado pelos secundaristas é a solicitação de que “os envolvidos na operação Quadro Negro sejam presos. De acordo com a investigação, foram desviados cerca de R\$ 20 milhões de reais, segundo o Ministério Público, pelo então governador e seus aliados.

Podemos observar, a partir dessa breve análise, que as discursividades analisadas até aqui estão intrinsecamente relacionadas às condições de produção. Todos os acontecimentos (discussões sobre a BNCC, protesto a favor da intervenção militar e investigação no Paraná) afetaram a constituição deste tuíte. Isso porque a posição sujeito dos secundaristas vai ao encontro desses temas. Os acontecimentos discursivos afetam diretamente o que circula no digital.

Seguindo nosso mo(vi)mento de análise, podemos identificar a presença de *emoji* na postagem, representando três braços (👊👊👊). Podemos alinhar esses braços à representação de força/luta, buscando estabelecer efeito de sentidos relacionado à luta contra a BNCC, contra intervenção militar e o sucateamento da educação por meio de desvio de dinheiro. A UBES e outros movimentos estudantis estão em constante relação de luta contra o sistema educacional, social e político que fazem parte. Portanto, alinhavamos o uso deste *emoji* a uma possível representação de resistência.

Podemos observar também a presença de duas *hashtag*, a saber: “#EmDefesaDaEducação” e “#ContraIntervenção”. Como comentado anteriormente, no *Twitter* a *hashtag* funciona como um *hiperlink* (hiperligação) que reúne todas as

publicações que abordam o mesmo tema. Portanto, ao clicar nas *hashtags* dessa publicação, o usuário é redirecionado para uma página em que se apresentam todas as outras publicações que utilizaram a mesma *hashtag*.

Além de reunir publicações, a *hashtag* possibilita maior visibilidade à temática debatida, uma vez que, replicada várias vezes, ela pode entrar nos *trending topics* (assunto do momento). Quando o tema ocupa um lugar nos *trending topics*, torna-se mais visível e, por sua vez, circula muito mais.

Após enfocar os elementos verbais presentes no tuíte, passaremos para o texto não verbal. Portanto, recorreremos ao tuíte para focalizar nos elementos presentes na imagem e estabelecer possíveis relações com texto verbal e com as condições de produção em que a imagem está inserida.

Em um primeiro momento, podemos observar a presença de três bandeiras, a saber: bandeira do Brasil; bandeira da União Nacional dos Estudantes (UNE); e bandeira da UBES. A bandeira da UNE e da UBES aparece parcialmente, mas é possível reconhecê-las. Essas duas instituições (UNE E UBES) são bastante alinhadas e organizam atividades em parceria. Havendo uma organização tencionando os interesses dos estudantes em nível nacional.

Além da bandeira do Brasil, é possível perceber que alguns estudantes utilizam adesivos com as cores da bandeira. Em 2018, o uso da bandeira era utilizado para marcar patriotismo, pretendendo representar que a luta se dava em favor do país e que ele é de todos. Alguns meses após essa manifestação, o uso da bandeira e as cores do Brasil, infelizmente, foram ressignificados por um grupo social orientado ideologicamente por outra FD conservadora, sendo utilizados para marcar os simpatizantes do então candidato à presidência Jair Bolsonaro. Possivelmente, se essa manifestação ocorresse em outra data a bandeira não estaria presente, isso mostra que as condições de produção são tão importantes para os gestos de leitura.

A partir do RD1, é possível observar a presença de pelo menos quatro cartazes com a seguinte formulação: “FORA TEMER!”. Além dessa formulação, é possível observar que há a foto do então presidente Temer em preto e branco. Podemos perceber que há outra tomada de posição que não foi citada no corpo do tuíte, marcando aí uma opacidade da linguagem. A imagem reforça a posição contrária dos estudantes em relação ao então presidente que chegou ao cargo após o golpe de 2016. A formulação “FORA TEMER!” em letras maiúsculas e com acento de exclamação contribui para produzir um discurso de ordem.

Retomando o RD1, é possível inferir, levando em consideração principalmente aspectos constituintes da linguagem não verbal, que a ocupação ocorre no centro da cidade, uma vez que fica evidente na imagem às várias fachadas de lojas e os semáforos que demonstram que há uma circulação intensa de pessoas e veículos. Elementos esses que são constituintes dos centros urbanos. Essa construção de sentido ocorre pelo batimento do verbal (ocuparam “as” ruas) e não verbal (imagem anexada no tuíte), dito de outro modo, a digitabilidade evidencia sentidos a partir de sua materialização no digital.

Após esse breve mo(vi)meto de análise, podemos observar as tomadas de posição dessa instituição marcada por uma memória discursiva que afeta diretamente o que é dito e como é dito. Ao longo dessa análise, tivemos que realizar um mo(vi)mento de acionar aspectos da memória discursiva para lançar luz às materialidades presentes na memória metálica/digital.

Compreendemos, por meio do RD1, que o digital é afetado pela memória social. Faz-se necessário considerar as condições de produção do tuíte para conseguir compreendê-lo. Esse tuíte faz trabalhar o efeito de sentido de que a UBES está diretamente filiada a posicionamentos políticos e ideológicos que vão de encontro ao Governo Federal e ao Governo Estadual, ou seja, vai de encontro aos Aparelhos do Estado (aqui representado pelo MEC).

Ao analisar esse recorte discursivo, podemos compreender parte do funcionamento do discurso metálico em que há uma certa urgência em se falar de tudo e ao mesmo tempo falar de forma reduzida. Portanto, em um tuíte (RD1), são abordadas várias temáticas que visam produzir um discurso de ordem contra algumas situações políticas, a saber: 1) contra a homologação da BNCC; 2) contra intervenção Militar; 3) contra o esquema de corrupção no governo do Paraná; 4) contra o então presidente Michel Temer.

O digital possibilita, e às vezes exige por meio de seus algoritmos, que os usuários condensem suas informações de forma a transmitir diversas informações em uma única postagem. A utilização de *emoji* é um exemplo, ao utilizar desse recurso para chamar a luta contra as temáticas abordadas, o usuário “economiza” discursivamente aquilo que no verbal exigiria mais espaço no digital para convocar os sujeitos às lutas. Portanto, as discursividades instauradas no espaço digital, afetados pela discursividade no digital que é constitutivo deste espaço, faz com que as materialidades discursivas sejam estruturadas em uma normatividade linguística-tecnológica (Cf. DIAS 2004). No caso desse primeiro

RD, há um enredamento dos acontecimentos históricos provocando efeito de condensação.

Vejamos, a seguir, o RD2 com tuíte postado no dia 04 de agosto de 2018.



Fonte: Captura de tela da rede social.

Considerando o RD2, observamos que o início do tuíte é composto por uma *hashtag*, a saber: “#AEscolaÉALiberdadeDoBrasil”. Essa *hashtag* apresenta o tema de uma campanha lançada pela UBES em comemoração aos seus 70 anos de fundação. Essa campanha foi divulgada em suas diversas plataformas digitais. Em seu *site*, a UBES postou algumas publicações fazendo menção a essa campanha (Cf. figura 10).

Figura 10 – Recorte do site da UBES



Fonte: Recorte do site (<https://ubes.org.br/tag/a-escola-e-a-liberdade-do-brasil/>)

Com objetivo de melhor circunstanciar a realização desta campanha, mobilizamos um fragmento do texto de divulgação da ação presente no site da UBES. Vejamos:

Nesta quarta-feira, 25 de julho, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas completa 70 anos no mesmo dia em que convoca os estudantes de todo o País a lutar pelo ensino público nacional. Na avaliação dos secundaristas, que se reuniram no último fim de semana em um Seminário de Educação, *a escola pública é cada vez mais sucateada no Brasil*, principalmente após o golpe político-parlamentar que instalou uma lógica neoliberal no Brasil. Hoje, uma *Emenda Constitucional proíbe o aumento de investimentos para a área nos próximos 20 anos*.

“É como Darcy Ribeiro já dizia nos anos 1970: a crise na educação não é uma crise, é um projeto. É nosso dever, enquanto estudantes, denunciar para a sociedade que este projeto de precarização vai contra o futuro de todos nós, vai contra a construção de um país soberano”, afirma Pedro Gorki, presidente da UBES. (UBES²⁹, 2022, s/p, grifo nosso)



Podemos observar que as discursividades presentes no trecho anterior se relacionam com os recortes discursivos apresentados (RD1 e RD2). Há uma crítica ao governo de Michel Temer, por estar relacionado ao “golpe político-parlamentar que instalou uma lógica neoliberal” e por ter proposto o “congelamento” dos investimentos na educação por vinte anos. Esses comentários fazem-nos lembrar do RD1 em que os

²⁹ Disponível em: <https://ubes.org.br/2018/nos-seus-70-anos-ub-es-lanca-campanha-em-defesa-da-escola-publica/>

secundaristas seguram cartazes escrito “FORA TEMER!”, vemos o efeito ideológico ganhando forma nas discursividades. No decorrer do mo(vi)mento de análise, iremos retomar ao trecho anterior e alinhar com as materialidades analisadas.

Ao mobilizar a *hashtag*, a UBES realiza divulgação da campanha e cria uma hiperligação agrupando todas as postagens que utilizam desta ferramenta. Portanto, a utilização da *hashtag* provoca uma rememoração da campanha, ou seja, aqueles que têm conhecimento sobre esta ação ao depara-se com a *hashtag* aciona aspectos da memória e das formações discursivas relacionadas a essa temática.

A presença da *hashtag* evoca uma rede de sentido profunda, uma vez que sua utilização faz o usuário (que conhece a campanha) relacioná-la com vários acontecimentos que estão circulando em diferentes esferas digitais (Cf. figura 10). Há, portanto, redes de sentidos por trás de uma *hashtag*.

A UBES utiliza três *emoji* (  BR³⁰) em seu tuíte. O primeiro é a representação de livros, podendo ser alinhavado à educação. O segundo é a representação de um punho fechado, que atualmente produz efeito de sentido de enfrentamento e de resistência de alguma causa, sendo utilizado com frequência em manifestações. O terceiro *emoji* é a representação da bandeira do Brasil. Portanto, os três *emoji* produzem sentidos relacionados à resistência e à luta pela educação brasileira, visando ressaltar as informações da *hashtag* (a escola é a liberdade do Brasil).

Podemos observar que esses elementos, no espaço digital, ao mesmo tempo que ocupa pouco espaço na postagem, provoca uma série de deslizamento de sentidos, em que o leitor/internauta realiza várias inferências sobre esses algoritmos e recursos do digital. Seguindo o mo(vi)mento de análise, contemplaremos o seguinte fragmento do RD2, apresentado em formato de SD3: “Esta reforma finje oferecer mais opções aos estudantes, mas na verdade precariza ainda mais as escolas.”

Partindo da SD3, podemos observar em funcionamento o pré-construído de que:

- Há uma reforma em andamento destinada ao ensino médio.
- Tal reforma pretende, via discurso oficial (MEC), oferecer mais opções educacionais aos estudantes.
- De acordo com os secundaristas, essa reforma finje oferecer mais opções aos estudantes.
- Há escolas que estão em estado precários.

³⁰ BR representa o *emoji* da bandeira do Brasil.

- De acordo com os secundaristas, além de fingir oferecer mais opções aos estudantes, a reforma precarizaria ainda mais as escolas.

Há evidências do funcionamento da FD escolar e militante, que deixa entrever a materialização das seguintes posição-sujeito assumidas pelos secundaristas: (1) A BNCC finge ofertar mais escolhas; (2) As escolas, em sua maioria, são precárias; (3) Com aprovação da reforma, as escolas seria ainda mais precarizadas.

A SD3 alinha-se ao trecho de divulgação da campanha, apresentado anteriormente, em que a UBES comenta que “a escola pública é cada vez mais sucateada no Brasil”. Para esta instituição, a BNCC e a reforma do ensino médio “precariza[m] ainda mais as escolas”. Levando em consideração a fala do então presidente da UBES, a *Base* é concebida como um projeto que visa à precarização da educação.

Outra crítica presente no tuíte é sobre as “opções” ofertadas aos estudantes, pois, de acordo com UBES, a BNCC finge que o estudante realmente pode escolher o que estudar. Veremos, nos próximos mo(vi)mentos de análise, que o MEC realiza divulgação da BNCC comentando que os estudantes podem realizar “escolhas conforme seus interesses”.

Entretanto, na prática, não ocorre deste modo, pois o aluno só poderá “escolher” o que a escola decidir ofertar. A depender da oferta feita pela escola, o aluno não poderá escolher disciplinas/itinerários que realmente lhe interesse como é divulgado pelo MEC. De acordo com Pfeiffer e Grigoletto (2018), a escolha fica condicionada a oferta da escola, essa oferta pode ignorar os interesses dos alunos.

Portanto, a UBES vai esgarçando os sentidos pretendidos e divulgados pelo MEC, uma vez que vai produzindo materialidades textuais que vão de encontro com o que ministério faz circular nos diversos meios digitais. Seguindo para a SD4, a UBES comenta que “a atual proposta de BNCC (Base Nacional Comum Curricular) tenta legitimar a ‘Deforma’ do Ensino Médio”. Está em funcionamento o pré-construído de que: se a BNCC for aprovada, haverá a legitimação de discursividades que iria, em certa medida, provocar uma precarização do ensino médio.

Há evidências do funcionamento de FD escolar, que deixa entrever a materialização da posição-sujeito de que: é necessário deslegitimar a reforma do ensino médio. Portanto, há uma rede de significações densas sobre o objetivo da BNCC, que, para esta instituição, visa legitimar uma “deforma” na educação básica. Deste modo, podemos compreender que, para UBES, a *Base* é um gesto político e ideológico que, de

certa medida, provoca(ria) uma precarização (deforma) da educação brasileira, uma vez que aprovada se tornaria diretrizes normativas que nortearia obrigatoriamente o fazer pedagógico (Cf. MARTINS *et. al*, 2018). À vista disso, quando homologada, a BNCC legitima todas as formações ideológicas presentes em tal documento.

Retomando ao RD2, vemos a ocorrência de uma imagem que apresenta, em primeiro plano, três elementos, a saber: o título da campanha (A escola é a liberdade do Brasil); em destaque, aparece a seguinte formulação: “Revogação da reforma do ensino médio”; e a logo da UBES junto com marca de 70 anos da instituição.

Pensando na dinâmica do digital, podemos compreender que a imagem cumpre o papel de destaque na publicação, uma vez que atualmente os internautas buscam cada vez mais terem informações de forma rápida. A imagem, em certa medida, chama atenção para o assunto, despertando interesse daqueles que a visualizam.

Portanto, nesta postagem, a imagem representa uma sintetização das informações contidas na materialidade do tuíte. Novamente, vemos uma economia das informações, apresentado, de forma sintética, o posicionamento da instituição. Podemos observar que a palavra em destaque é “REVOGAÇÃO”, tanto por estar em fonte maior quanto por estar com cor de realce vermelho. Esse realce, além de chamar atenção do internauta, marca uma não identificação com a proposta de reforma do ensino médio.

Portanto, esta instituição está filiada a várias formações discursivas (como de militância, escolar e de resistência) que vão de encontro com a BNCC. Fica evidente, principalmente, pelas seguintes discursividades: “manifestação contra a BNCC” (RD1); “A atual proposta da BNCC [...] tenta legitimar a ‘deforma’ do Ensino Médio” (RD2).

As discursividades produzidas a partir dos tuítes da UBES ocupam espaço de resistência e de luta pelos seus princípios, filiadas às formações discursivas que negam a proposta da BNCC e, também, do governo que se instalou por meio de um golpe. Podemos observar que os recortes apresentados contêm discurso de ordem, em que objetiva estimular os secundaristas a participarem e a se manifestarem em relação à educação pública.

É importante ressaltar que a constituição e a formulação das discursividades no espaço digital é afetado pela circulação. Fica evidente nos recortes discursivos apresentados, pois as tomadas de posição da UBES produzem discursividades se valendo de vários mecanismos que é constitutivo do espaço digital (ex.: *hashtag* e *emoji*). Vejamos, a seguir, uma figura que representa como a digitabilidade se manifesta nos tuítes da UBES:

Figura 11 – Digitabilidade nas postagens da UBES



Fonte: elaboração própria.

A instituição objetivando fazer circular mais informações produz discursividades metálicas (discursividade no espaço digital) em que apresenta em dois tuítes várias temáticas, com por exemplo discursividades:

- Contra a BNCC
- Contra intervenção militar
- Prisão dos envolvidos na operação quadro negro
- Em defesa da educação
- Revogação da reforma do ensino médio

As discursividades no espaço digital é constitutiva de seus algoritmos, em que se faz necessário apresentar o máximo de informação em um pequeno espaço. A UBES aborda vários temas em apenas 72 palavras no corpo do tuíte, contanto as palavras contidas nos dois RD, além do imagético presente nas postagens.

5.2 Análise dos tuítes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Nesta seção, iremos abordar as discursividades sobre a BNCC, produzidas a partir de tuítes postados pela CNTE que ganharam destaque na rede social *Twitter*.

Selecionamos dois RD, sendo estes os tuítes que o algoritmo da rede social selecionou com “principais/destaque”. Enfocaremos as discursividades ali em funcionamento, observando o atravessamento da memória social, que é constitutiva pelo discurso digital, e posição-sujeito projetada nos tuítes.

A CNTE está diretamente interessada na temática da BNCC, uma vez que tal arquivo afeta diretamente o fazer pedagógico, portanto, os profissionais de educação se posiciona(ra)m frente a essa diretriz nacional. Mencionamos, na introdução desta dissertação, que muitos profissionais de educação não se sentiram representados pela BNCC, uma vez que suas contribuições podem não terem sido levadas em conta, podendo provocar uma não identificação por parte desta categoria. Poderemos observar, a partir dos recortes que serão apresentados ao longo desta seção, o posicionamento desta instituição em relação à BNCC.

Vejamos, a seguir, o RD3 com tuíte postado no dia 06 de dezembro de 2017.

Figura 12 – Recorte Discursivo 3



Fonte: Captura de tela da rede social.

A partir do RD3, vemos que o tuíte é destinado a apresentar aos internautas uma manifestação que está ocorrendo naquele momento. Vejamos, a seguir, a seguinte formulação constante na SD5: “Educadores se mobilizam em frente ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para **pedir a suspensão** da votação da Base Nacional Comum Curricular (#BNCC). Caso os debates sejam encerrados hoje, o texto final pode ser levado à sessão deliberativa do conselho pleno na quinta-feira (7).” Partindo do RD3, podemos observar em funcionamento o pré-construído de que:

- Houve mobilização, organizada por educadores, em frente ao CNE.
- Ocorreria votação no sobre a BNCC no CNE.
- O texto sobre a BNCC poderia ser levado à sessão deliberativa.
- Educadores solicitaram a suspensão da votação ao CNE.
- A escola pública, segundo essa categoria, não é respeitada pela proposta da BNCC.
- Há investimentos na educação, porém educadores acreditam que as escolas merecem mais investimentos.
- Para essa categoria, a BNCC é concebida como autoritária.
- O MEC é golpista!
- A BNCC do MEC é golpista.

Há evidências do funcionamento da FD pedagógica e de militância, que deixa entrever a materialização das seguintes posições-sujeito assumidas pelos profissionais da educação de que: (1) A escola deve ser respeitada, por isso deveria ocorrer a suspensão da votação no CNE; (2) A BNCC é golpista e autoritária.

Com base nessa formulação, podemos observar que é apresentando o motivo da manifestação, a saber: a suspensão da votação da BNCC. Podemos observar que há a presença de uma *hashtag*; ao utilizar esse recurso, esse tuíte entra no “fio” que agrupa todos as postagens que utilizam da mesma *hashtag*, ou seja, integra as postagens que utilizam a BNCC como *hashtag*. É evidente que a instituição demanda participação no processo de criação da BNCC, fica posto que a categoria discutiria sobre a temática e que levaria o texto para a sessão do CNE, pretendendo marcar seu posicionamento.

Há direções de sentidos que deixam evidente a não identificação desta instituição com o arquivo em questão, tanto pela parte verbal, quanto não verbal. Por meio da imagem anexada ao tuíte, vemos que há cartazes e faixas com formulações de ordem, em

que se deixa claro que a CNTE é contra a aprovação da BNCC. A faixa localizada ao centro, figura 13, apresenta algumas discursividades de oposição à BNCC, a saber: “Escola pública merece respeito e investimento”; “Não à BNCC autoritária do MEC”; e, logos da CNTE, CUT e CEA.

Figura 13 – Faixa da CNTE



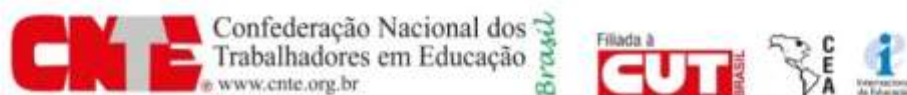
Fonte: recorte da imagem presente no tuíte.

Essas discursividades fazem trabalhar efeitos de sentidos que apontam a não identificação da CNTE em relação às discursividades produzidas pelo MEC, marcando um lugar simbólico de resistência ao documento. Há destaque, em fontes garrafais e em vermelho, ao posicionamento de que a BNCC, proposta pelo MEC, é autoritária. Talvez, pudéssemos trabalhar com o seguinte cenário de interpretação: o MEC não deu a devida atenção aos posicionamentos daqueles que estão diretamente afetados pela criação da BNCC. Em primeiro plano, na imagem presente no tuíte, podemos ver a presença de 10 placas que representam, cada uma, um “motivo para ser contra a BNCC”, a saber: (1) fragmentadora; (2) excludente; (3) autoritária; (4) impositiva; (5) reducionista; (6) omissa; (7) desvalorizadora; (8) antidemocrática; (9) intolerante; (10) restritiva.

Achamos relevante apresentar um documento produzido pela CNTE que argumenta cada um destes motivos. Portanto, apresentamos, a seguir, figuras que compõem o documento de duas páginas sobre o assunto³¹.

³¹ Disponível em: <https://cn.te.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/65117-sc-sinte-faz-protesto-em-frente-a-fiesc-contr-audiencia-da-bncc#:~:text=Saiba%20porque%20somos%20contra%3A&text=O%20documento%20do%20MEC%20c onfunde.projeto%20pol%C3%ADtico%2Dpedag%C3%B3gico%20das%20escolas.>

Figura 14 – Primeira página do documento CNTE






Fonte: site da CNTE.

Figura 15 – Segunda página do documento CNTE

SAIBA PORQUE SOMOS CONTRA A BNCC DO MEC GOLPISTA

1. Fragmenta a educação básica, excluindo o Ensino Médio da discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na verdade, o MEC quer legitimar o currículo empobrecido aprovado na Reforma do Ensino Médio, deixando de fora essa etapa da BNCC.
2. Além do Ensino Médio, a BNCC/MEC desconsidera as modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos, além da Técnica-Profissional associada ao Ensino Médio, bem como deixa de fora do debate nacional as escolas indígenas, quilombolas e do campo, traços marcantes da luta pela inclusão social e escolar de todas as populações que habitam nosso imenso e desigual país.
3. O documento do MEC confunde Base Nacional com Currículo Mínimo, chegando a propor conteúdos por idade/série. E esse critério autoritário extrapola os limites legais da LDB para a construção do currículo à luz do projeto político-pedagógico das escolas.
4. A BNCC/MEC impõe conceitos acabados de competências curriculares para os currículos escolares, ao invés de debater questões relacionadas a direitos e objetivos de aprendizagem, conforme determina o PNE. E isso explica a proposta acabada de currículo por idade/série no texto da BNCC e a preponderância dos testes nacionais estandardizados que se consagrarão como a linha mestra do currículo escolar.
5. A proposta do MEC Golpista de BNCC dialoga com a reforma trabalhista e a Lei da Terceirização, ao propor conteúdos mínimos facilmente traduzidos para cartilhas a serem seguidas por professores ou "instrutores".
6. A discussão da BNCC desconsidera as regulamentações do Sistema Nacional de Educação e do Custo Aluno Qualidade (CAQi e CAQ), além de outras políticas previstas no Plano Nacional de Educação, a exemplo da efetivação da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (Decreto 8.752) e de valorização salarial e da carreira dos profissionais da educação (metas 17 e 18 do PNE, ambas ignoradas pelo MEC).
7. A privatização da educação está embutida no conceito de BNCC/MEC, que reduz o currículo das escolas públicas, investe na desprofissionalização dos/as educadores/as e estimula o mercado de livros, apostilas e de métodos pedagógicos e de gestão escolar atrelados a conceitos de qualidade empresarial.
8. A BNCC/MEC não respeita o princípio da Gestão Democrática, pois não permitiu a presença da sociedade na etapa de consolidação das propostas recolhidas através do site do MEC. E não há nenhuma garantia de que o MEC Golpista acatará qualquer proposta de alteração do texto eventualmente sugerida pelo Conselho Nacional de Educação.
9. A última versão da BNCC desconsidera temas extremamente sensíveis na sociedade e nas escolas, como a identidade de gênero e a diversidade sexual. E ao se esquivar dessas questões, o MEC empodera forças conservadoras da sociedade, recrudescendo o machismo e as inúmeras formas de intolerâncias contra grupos sociais e pessoas.
10. A BNCC/MEC restringe o conceito de educação a conteúdos ministrados em sala de aula, desconsiderando o papel pedagógico dos funcionários da educação nos diversos espaços educativos da escola.

Fonte: site da CNTE.

Levando em consideração este documento, podemos compreender a utilização dos adjetivos presente no tuíte (RD3). Esse documento busca transmitir um efeito de verdade, uma vez que tenta convencer o leitor/internauta a concordar com essas afirmações presente no documento (Fig. 14 e 15). Todos os pontos apresentados pela confederação

são importantes, mas destacamos o motivo 8, no qual é afirmado que a BNCC é antidemocrática. Segundo a CNTE,

A BNCC/MEC não respeita o princípio da Gestão Democrática, pois não permitiu a presença da sociedade na etapa de consolidação das propostas recolhidas através do site do MEC. E não há nenhuma garantia de que o MEC Golpista acatará qualquer proposta de alteração do texto eventualmente sugerida pelo Conselho Nacional de Educação. (CNTE, 2017, p.2, grifo nosso)

Esse argumento está alinhavado ao que apresentamos na introdução deste trabalho, muitos profissionais da área da educação participaram da consulta pública e teceram considerações sobre a BNCC, entretanto, não houve uma satisfatória comunicação entre o MEC e esses profissionais. Muitos não se sentiram representados por tal arquivo.

Portanto, observamos que um dos principais problemas apontados por essa confederação é a falta de diálogo e de participação efetiva dos trabalhadores da educação no momento de elaboração da BNCC. A CNTE gostaria de ter, naquele momento, uma garantia de que o MEC ouviria e “acataria” as propostas realizadas. Esse era um dos principais motivos da mobilização realizada na frente do Conselho Nacional de Educação, abordado no RD3.

Observando as formações discursivas e ideológicas em funcionamento no e pelo tuíte, podemos compreender que este recorte está no campo da desordem, no sentido de ir de encontro às propostas da BNCC. As discursividades produzidas por meio das tomadas de posição da CNTE, marcadas pela posição discursiva, demonstra que há um conjunto de vozes vinculada a essa confederação que se posicionam contra a Base; vozes essas que partem de um conjunto de trabalhadores educacionais que estão afiliados à mesma formação discursiva.

Vejamos, a seguir, o RD4 com tuíte postado no dia 26 de julho de 2018.

Figura 16 – Recorte Discursivo 4

Fonte: Captura de tela da rede social.

O RD4 foi publicado após 6 meses do RD3. Apesar da diferença de data de publicação, as duas postagens (RD3 e RD4) reafirmam a discursividade em que se nega a BNCC. Entretanto, há uma especificidade no RD5, pois este solicita que não seja aprovada a BNCC destinada ao ensino médio e deseja que seja revogada a Lei 13.415.

A CNTE não solicita a revogação da BNCC de toda educação básica, porque a *Base* destinada ao ensino infantil e fundamental já havia sido homologada em 20 de dezembro de 2017. Portanto, estava em trâmite, na data de publicação do tuíte, a aprovação da BNCC destinada ao ensino médio.

Outro ponto, abordado no tuíte, é a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017³². Essa Lei realiza alterações LDB, principalmente no que diz respeito à: carga horária; disciplinas que (não) são obrigatórias; obrigatoriedade da língua inglesa a partir do 6º ano do ensino fundamental; autorização da contratação de profissionais com notório saber para ministrar aula; e outros.

Essas alterações provocaram bastante instabilidade na educação, entre elas estava a discussão sobre o fato de uma pessoa sem formação pedagógica poder ministrar aula, desvalorizando os profissionais que cursam licenciatura; a obrigatoriedade em ministrar

³² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm

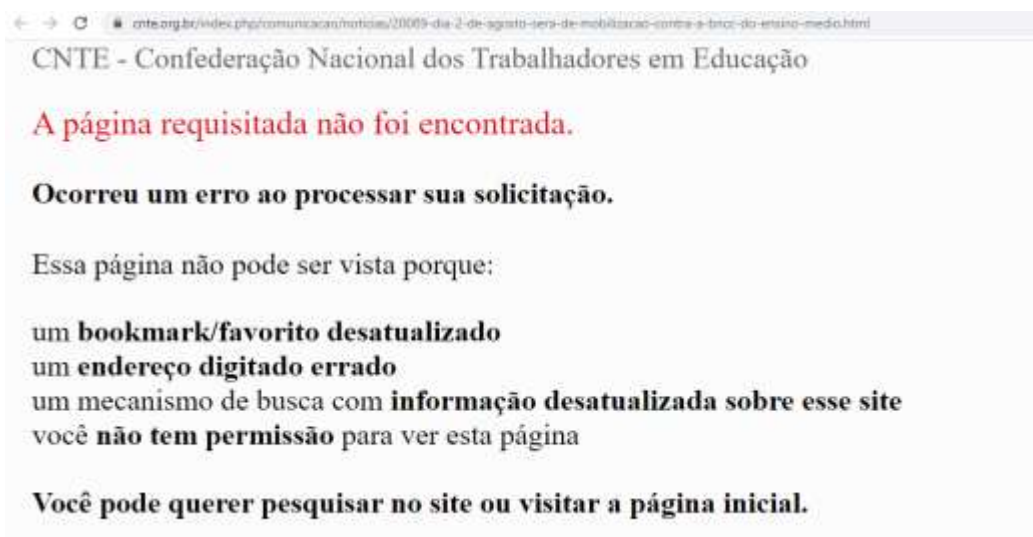
aulas de língua inglesa enfraquecia a oferta de outras línguas adicionais, principalmente a língua espanhola que era bastante ofertada no lugar da língua inglesa. É importante ressaltar que é permitido ofertar disciplinas de outras línguas além da inglesa, entretanto, as outras línguas foram consideradas “menos importante”.

No corpo do tuíte, representado aqui em SD6, está escrito: “Dia 2 de agosto será de mobilização contra a BNCC do Ensino Médio <http://tinyurl.com/y7gnlocc> - Diga não à BNCC do ensino médio pela revogação da Lei 13.415”. Partindo do RD4, podemos observar em funcionamento o pré-construído de que:

- Está em discussão a aprovação da BNCC.
- Foi aprovada a Lei 13.415 que realiza alteração na LDB.

Há evidências do funcionamento da FD pedagógica e de resistência, que deixa entrever a materialização das seguintes posições-sujeito assumidas pelos profissionais da educação de que: (1) é necessária realizar mobilização contra a BNCC; (2) a Lei 13.415 deve ser revogada. Portanto, a postagem tem, entre outras funções, o objetivo de informar sobre a mobilização organizada pela confederação contra a BNCC do ensino médio. É disponibilizado um *link*, entretanto a página não está mais disponível.

Figura 17 – Página do link presente no RD5



Fonte: Captura de tela do site.

Mesmo não sendo possível acessar o link, podemos ponderar sobre sua importância no espaço digital. Tomando como exemplo este tuíte, o *link* é utilizado para direcionar os internautas à página oficial da CNTE. Assim, os usuários teriam mais

informações acerca da mobilização que estava sendo organizada. Acreditamos que o *link* não está disponível por conta de alteração da publicação no *site*.

No tuíte, o *link* está condensado para ocupar menos espaço, mas ao clicá-lo somos direcionado ao site (<https://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/20089-dia-2-de-agosto-sera-de-mobilizacao-contr-a-bncc-do-ensino-medio.html>), representado na figura 17. Observando as inscrições presente no *link* realizamos uma busca no *site* da CNTE e acreditamos que o novo endereço eletrônico para qual o tuíte redirecionaria o usuário seria esse <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/71205-dia-2-de-agosto-sera-de-mobilizacao-contr-a-bncc-do-ensino-medio>. Vejamos, a seguir, a captura tela da página desse site.

Figura 18 – Captura de tela da CNTE



Fonte: Captura de tela do site.

Observemos que a data de publicação é 26 de julho de 2018, mesma data da publicação do tuíte, além de se estruturar a partir da mesma imagem e título. Portanto, acreditamos que este seja o endereço eletrônico no qual o tuíte faria referência. Esse mecanismo de direcionar o usuário a outra plataforma (sair do *Twitter* e ir para outro

aplicativo ou site) é comum no meio digital, pois faz com que o usuário realize um “passeio” pelas diferentes redes sociais e sites da instituição. Além do mais, no *site*, o usuário terá mais informações, uma vez que não há restrição de caracteres. Vejamos, a seguir, um fragmento que está disponível no *site* citado:

Devido à convocação do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) para o “Dia D” de debate nas escolas sobre a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, previsto para 2 de agosto, *a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) orienta as afiliadas a promoverem intenso calendário de mobilização e denúncia para discutir com os/as trabalhadores/as as reais consequências das medidas propostas pelo governo antidemocrático.* (CNTE, 2018, s/p, grifo nosso)

Analisando o fragmento retirado do *site*, podemos observar que há uma complementação de informações sobre o assunto abordado no tuíte. Portanto, após abrir o *link*, os usuários terão acesso a discursividades que vão de encontro com o que é comentado na rede social, possibilitando uma compreensão e discussão maior sobre a mobilização.

É possível compreender que a data para a mobilização não foi escolhida a bel-prazer, mas uma data que já ocorreria o “dia D” organizada pelo MEC. Além disso, a CNTE se posiciona em relação ao governo, classificando-o como “governo antidemocrático”. Portanto, a CNTE não reconhece o então governo como democrático, até mesmo por todas as questões políticas já comentadas neste trabalho.

Deste modo, foi estabelecida uma relação de força entre os discursos, marcada por posições-sujeito distintas, em que cada instituição, por meio do jogo ideológico, busca produzir efeitos de sentido (e de verdade) sobre o arquivo. Havendo enfrentamento de formações discursivas e ideológicas entre essas instituições. Cabe ressaltar que a mobilização contra a BNCC, organizada pela CNTE, foi organizada e divulgada no espaço digital, novamente vemos o digital corroborando para organização de atos presenciais.

À vista disso, esse tuíte está circunscrito aos seguintes temas: mobilização que será realizada no dia 2 de agosto do corrente ano; posicionamento contra a BNCC do ensino médio; e, solicitação da revogação da Lei 13.415. O tuíte contém um endereço eletrônico com objetivo de apresentar mais detalhes sobre as informações que foram publicadas. O RD4, assim como RD3, expressa, discursivamente, tomadas de posição contra a BNCC e contra o governo da época.

No âmbito geral, as discursividades produzidas pela CNTE estão em dispersão em relação às discursividades da BNCC. Fica estabelecido um jogo discursivo e ideológico entre dessa instituição, visando deslegitimar o arquivo. Assim como a UBES, a CNTE está filiada a formações discursivas que negam as propostas da BNCC, para além disso, adjetiva a BNCC como autoritária e o MEC como “golpista”. Vejamos, a seguir, uma figura que representa como a digitabilidade se manifesta nos tuítes da CNTE:

Figura 19 – Digitabilidade nas postagens da CNTE



Fonte: elaboração própria.

Pensando nas especificidades do espaço digital, a CNTE utilizou em suas publicações vários recursos nativos do digital, como por exemplo: *hashtag* e *links*. Utilizando essas ferramentas agregar sentido ao discurso em circulação. Enquanto a UBES não utiliza *links* em suas publicações, a CNTE utiliza. Entretanto, a confederação não utiliza *emojis*, já os secundaristas utilizam. Podemos inferir que há presença de *emojis* nas publicações da UBES por fazer parte da linguagem utilizada pelos jovens, e é eles que administram essa instituição.

Nesses dois recortes, no corpo do tuíte, foram utilizadas 58 palavras pela confederação, mostrando que há uma condensação das informações no espaço digital. Apesar dessa condensação, o espaço digital possibilita que o usuário avance em suas buscas, com por exemplo acessando *link* disponíveis. Ao mesmo tempo que o digital

demanda uma redução textual, possibilita que seus usuários utilizem mecanismos para ampliar as discussões.

5.3 Análise dos tuítes do Ministério da Educação

Nesta subseção, iremos abordar as discursividades produzida pelo MEC sobre a BNCC e circulada na rede social *Twitter*. Como já mencionado, iremos realizar movimentos de análise de dois RD's apresentados em destaque pela rede social já mencionada. Analisaremos essas discursividades observando o funcionamento da memória social, que é atravessada pelo discurso digital, e posição-sujeito projetada nos tuítes.

Todas as discursividades produzidas pela UBES e CNTE, analisadas neste trabalho, estão diretamente ligadas à proposta do MEC acerca da BNCC. Portanto, é importante observar como o MEC, por meio das postagens, produz discursividades sobre o arquivo e suas relações com as já analisadas.

Vejamos, a seguir, o RD7 com tuíte postado no dia 18 de fevereiro de 2021.

Figura 20 – Recorte Discursivo 5



Fonte: Captura de tela da rede social.

O RD5 diz respeito à divulgação sobre implementação da BNCC nos livros e materiais didáticos por meio do Programa Nacional do Livro e Material Didático³³ (PNLD). Podemos observar que essa publicação afeta, principalmente, aqueles que fazem uso desses materiais didáticos, uma vez que há um pressuposto de que esse material sofrerá alterações com a implementação da BNCC. Há em jogo uma formulação que se relaciona com a temática pedagógica.

Veamos, a seguir, a seguinte formulação constante no SD7: “O Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) inicia, em 2021, a aquisição e a distribuição de obras para todas escolas públicas de ensino médio, contribuindo para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018.”. No movimento discursivo, apresentado na SD7, é enfocada a importância da PNLD para implementação da BNCC, uma vez que os livros didáticos é o principal recurso utilizado nas escolas.

Levando em conta a SD7, podemos ver em funcionamento o pré-construído de que:

- Os livros didáticos têm que estar alinhados à BNCC para serem aprovados pelo PNLD.
- Os livros didáticos que não estiverem inscritos em discursividades da BNCC não serão aprovados.
- Se os livros e materiais didáticos estiverem em consonância com a BNCC haverá maior implementação do documento oficial.

Há evidências do funcionamento da FD oficial, que deixa entrever a materialização da seguinte posição-sujeito assumidas pelo MEC:

- Posição-sujeito 1: a efetivação da BNCC nos livros e materiais didáticos contribuirá para implementação do arquivo na rede de ensino.

Portanto, há direcionamentos de sentidos que demonstram que nos livros didáticos haverá efetiva implementação da BNCC. Nos materiais que são disponibilizados aos professores, é possível encontrar as habilidades e competências da BNCC, demonstrando

³³ “O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.”(MEC, 2022 – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>)

que o material está de acordo com a *Base*. Vejamos, a seguir, imagem que representa duas páginas de um livro didático aprovado pelo PNLD:

Figura 21 – Livro didático aprovado pelo PNLD



Fonte: recorte do Livro *Tecendo Linguagens* – FTD Educação.

Observando a figura anterior, podemos observar como os livros didáticos reproduzem as diretrizes da BNCC. Ao longo do livro do professor é possível localizar as competências e habilidades que são propostas pela *Base*. Deste modo, o material que é disponibilizado pelo MEC, por meio do PNLD, está em consonância com as diretrizes, fazendo com que os professores tenham contato direto com a proposta da BNCC.

Enfocando o texto não verbal, anexado ao tuíte, podemos observar que há, praticamente, as mesmas inscrições que estão presentes no corpo do texto. As diferenças entre o texto no corpo do tuíte e o texto presente no retângulo branco da imagem são: na imagem é utilizada apenas as abreviações do PNLD e da BNCC; supressão do fragmento “em 2021” e “homologada em 2018”. A utilização apenas das siglas e a supressão produz efeito de “economia discursiva” no digital, produzindo uma opacidade entre as formulações presente no corpo do tuíte e aquele presente no não verbal.

Retomando ao texto não verbal, presente no RD5, podemos observar a utilização de três ilustrações representando estudantes. A ilustração consiste em apresentar dois corpos negros e um branco, cada um deles portando uma mochila. A inclusão de corpos negros na publicação constrói sentidos relacionados à diversidade, ponto que é apresentado no próprio arquivo da BNCC. Vejamos, a seguir, um fragmento que

apresenta a valorização da diversidade como uma das competências gerais da educação básica:

Competências Gerais da Educação Básica – 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BNCC, 2017, p. 9, grifo nosso)

Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito **e respeito às diferenças e diversidades**. (BNCC, 2017, p. 16, grifo nosso)

Partindo da digitabilidade, mais especificamente da linguagem não verbal, podemos observar que há, por meio da ilustração, uma tentativa de demonstrar que com a implementação da BNCC haverá valorização da diversidade. O tema diversidade é abordado, de forma indireta, no não verbal, entretanto não comentado no corpo do tuíte, podemos observar a opacidade da língua.

Essa postagem do MEC busca não produzir materialidades discursivas que possam levar o internauta/leitor a dispersão de sentidos, uma vez que verbalmente apresenta apenas a temática relacionada ao PNLD como contribuição para implementação da BNCC. Entretanto, olhando as postagens das outras categorias (UBES e CNTE) observamos que as publicações fomentam dispersões de sentido.

Vejamos, a seguir, o RD6 com tuíte postado no dia 22 de novembro de 2021.

Figura 22 – Recorte Discursivo 6



Fonte: Captura de tela da rede social.

Em primeiro momento de análise, em apelo ao método de exposição, iremos nos direcionar ao texto verbal apresentado no corpo do tuíte. Na SD8, temos: “O Novo ensino Médio permitirá que cada estudante descubra suas potencialidades e realize escolhas conforme seus interesses e sonhos, seja para dar prosseguimento aos estudos no ensino superior ou para aprender uma profissão e atuar no mundo do trabalho.”. A partir desta SD8, podemos observar e, funcionamento o pré-construído de que:

- Havia um “antigo” ensino médio, que precisa ser superado frente as discursividades que são atribuídas ao novo ensino médio,
- Com o “Novo” ensino médio os alunos poderão descobrir suas potencialidades e realizar escolhas que, provavelmente, não poderiam no “antigo” ensino médio.
- Os interesses e sonhos dos alunos serão o ponto principal para desenvolver suas potencialidades e realizar seus sonhos.
- Os interesses/sonhos dos alunos deverão estar alinhados a ingressar no ensino superior ou no mundo do trabalho.

Deste modo, tomando a materialidade da SD8 é possível conjecturar as seguintes posições-sujeitos empreendida por meio da FD oficial: (1) o novo ensino médio deve estimular os alunos a descobrirem suas potencialidades e fazê-los escolherem suas metas; (2) é necessário que os interesses dos alunos para o futuro, após o ensino médio, estejam alinhados a educação (ensino superior) ou ao mundo do trabalho.

A ocorrência do lexema “novo”, relacionado ao ensino médio, produz efeitos de sentidos que há um antigo ensino médio ultrapassado, no sentido de precisar vir um novo ensino médio para construir novas discursividades. Entre essas discursividades, marcadas no tuíte, designada ao novo ensino médio, podemos destacar: descobrir potencialidades; realizar escolhas; seguir seus interesses e sonhos; ser protagonista da sua própria história (presente na imagem anexada no tuíte). O MEC, em seu site oficial, define o que é o Novo Ensino Médio.

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco

nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. (MEC, 2022, s/p, grifo nosso)³⁴

Vejamos, a seguir, a definição produzida pelo MEC sobre itinerário formativo:

Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que **os estudantes poderão escolher no ensino médio**. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. **As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar**, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar. (MEC, 2022, s/p, grifo nosso)³⁵

Portanto, está em funcionamento uma FD oficial que põe em circulação, pelo digital, pré-construídos que buscam ressignificar o antigo ensino médio. As discursividades apresentadas na SD8 vão de encontro às discursividades produzidas pela UBES e CNTE. Um exemplo de dispersão de sentidos, em relação ao discurso oficial, ocorre na SD3³⁶ produzida pela UBES. Para a instituição secundarista, não há uma efetiva escolha por parte dos alunos; já para o MEC, os alunos poderão escolher conforme seus interesses e sonhos. Mas será que a escola consegue ofertar todos os itinerários formativos que visem contemplar os interesses/sonhos de cada aluno?

Os itinerários formativos são ofertados (escolhidos) pela própria instituição de ensino, ou seja, a escola define se ofertaria itinerário x ou y. Essa oferta está relacionada aos docentes, eles a partir de sua área de formação ofertariam tais itinerários. Entretanto, muitos colégios, principalmente da escola pública, não contêm docentes de todas as áreas de conhecimento (principalmente da área de exatas), assim sendo, poderia ocorrer uma defasagem em determinada esfera de conhecimento.

³⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas#:~:text=Os%20itiner%C3%A1rios%20formativos%20s%C3%A3o%20o,poder%C3%A3o%20escolher%20no%20ensino%20m%C3%A9dio.>

³⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas#:~:text=Os%20itiner%C3%A1rios%20formativos%20s%C3%A3o%20o,poder%C3%A3o%20escolher%20no%20ensino%20m%C3%A9dio.>

³⁶ SD3: “Esta *reforma finge oferecer mais opções aos estudantes*, mas na verdade precariza ainda mais as escolas.”

Além disso, havia preocupação de que os alunos não tivessem conhecimentos básicos de determinada área de conhecimento, uma vez que o estudante pode realizar suas “escolhas” evitando determinados componentes curriculares. Aliás, há de se considerar que a escolha dos alunos fica condicionada às ofertas das escolas. Já no “antigo” ensino médio, o aluno teria que fazer essas disciplinas mesmo não havendo uma identificação com a área de conhecimento. Portanto, as discursividades produzida pela UBES produzem fissuras/dispersão nas discursividades presentes no tuíte do MEC.

Após focar os elementos verbais presentes no tuíte, passaremos para o texto não verbal. Começaremos comentando sobre a presença de um jovem negro no primeiro plano da imagem. Assim como no RD5, o MEC realiza a divulgação apresentando um estudante negro com objetivo produzir efeito de diversidade. O jovem, aparentemente, está em uma escola tomando como referência o espaço que está em segundo plano.

Ao centro da imagem, está escrito “novo ensino médio”. O lexema “novo” está grafado em amarelo e em fonte distinta do “ensino médio”, este grafado em letras maiúsculas e com cor branca. A digitabilidade permite que haja produção/formulação de forma distinta do verbal presente no corpo do tuíte. Portanto, a materialização das discursividades por meio da digitabilidade ocorre de múltiplas formas.

Na parte inferior da imagem há a seguinte formulação: “seja protagonista de sua história”. A BNCC tem como proposta estimular os alunos a desenvolverem suas “pontecialidades” com o objetivo de poderem tomarem suas próprias decisões, como realizar escolhas educacionais de acordo com seus interesses. Podemos inferir, por meio desta formulação, que o público-alvo da postagem são os alunos, até pelo uso do pronome “sua” que se relaciona aos alunos (pois, esses são os protagonistas).

Portanto, o protagonismo está relacionado ao aluno que está no centro das escolhas, de acordo com a oferta da escola, podendo direcionar seus estudos. Ao formular que a partir do novo ensino médio os alunos poderão ser protagonistas da própria história, produz efeitos de sentidos que no antigo ensino médio os alunos não desempenhavam papel de protagonismo.

No canto superior direito, há a seguinte formulação “Breve em escolas de todo o país” e, em seguida, a representação de cinco estrelas. Esses elementos contribuem para construção de sentido de divulgação, assemelhando-se a cartaz de um filme. “Breve em escolas de todo o país” relaciona-se a “Breve em todos os cinemas do país”. Essa relação pode ser feita para buscar produzir uma mensagem dinâmica e atrativa para os alunos,

uma vez que esse é o público-alvo da postagem. É apresentando, também, o site do MEC para aqueles que quiserem obter mais informações sobre o novo ensino médio.

Vejamos, a seguir, uma figura que representa como a digitabilidade se manifesta nos tuítes da MEC:

Figura 23 – Digitabilidade nas postagens da MEC



Fonte: elaboração própria.

As postagens do MEC, por meio da digitabilidade, formulam suas discursividades em vários formatos, entre eles podemos citar os formatos utilizados no RD5 e RD6, a saber: linguagem verbal, linguagem não verbal; e, hashtag. Por meio da digitabilidade as instituições agregam sentido ao discurso em circulação.

Nesses dois recortes, no corpo do tuíte, foram utilizadas 78 palavras pelo ministério. Podemos observar que a instituição buscou em suas postagens produzir efeitos de unidade, buscando comentar de forma clara e direta as informações. No RD5, o tópico abordado é sobre a contribuição do PNL D para a implementação da BNCC; já no RD6, o tópico está em torno do protagonismo dos estudantes, por meio da possibilidade de descobrir suas potencialidades e realizar escolhas.

Deste modo, o MEC buscou, por meio dessas postagens, direcionar os efeitos de sentidos na tentativa de evitar que houvesse dispersão por parte do leitor/internauta. Entretanto, observando as postagens da UBES e CNTE podemos identificar vários pontos de dispersão, principalmente por abordar várias temáticas em cada um dos tuítes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] o sujeito, num determinado período de tempo, ocupa concomitantemente dois espaços distintos: o espaço físico concreto-material e o espaço digital.
(MASSMANN; BARROS, 2013, p.93)

Ao longo deste trabalho, buscamos analisar os efeitos de sentidos produzidos no espaço digital sobre a BNCC. Para tanto, recorreremos a três categorias públicas (MEC – UBES – CNTE) que estão fortemente relacionadas com este arquivo. Para realização da análise, empreendida no capítulo anterior, nos filiamos à teoria da AD francesa, formulada por Michel Pêcheux, e sua vertente Análise do Discurso Digital.

Antes de adentrarmos as materialidades foco das análises, (per)passamos pelo percurso sócio-histórico e ideológico em que ocorreu a homologação da BNCC. No capítulo 2, evidenciamos que as condições de produção da BNCC foram marcadas por “embates” no campo político e ideológico. Esse embate provocou (re)ações tanto no espaço físico, concreto-material (Cf. MASSMANN e BARROS, 2013), quanto no espaço digital.

Posteriormente, no capítulo 3, apresentamos as especificidades que são próprias da rede social *Twitter*. Buscamos evidenciar qual o percurso que utilizamos para realizar a seleção do *corpus* e apresentamos qual seria o procedimento de análise. Ficou evidente que as discursividades que circulam no digital têm suas especificidades, uma vez que sua produção é atravessada por vários algoritmos que influenciam a formulação discursiva.

No capítulo analítico apresentamos RD's que nos permitem explorar as materialidades discursivas em cena. Inicialmente, realizamos movimentos de análise acerca dos tuítes postados pela UBES, sendo possível lançar luz às construções de sentidos presentes nas formulações desta instituição.

Partindo dos tuítes postados pela UBES, podemos identificar a profusão de vozes, ou melhor, diferentes formações discursivas, como, por exemplo, FD escola, FD militante e FD alinhada à resistência. Realizando o batimento entre o verbal e o não verbal, podemos evidenciar a opacidade em funcionamento, onde o verbal produz certos efeitos de sentido e o não verbal outros. Além disso, observamos a digitabilidade em cena, em que nas postagens a categoria mobilizou diferentes formatos digitais (ícones/*emoji*, imagens, texto, hashtag).

Ao analisarmos os tuítes produzidos pela CNTE, identificamos a manifestação de outras formações discursivas, como: FD pedagógica; FD escolar; além da FD relacionada à resistência e à militância. Essa categoria realizou uso de imagens, texto, hashtag e *site*. Assim sendo, vemos a digitabilidade ocorrência contribuindo para a produção de sentido.

Em âmbito geral, podemos observar que tanto a UBES quanto a CNTE se posicionaram de forma contrária à implementação da BNCC, ou seja, rejeitam a proposta feita pelo MEC. Essa não aceitação (rejeição) faz com que essas categorias produzam discursividades que estão no campo da desordem (pensado pelo posição-sujeito do MEC). As categorias utilizaram o espaço digital para realizar mobilizações e manifestações contrárias ao governo da época e, também, contra o MEC. Em suas postagens é possível evidenciar dispersões de sentidos, pois havia muitas temáticas abordadas que fazem com que o leitor/internauta seja atravessado por vários posicionamentos dessas categorias, como por exemplo: referência à operação “Quadro Negro”; “contra a intervenção militar”; “Revogação da Lei 13.415”.

Nas postagens do MEC observamos em funcionamento a FD oficial. Conforme vimos, o MEC busca produzir efeitos de unidade em suas publicações, uma vez que evita postar temas que levem o leitor/internauta a realizar uma leitura dispersa. As publicações feitas por essas categorias objetivam produzir efeitos de sentidos que demonstrem que o antigo ensino médio necessita ser superado, com o intuito de que um novo ensino médio seja instaurado para que os alunos se transformem em “protagonistas de sua própria história”.

A seleção dos RD's só foi possível porque no digital há uma memória (metálica) onde “tudo” se guarda, uma vez que essa memória funciona pelo excesso de dados. As produções de sentidos, empreendidas neste trabalho, só foram possíveis porque houve um batimento entre a memória discursiva (já-dito) e a memória metálica.

Dessa forma, consoante com o que buscamos apresentar neste trabalho, observamos que o espaço digital, por meio da digitabilidade, afeta diretamente a constituição, a formulação, e a circulação de discursividades. O *Twitter*, por meio de seus algoritmos, faz com que o usuário busque realizar uma “economia discursiva”, em que se faz necessário dizer tudo que se deseja em pouco espaço. Portanto, os efeitos de sentidos estão relacionados a essas especificidades que são próprias do espaço digital.

REFERÊNCIAS

- ABRIL MÍDIA S A. Veja - educação. **VEJA**, 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/base-nacional-recebe-12-milhoes-de-sugestoes/>>. Acesso em: 24 dezembro 2021.
- AIUB, G. F. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. **Leitura**, Maceió, p. 61-82, Jul./Dez. 2012.
- BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 dezembro 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação - MEC, 2017.
- CAVALLARI, J. S. O equívoco no discurso da inclusão: o funcionamento do conceito de diferença no depoimento de agentes educacionais. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada (RBLA)**, Belo Horizonte, p. 667-680, 2010.
- CNTE. **Dia 2 de agosto será de mobilização contra a BNCC do Ensino Médio**, 2018. Disponível em: <<https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/71205-dia-2-de-agosto-sera-de-mobilizacao-contra-a-bncc-do-ensino-medio>>. Acesso em: 03 setembro 2022.
- COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristões**. São Paulo: EdUFSCar, 2014.
- DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv**. Campinas: Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- DIAS, C. A ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL: UM CAMPO DE QUESTÕES. **REDISCO**, Vitória da Conquista, p. 8-20, 2016. ISSN 2316-1213.
- DIAS, C. **Análise da discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- DIAS, C. Memória Metálica. **Verbete. Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>>. Acesso em: 16 fevereiro 2022.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexão introdutórias**. 2ª. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERREIRA, M. C. L. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, S. **Análise de Discurso**: Procedimentos metodológicos. Edição do Kindle. ed. [S.l.]: EDUA; 2º edição, 2014.

GALVÃO, A. S.; VINHAS, L. L. A língua, o equívoco e o estranhamento: O protesto dos professores no Paraná. Disponível em: <https://mpu-historico.furg.br/encontro-de-pos-graduacao-2015?download=1696:andressa_galvao&start=20>. Acesso em: 20 janeiro 2022.

GUILHAMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 169-191.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. **Práticas discursivas e identitárias - Sujeito e língua**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. 1ª. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTINS, A. L. B. et al. **Documentos oficiais**: formação de professores de línguas e subjetividade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. 325 p.

MASSMANN, D.; BARROS, R. C. B. Mobilidade e acessibilidade no espaço e-urbano. In: DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço-urbano**: sentido e materialidade digital. Campinas: LABEURB/NUDECRI/UNICAMP, 2013. p. 91-103.

MOREIRA, V. L.; ROMÃO, L. M. S. O discurso no Twitter, efeitos de extermínio em rede. **RUA [online]**, v. 2, 2011. ISSN 1413-2109.

NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlo: Claraluz, 2007. p. 373-380.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **A contrapelo**: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. Campinas: Revista Rua, v. 2, 2010.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, SP, p. 21-40, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139>>. Acesso em: 20 fevereiro 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Introdução às Ciências da Linguagem - Discurso e Textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2017. p. 13-36.

ORLANDI, E. P. Prefácio. In: DIAS, C. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 11-18.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos dos simbólico**. 5ª. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editoras, 2020.

PAVEAU, M.-A. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. Organizadores: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas.

PÊCHEUX, M. Lecture et mémoire: projet de recherche. In: MALDIDIER, D. **L'Inquiétude du discours - textes de Michel Pêcheux**. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

PÊCHEUX, M. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011 [1990]. p. p.141-150.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GEDET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5º. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014 [1969]. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 307-315.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. ORLANDI. 7ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, B., et al. **Materialidade Discursiva**. Tradução de Débora Massmann. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 23-29.

PFEIFFER, C.; GRIGOLETTO, M. Reforma do Ensino Médio e BNCC – Divisões, Disputas e Interdições de Sentidos. **Revista Investigações**, Dezembro 2018. 7-25.

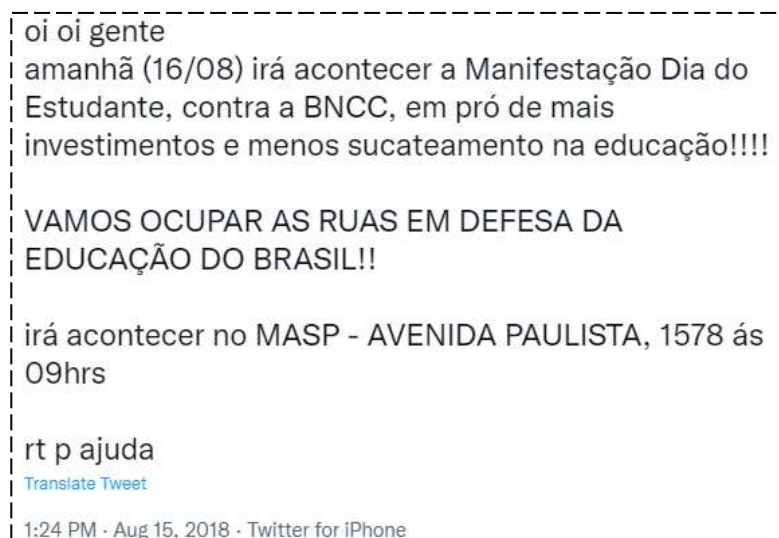
RAJAGOPALAN, K. Reforma curricular e ensino. In: GERHARDT, A. F. L. M.; AMORIM, M. A. **A BNCC e o ensino de Línguas e Literatura**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. Cap. 1, p. 23-40.

TÍLIO, R. A Base Nacional Comum Curricular e o Contexto Brasileiro. In: GERHARDT, A. F. L. M.; AMORIM, M. A. **A BNCC e o ensino de línguas e literatura**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 7-16.

ANEXO

ANEXO A – Utilização da rede social *Twitter* para marcar e divulgar manifestação.

Figura 24 – Anexo A



Fonte: Recorte da rede social *Twitter*.³⁷

³⁷ Retiramos os dados do usuário.

ANEXO B – Reivindicações dos estudantes - Jornada de Lutas “Nessa Eleição, Defenda a Educação”.

Vejamos, a seguir, recorte do site oficial da UBES:

Secundaristas pela escola pública

Os secundaristas já lançaram, após o Seminário de Educação “Construindo a Nossa Escola”, em julho, a campanha “A Escola É a Liberdade do Brasil”. A ideia da Jornada de Lutas é incluir os temas defendidos pelos estudantes nas pautas eleitorais. Em 2018, a UBES também incentivou a juventude de 16 a 17 anos a tirar seu título de eleitor e participar das escolhas sobre os rumos do país. Com 1,9 milhão de jovens aptos para participar da democracia, é hora de analisar e escolher candidaturas com propostas para a escola e a juventude.

Reivindicações dos estudantes

- CONTRA A LEI DA MORDAÇA: repudiamos todos os projetos de lei denominados “Escola Sem Partido”, que transitam no Congresso Nacional;
- DEFESA DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO;
- REVOGAÇÃO DA LEI 13.415 DA REFORMA DO ENSINO MÉDIOS;
- Pela ampliação do debate sobre a nova Base Nacional Comum Curricular;
- DEFESA DOS INSTITUTOS FEDERAIS;
- Pelo FUNDEB como forma permanente de financiamento da educação básica;
- REVOGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95;
- Sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2019);
- Contra os cortes de bolsas da Capes;
- UNIVERSIDADE PÚBLICA GRATUITA: contra qualquer tentativa de privatização e cobrança de taxas;
- GARANTIA E AMPLIAÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: com mais investimentos em permanência estudantil;
- REFORMA AMPLA NO FIES: pelo retorno de um maior prazo de carência, retorno do Fiator Solidário e redução das taxas de juros;
- RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DO FIES;
- TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NAS UNIVERSIDADES PRIVADAS: pela abertura das planilhas de custos e gastos das universidades privadas, contra os aumentos abusivos de taxas e mensalidades;
- CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR: pela recontração dos professores qualificados e doutores demitidos após a Reforma Trabalhista.

Fonte: <https://ubes.org.br/2018/ubes-e-une-convocam-jornada-de-lutas-nessa-eleicao-defenda-a-educacao/>